



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernanda Novaes Cruz

Unidos pela desconfiança: Polícia Militar e Juventude um relacionamento complicado

Rio de Janeiro
2015

Fernanda Novaes Cruz

Unidos pela desconfiança:

Polícia Militar e Juventude um relacionamento complicado

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Doriam Luis Borges de Melo

Rio de Janeiro
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

C957 Cruz, Fernanda Novaes.

Unidos pela desconfiança: Polícia Militar e Juventude um
relacionamento

complicado / Fernanda Novaes Cruz,. – 2015.
114f.

Orientador: Dorian Luis Borges de Melo.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Bibliografia.

1. Rio de Janeiro(Estado) – Polícia militar - Teses. 2. Segurança pública –
Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Jovens – Uso de drogas Rio de
Janeiro(Estado) – Teses. I. Borges, Dorian. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 351.74(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Fernanda Novaes Cruz

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof^o Dr. Doriam Luis Borges de Melo (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a Dr. João Trajano Sento- Sé
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a Dra. Miriam Krenzinger A. Guindani
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Para Laura e Mateus, meus amados afilhados, na
esperança de que na geração de vocês esses conflitos
existam apenas nas páginas dos livros de História.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos vinte cinco jovens que confiaram suas histórias em mim; sem ouvir todas essas experiências esse trabalho jamais poderia ter sido realizado. Em seguida a todos os meus amigos, colegas e até desconhecidos que me ajudaram a estabelecer as redes de contato que me permitiram acessar todos os participantes dessa pesquisa.

Ao meu orientador, o professor Dr. Dorian Borges por me conduzir durante esses dois anos de estudo, sendo sempre professor, orientador e especialmente amigo.

À minha banca de avaliação, na figura dos professores Dr. João Trajano e Dra. Miriam Guindani, pelas valiosas contribuições que fizeram a esse trabalho.

À toda equipe do Laboratório de Análise de Violência (LAV- Uerj), especialmente aos coordenadores Ignacio Cano, Dorian Borges e João Trajano e aos integrantes Thais Duarte, Eduardo Ribeiro, Kryssia Ettl, Tiago Magaldi, Ramon Chaves, Isabelle dos Anjos, Marcella Magalhães, Eduardo Ramos, Anastácia Cristina, pelas contribuições não apenas no meu crescimento acadêmico e profissional, mas por me ajudarem a formar uma consciência cada vez mais voltada para valores como a defesa dos Direitos Humanos e a valorização da vida; e pelas amizades que fazem do meu ambiente de trabalho um segundo lar.

À equipe do GEPESP (Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção), especialmente para a professora Dra. Dayse Miranda, Tatiana Guimarães, Bárbara Sá, Tatiana Miranda, Alexandra Vicente, Marcela dos Reis, Carmen Furtado, Lidiane Raposo e Rogéria Quintella, por me proporcionarem a experiência de trabalhar com uma equipe tão completa e competente, o que certamente influenciou não apenas esse trabalho, mas a minha formação enquanto pessoa.

Aos mestres e amigos que encontrei ao longo dessa caminhada Gláucio Soares, Isabela Scheufler, Conrado Pimentel, Marcele Frossard e Rosana Ribeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS- Uerj) por acompanhar com muito cuidado e atenção toda essa trajetória. Aos secretários Wagner e Sônia, pela dedicação depositada a todos os alunos e professores do programa.

Aos professores da casa Luiz Eduardo Soares, Helena Bomeny, Lia Rocha e todos os demais que muito contribuíram para minha formação e aprimoramento como cientista social.

A minha querida turma de 2013 um agradecimento com um desejo de sucesso para cada um de vocês.

À CAPES por investir em minha formação e permitir meu sustento ao longo dos dois últimos anos.

Ao meu querido parceiro Pablo Nunes, não encontro palavras para definir a felicidade que sinto ao cumprir mais essa jornada ao teu lado. Obrigada pela dedicação, pela paciência e pela amizade.

À Luana Perrotta e Angela Lanzillotta, minha querida família carioca, obrigada por cederem um espaço da casa e do coração para mim.

Aos meus amigos, Thais Matile, Gabriela Borges, Amanda Rastrelli, Fillipe Tiné, Cezar Cardoso, Loren Figueira, Lorena Figueira, Maria Del Vecchio e os que por ventura não forem citados, por se fazerem presentes e por entenderem minha ausência, especialmente nessa reta final. Claro que não poderia esquecer dos meus queridos “*Perhappiness*”, obrigada pelas doses diárias de risos, pelas discussões e pelas cervejas.

Ao Gustavo Mascarenhas Barroso (*in memoriam*) por estar sempre nos meus pensamentos e por ter me incentivado a seguir essa carreira que tanto amo desde a época do vestibular.

À minha família, aquela que há 24 anos acredita em mim e deposita todos seus esforços nos meus sonhos. Primeiramente aos meus pais, Luis Claudio Cruz e Ieda Luzia Novaes. Em seguida, aos meus irmãos, Felipe, Flávio, Júlia e Letícia, por serem incríveis. Aos avós, meus tios, minha cunhada, aos agregados Antônio e Luza, meus primos e aos pequenos e tão amados afilhados Laura e Mateus. Me faltam palavras para dizer o que vocês representam nesse trabalho e na minha vida.

Por fim, ao meu companheiro, Homero Esmeraldo que apareceu na reta final dessa caminhada, mas cuja paciência, carinho e dedicação fizeram toda diferença no resultado final desse trabalho.

Termino esses agradecimentos com a mesma frase do Raul Seixas que utilizei há três anos atrás nos agradecimentos da minha monografia: “Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”. Meus profundos e sinceros agradecimentos a todos vocês que permitiram mais esse sonho se tornar realidade.

(...) Diante dessa realidade assombrosa, que através de todo o tempo humano deve ter parecido uma utopia, nós, os inventores das fábulas que acreditamos em tudo, nos sentimos no direito de acreditar que ainda não é demasiado tarde para nos lançarmos na criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir pelos outros até mesmo a forma de morrer, onde de verdade seja certo o amor e seja possível a felicidade, e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham, enfim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.

Gabriel García Márquez

RESUMO

CRUZ, F.N. *Unidos pela desconfiança: Polícia Militar e juventude um relacionamento complicado*. 2015.114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

O presente trabalho visa discutir as experiências dos jovens cariocas com a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Consiste na investigação de um *survey* aplicado para jovens da cidade do Rio de Janeiro, bem como na análise qualitativa produzida a partir de entrevistas semiestruturadas com 25 jovens de diferentes perfis como sexo, raça, local de moradia, etc. A partir dos dois métodos citados anteriormente, extrai-se as percepções e avaliações dos jovens acerca das experiências que já tiveram com a Polícia Militar, as experiências que já ouviram sobre a Polícia e a forma que percebem e avaliam esses contatos e a instituição como um todo. O trabalho também discute o proibicionismo das drogas vigente no país, partindo da hipótese que existem alguma influência sobre as experiências dos jovens com a Polícia, especialmente em questões de abordagem policial. Em poucas palavras, esse trabalho concentra-se em discutir as tensões presentes nos contatos entre esses dois atores, segundo as percepções dos jovens.

Palavras-Chaves: Polícia Militar, Segurança Pública, juventude, drogas, abordagem policial

ABSTRACT

CRUZ, F.N. *United by distrust: Military Police and youth a complicated relationship*. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

This work aims to discuss experiences that juvenile people from the city Rio de Janeiro have with the Rio de Janeiro State's Military Police. The method consisted on applying surveys to the juveniles and on qualitative analysis produced from semi-structured interviews with 25 people, from varied profiles including gender, race, place of habitation, etc. Juveniles' perceptions and assessments of their experiences with the Police, experiences they have heard about the Police and the manner they perceive and assess these events and the whole institution are extracted using the two latter methods. Present drug prohibitionism is also discussed along this work using the hypothesis that it influences the experiences the juveniles have with the Police, especially with respect to the constabulary approach. In summary, this work focuses in discussing the tensions existent in the relationship between these two acts, by the juveniles perspective.

Keywords: Military Police, Public Safety, youth, drugs, police checks

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Opinião dos entrevistados sobre a primeira coisa que faz com que um policial considere uma pessoa suspeita.....	27
Gráfico 2 -	Abordagem pela polícia para todos, morador ou não de favela, sexo, idade, cor e zona da cidade.....	28
Gráfico 3 -	Circunstâncias em que o jovem foi parado pelaPolícia.....	31
Gráfico 4 -	Já foi abordado pela polícia de acordo com o setor* (favela e não favela) e zona da cidade.....	32
Gráfico 5 -	Já foi sofreu extorsão ou tentativa de extorsão policial por Favela ou Não Favela.....	34
Gráfico 6 -	Jovens vítimas de agressão física por policiais por Não Favela ou Favela.....	35
Gráfico 7 -	Experiências relatadas pelos jovens com a Polícia nas entrevistas semiestruturadas.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Regressão logística binária para abordagem policial de acordo com sexo (masculino), cor (preta) e setor (morador de favela).....	29
Tabela 2 -	Percentual de abordagem de jovens andando a pé por cor.....	31
Tabela 3 -	Jovens que tiveram experiências com a Polícia por área da cidade.....	65
Tabela 4 -	Jovens usuários de maconha que tiveram experiências com a Polícia por área da cidade.....	65

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	O TRABALHO POLICIAL POLÊMICO: A ABORDAGEM NA POPULAÇÃO EM GERAL E O TRABALHO COM OS JOVENS	17
1.1	O relacionamento cotidiano da Polícia Militar com a sociedade	17
1.2	Os encontros da juventude com a Polícia Militar.....	21
1.2.1	<u>Porque controlar os jovens?</u>.....	Erro! Indicado 21
1.3	Quem são os principais suspeitos para a Polícia Militar?	
	Umaproblematização quantitativa	Erro! Indicado 25
1.5	O que é considerado suspeito para a Polícia?.....	Erro! Indicado 27
1.6	Onde mora o suspeito?	Erro! Indicado 32
1.7	As experiências com a violência policial.....	33
2	ONDE ENTRA A DROGA NESSA HISTÓRIA?.....	Erro! Indicado 39
2.1	Histórico da proibição das drogas no cenário mundial.....	Erro! Indicado 42
2.2	Histórico da proibição das drogas no Brasil e no Rio de Janeiro:	Erro! Indicado 45
2.3	A questão das drogas hoje	Erro! Indicado 52
2.4	Os jovens, as drogas e o controle	Erro! Indicado 54
3	“UM BARRIL DE PÓLVORA”: COMO OS JOVENS VEEM A POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO.....	57
3.1	Como os jovens percebem a Segurança Pública?.....	Erro! Indicado 60
3.2	As experiências com a Polícia	Erro! Indicado 64
3.3	Expectativa da ação x realidade	Erro! Indicado 69
3.4	Manifestações 2013.....	Erro! Indicado 71
3.5	As experiências positivas com a Polícia Militar.....	Erro! Indicado 72
3.6	O BOPE: A Polícia do “Caveirão”	Erro! Indicado 74
3.7	Porque eu?.....	Erro! Indicado 75
3.8	A questão da maconha.....	Erro! Indicado 79
3.9	O “contato” como forma de acesso a droga	Erro! Indicado 82
3.10	Na hora do flagrante: Quem é o suspeito de usar e quem é o suspeito de traficar?.....	Erro! Indicado 84
3.11	“Enxugando gelo”: o efeito dos flagrantes no consumo de maconha	Erro! Indicado 91

3.12	Como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha?	Erro! Indicado	93
3.13	Qual é o problema da PMERJ?	Erro! Indicado	95
3.14	E as polícias dos outros estados?	Erro! Indicado	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS		101
	REFERÊNCIAS		105
	ANEXO A - Roteiro de entrevista semiestruturada		111
	ANEXO B - Planilha com o perfil dos participantes das entrevistas semiestruturadas		114

INTRODUÇÃO

Coincidentemente ou não, o dia que eu escrevo essa introdução é um dia de pesar para os Direitos Humanos do mundo e especialmente no Brasil. Acaba de ocorrer a primeira execução de um brasileiro condenado a pena de morte na Indonésia¹. Também nessa semana um garoto de 11 anos foi morto pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em uma favela da cidade². Apesar da distância geográfica entre as duas mortes, elas estão entrelaçadas por um motivo único, a questão das drogas. O brasileiro que tentava entrar na Indonésia com 13 quilos de cocaína escondidos em uma prancha de surf, foi executado pelo crime de tráfico de drogas, crime com punição por pena de morte no referido país. O garoto cariocatambém foi acusado de tráfico de drogas, e embora no Brasil a pena de morte não tenha sido aprovada para nenhum crime, a suposta relação do menino com o tráfico foi a justificativa para a ação policial nesse caso. Infelizmente, os dois casos acima relatados não são as únicas mortes desse tipo notificadas no país e no mundo, casos como esses são recorrentes e já fizeram milhares de vítimas ao longo das últimas décadas.

De acordo com o anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no ano de 2013, 2.212 pessoas morreram em decorrência das ações policiais das forças policiais brasileiras (civis e militares). Quando considerados os últimos 5 anos (2009-2013) o número de mortos chega a 11.997. A título de comparação, as forças norte-americanas foram responsáveis pela morte de 11.090 pessoas ao longo de 30 anos (1983-2012). Apesar de nesse caso específico estarmos falando de um homem de 42 anos e uma

¹O brasileiro Marco Acher Cardoso Moreira foi executado por fuzilamento na Indonésia por cometer o crime de tráfico de drogas. Em 2003, o brasileiro foi preso por tráfico de drogas ao tentar entrar com 13,4 quilos de cocaína nos tubos da asa delta. O crime de tráfico de drogas é passível de pena de morte na Indonésia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1576639-brasileiro-condenado-a-morte-por-trafico-e-fuzilado-na-indonesia.shtml>.

²Patrick Ferreira de Queiroz foi morto por um tiro de fuzil disparado pela polícia, durante operação no Complexo do Lins, na quinta-feira. Segundo nota divulgada pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora no dia da morte de Patrick, ele estava com uma pistola, uma mochila com drogas e um rádio transmissor no momento em que foi baleado durante uma troca de tiros. A família contesta a versão. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/menino-morto-pela-policia-enterrado-no-dia-em-que-faria-12-anos-15083642.html#ixzz3Q2QF3aQ5>

criança de 11 anos, no Brasil, as vítimas dessa guerra as drogas tem um perfil claramente definido: jovens, negros e pobres (TEMPONE,2012). Do outro lado dessa guerra, está o Estado, representado pela Polícia Militar, composta muitas vezes também por jovens, pretos e pobres (RAMOS e MUSUMECI, 2005), e que muitas vezes também são vítimas do mesmo fenômeno.

Revirando a fundo essas questões, nos vemos em meio a um conflito já quase pré-estabelecido entre dois atores, os jovens e a Polícia Militar. Pensando a juventude como a fase de experimentação e rebeldia, e os policiais como a Instituição responsável pela manutenção da ordem e conseqüentemente a resolução de conflitos, já tínhamos uma tensão latente nesse relacionamento. Mas gostaria de acrescentar ainda o uso de drogas, uma prática ilegal em nosso e em muitos países e que tem como parcela significativa de consumidores a juventude.

O que pretendo discutir nesse trabalho são os encontros da Polícia Militar do Rio de Janeiro com a Juventude. Busco entender como acontecem e como os jovens avaliam as experiências que já tiveram com a Polícia Militar. Nesse sentido, cabe destacar um enfoque principalmente nas situações de abordagem policial.

Também busco abranger o universo dos jovens usuários de drogas, a fim de perceber se existem peculiaridades nesse grupo nos relacionamentos e na avaliação da Polícia Militar. Evidentemente, esse eixo da discussão é transversal ao meu estudo. Por conta do proibicionismo das drogas em nosso país, que tem um efeito mais exacerbado na instituição militar, uma vez que essa é a instituição que trabalha no combate ostensivo às drogas. Para dar conta dessa questão, realizo um histórico do proibicionismo das drogas no mundo e especialmente no Brasil, a fim de perceber quais os elementos que contribuíram para criar a política de repressão às drogas que assistimos hoje.

Embora o proibicionismo se estenda a todas as drogas consideradas ilícitas, gostaria de concentrar esse trabalho especialmente na maconha. Para justificar tal escolha, recorro a estudos já publicados sobre a maconha, como o de BECKER (2008) e VELHO (2008). O consumo de maconha possui um caráter grupal, ou seja, o consumo de maconha é uma atividade geralmente realizada em grupo, especialmente para os usuários mais esporádicos. Essa primeira informação já apresenta uma relevância nessa substância, uma vez que ela é consumida em grupo e o ritual exala cheiro, o que facilita aos policiais reconhecer o uso, em uma situação de flagrante, mais do que outras drogas de caráter individual, como a cocaína. Em segundo lugar, VELHO (2008) aponta o destaque que o consumo da maconha tem na vida dos jovens, sendo geralmente a primeira droga ilícita a ser consumida. Em último lugar, cabe

destacar que políticas rumo a legalização da maconha tem sido praticadas em todo mundo, com destaque para países como os Estados Unidos e o Uruguai. No Brasil também já existem grupos e políticos defendendo essa bandeira. Inclusive em janeiro de 2015, o canabidiol, um dos componentes da maconha, foi retirado da lista de substâncias proibidas e incluído a lista de medicamentos com uso controlado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Para dar conta dessas questões levantadas, estruturei o trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo discuto o que é a abordagem policial e como esse trabalho é realizado com os jovens retomando estudos nacionais e internacionais sobre o assunto. Ainda no primeiro capítulo, partindo de uma pesquisa intitulada JUVIPOL (Juventude, Violência e Polícia) realizada em 2009, pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC-UCAM), em parceria com o Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais/UFRJ e o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj) mapeio quantitativamente o perfil e as experiências vivenciadas pelos jovens moradores do Rio de Janeiro com a Polícia Militar.

No segundo capítulo apresento um histórico sobre o proibicionismo das drogas no mundo e no Brasil, nele discuto as legislações sobre o tema e as explicações sociais, culturais e políticas para elas, bem como apresento como essa discussão se encontra atualmente. No último capítulo me dedico às análises das entrevistas que realizei com jovens entre 18 e 29 anos moradores de diversas partes da cidade, seguindo padrões pré-estabelecidos. Meu objetivo nessa seção é analisar qualitativamente as experiências que os jovens tiveram com a Polícia Militar e como eles avaliam as experiências, e a Polícia Militar como um todo.

A pretensão do estudo que apresento a seguir é o de contribuir sociologicamente na discussão dos estigmas (GOFFMAN, 1980) e rótulos (BECKER, 2008) que perpassam o relacionamento dos jovens com a Polícia Militar partindo do olhar dos jovens. Nesse sentido, utilizo a triangulação metodológica, ou seja, o uso de metodologia quantitativa e qualitativa, para explorar dimensões e situações inerentes a esses contatos. Já adianto, que assim como todos os objetos das Ciências Sociais, não apresento aqui um parecer conclusivo sobre esse assunto. Afinal, a sociedade está sempre em movimento, as possibilidades de pesquisa são inesgotáveis e estão a todo momento passíveis de serem refutadas, e que assim permaneça.

Antes de adentrar nos capítulos no trabalho, apresento as hipóteses que pretendi testar ao longo desse estudo: O perfil do jovem abordado pela polícia não é aleatório. Fatores como raça, local de moradia, local de abordagem e atitude suspeita (modo de vestir, comportamento, entre outros) tornam alguns grupos mais vulneráveis a serem abordados pela

polícia do que outros; A maior parte dos encontros entre a polícia e a juventude, especialmente no que diz respeito a classe média é permeada pelo consumo e ou busca de entorpecentes; A justificativa de busca de drogas também é verídica na favela e nos bairros mais populares. A diferença com relação a classe média é que nesta situação a abordagem pode ocorrer independente de flagrante ou atitude suspeita, para o trabalho policial, o local de moradia do jovem já o define como suspeito, independentemente de sua atitude (MISSE;1999); Extorsões são práticas mais comuns entre a classe média e agressões mais comuns entre as classes mais populares; Os jovens abordados, independente da abordagem, não deixam de consumir a droga; As experiências positivas dos encontros entre a juventude e a polícia são raras ou praticamente inexistentes, sobretudo entre os moradores de favela.

1 O TRABALHO POLICIAL POLÊMICO: A ABORDAGEM NA POPULAÇÃO EM GERAL E O TRABALHO COM OS JOVENS

1.1 O relacionamento cotidiano da Polícia Militar com a sociedade

2

A atividade do policial militar envolve diversas funções que se situam desde atividades preventivas a violência até confrontos diretos. Entre estes dois extremos existem uma série de atividades as quais o poder policial pode ser acionado, como brigas de vizinhos, mulheres em trabalho de parto, conflitos conjugais; até atividades que envolvam o uso de arma de fogo e que as vezes podem resultar em letalidade do próprio policial ou de outros (PINC, 2013). Apesar disso, MUNIZ et al. (1999) destaca que o trabalho que desvinculado à atividade criminal não é percebido pela população, e por parcela dos policiais, como trabalho policial. A atenção organizacional tende a ser concentrada nas estatísticas e registros de ações propriamente repressivas ao crime. Nesse sentido, possuem mais visibilidade no âmbito da Segurança Pública as ações que podem vir a ser objeto de ação legal, tais como os flagrantes, as prisões, as detenções, as apreensões etc.

Essa variedade de atividades que envolvem o policial militar, incluindo as que serão objeto de ação legal ou não, faz com que ele desempenhe na sociedade o papel que foi chamado por PINC (2013) de “burocrata de rua”. Os policiais são considerados burocratas do nível de rua porque interagem diretamente com o cidadão e têm amplo poder discricionário para decidir sobre seu trabalho (PINC, 2013, pág. 2).

Conforme já mencionei, o trabalho policial não se resume ao confronto direto, bem como o combate ao crime o tempo inteiro. Assim como nas situações de confronto, o trabalho policial cotidiano gera uma série de reações na população. Essas reações podem ser positivas, como reconhecimento, agradecimento, entre outras; ou negativas, como ressentimento, raiva, decepção entre outros; e até mesmo indiferentes.

Os estudos sobre o trabalho policial muitas vezes estão relacionados à violência policial letal (CANO, 1997; RAMOS, 2005). Conforme analisa PINC (2006):

Chamo a atenção para o aspecto de que o “grosso” da relação policial-cidadão ocorre num contexto onde o crime é um fato que pode vir-a-ser, e que nessas circunstâncias a possibilidade do policial abusar da força, causando lesão ou morte,

é ínfima. No entanto, o foco do interesse acadêmico situa-se justamente nessa pequena parcela da ação policial, que resulta em lesão ou morte para o não-policial, tornando inócua a tentativa de tornar transparente os mecanismos que engendram a dinâmica da atividade policial, principalmente no que diz respeito ao preparo policial.

Neste sentido, os estudos acadêmicos deixam de agregar novos conhecimentos que poderiam oferecer duas grandes contribuições: (1) identificar os pequenos abusos que não resultam necessariamente em lesão ou morte aos não policiais e que permeiam o cotidiano da polícia com o público; e (2) analisar quantitativamente a vitimização dos policiais, decorrentes de suas atividades de rotina. (PINC, 2006, pág. 26)

Seguindo uma corrente de pensamento semelhante à de PINC, MUNIZ et al. (1999) acreditam que a dificuldade no uso adequado de força e a invisibilidade da maior parte do trabalho policial passam a ser as questões centrais pelas quais a discussão consequente e democrática da ação policial tem que se iniciar em nosso país. Visando explorar essas questões que permeiam o trabalho policial cotidiano da polícia com o público, optei por estudar as questões relacionadas à abordagem policial.

BOWLING e PHILLIPS (2007) apontam que de acordo com o Police and Criminal Evidence Act (PACE), vigente na Inglaterra e no País de Gales, o propósito primário do poder policial é “habilitar oficiais para acalmar ou confirmar suspeitas sobre indivíduos sem exercer o seu poder de prisão” (BOWLING e PHILLIPS, 2007, pág.8). A polícia está autorizada a abordar e fazer buscas nos indivíduos, segundo instrumentos legislativos. O código também aponta que os graus de sujeição de um indivíduo dependem das circunstâncias de cada caso. Essas circunstâncias devem ser baseadas em fatos, informações ou inteligência policial. Segundo o Código de Evidências (PACE), a suspeição nunca deve ser baseada em características pessoais ou comportamentais, como a raça, idade, aparência, entre outros. Para os autores, abordagens baseadas em estereótipos ao invés de suspeição³ são ilegais. O artigo analisa se a atuação policial varia de acordo com grupos específicos, e conclui que na Inglaterra e no País de Gales os negros têm seis vezes mais chances de serem abordados pela polícia do que a população em geral (BOWLING e PHILLIPS, 2007).

A realidade brasileira se situa na mesma direção (RAMOS e MUSUMECI, 2005; BATISTA, 2003). PINC (2007) aponta que através do Procedimento Operacional Padrão (POP), a abordagem policial está respaldada por um conjunto de regras e procedimentos que orientam na direção de uma conduta segura e legal. Porém, o fundamento legal não especifica

³ Suspeição aqui pode ser pensada como forma de se comportar, parecer assustado, apressado, apresentar algum tipo do que seria definido pelos policiais como atitude suspeita. Para aprofundar esse tema DUARTE et. al (2005) e RAMOS e MUSUMECI (2005) discutem alguns elementos que seriam considerados pelos policiais brasileiros como atitude suspeita.

as ocasiões e os graus em que o uso da força pode ser utilizado. Sendo assim, o policial é dotado do poder discricionário, que o autoriza a escolher como e quando usar a força.

RAMOS e MUSUMECI (2005) definem a abordagem policial como:

(...) situações peculiares de encontro entre a polícia e a população, em princípio não relacionadas ao contexto criminal [...] Noutras palavras, constitui momentos em que as pessoas têm contato direto com a polícia na qualidade de cidadãos comuns – nem delinquentes, nem vítimas- e **situações que, ao menos em tese, podem ocorrer cotidianamente a todo e qualquer cidadão(ã)**. Por essas características, as experiências de abordagens são uma fonte potencialmente muito importante de geração de imagens e opiniões- positivas ou negativas- sobre as forças de segurança. (Grifo meu) (RAMOS e MUSUMECI, 2005, pág. 53)

O fragmento acima já indica à influência da experiência direta ou indireta da abordagem policial sobre a percepção das pessoas em relação a Polícia Militar. Cabe destacar que alguns estudos já foram realizados para tratar da questão da abordagem policial no Brasil. Gostaria de apresentar dois deles.

O primeiro deles parte da avaliação dos procedimentos adotados pelos policiais durante uma abordagem policial, ou seja, tem como foco a forma em que os policiais desempenham o trabalho de abordar o cidadão. Trata-se da dissertação de mestrado, e posteriormente tese de doutorado de PINC (2006; 2011). A autora que na ocasião era parte do quadro de policiais oficiais da PMESP (Polícia Militar do Estado de São Paulo) estava motivada a discutir a questão dos encontros da polícia com a população. Para tal, realizou uma Observação Social Sistemática, que consistia em capturar imagens das abordagens policiais, com a autorização do comando, mas sem que os policiais presentes soubessem do monitoramento. Em um segundo momento, essas imagens eram codificadas com base nas condutas, de acordo com as respostas a perguntas estabelecidas em um questionário. PINC (2006) estava interessada em avaliar se os policiais seguiam a conduta recomendada pelo programa POP (Procedimento Operacional Padrão) estabelecido pela PMESP em 2002.

Cabe ressaltar que o objetivo da autora era avaliar o impacto de um treinamento⁴ sobre a abordagem. Por conta disso, a pesquisadora trabalhou com o grupo experimental (que havia sofrido o tratamento, no caso o treinamento) e o grupo controle (que não haviam participado do treinamento). Após o treinamento, a pesquisadora monitorou através da captação de vídeo, as abordagens policiais de determinados locais. Ao término da captação, a autora codificou as imagens utilizando fichas que avaliassem o procedimento adotado pelos policiais. As fichas

⁴O treinamento elaborado por PINC consistia em um curso de 60 horas e tinha o objetivo de instruir os policiais para a utilização do POP (Procedimento Operacional Padrão). O grupo de treinamento era composto por 12 policiais, mais um sargento responsável pela continuidade do treinamento. Durante o curso os policiais receberam instrução sobre comando verbal, uso de algemas, uso de espargidor de gás de pimenta, uso de arma de fogo, abordagem policial a pessoa a pé, abordagem policial a veículos, busca pessoal e vistoria em veículo (PINC, 2006)

apresentavam pontuação máxima de 14 pontos para quando os policiais adotassem completamente ao POP. Nenhum dos grupos avaliados apresentou pontuação superior a 6,0. Desta forma, um dos resultados da pesquisa de PINC (2006) foi que o treinamento não apresentava melhora significativa nos procedimentos adotados durante a abordagem. Os trabalhos de PINC (2006; 2011) permitiram avaliar a abordagem policial através da conduta adotada pelos policiais. Apesar da metodologia de pesquisa da autora não envolver conversas com os policiais, foi possível perceber que os policiais majoritariamente não se orientaram pela conduta prevista pela Corporação.

O segundo trabalho que gostaria de destacar foi realizado por RAMOS e MUSUMECI (2005) afim de avaliar as experiências e percepções da população carioca com a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ). O foco desse estudo está em saber quais as experiências que a população teve com a Polícia Militar e como percebem esse ator institucional. Essa pesquisa partiu da combinação entre métodos quantitativos e qualitativos. Foram realizadas entrevistas com militantes do movimento negro e com jovens envolvidos em trabalhos culturais em comunidades; quatro grupos focais com jovens de distintos segmentos sociais e diferentes regiões da cidade; aplicação de um *survey* amostral para a população residente na cidade do Rio de Janeiro; e entrevistas com policiais militares de diferentes batalhões do município.

O *survey* abrangeu uma amostra representativa da população carioca na faixa entre 15 e 65 anos, foram aplicados 2.250 questionários. Deste quantitativo 37,8% afirmou já ter sido abordado pela polícia. Os dados apontaram uma variação significativa para gênero e idade. Os homens que representavam 46,8% da população carioca são 73,8% dos abordados, enquanto as mulheres, que representavam 53,2% da população, representavam somente 26,2% dos abordados. As autoras também apontaram a abordagem em carro particular, sob a forma de blitz, como a mais recorrente entre a população carioca. Em seguida, abordagem a pé ou na rua e em transporte público, apontando que nesses últimos dois casos, os mais parados proporcionalmente são homens, jovens, negros e as pessoas de menor renda e escolaridade. Quero destacar nesse momento a distribuição de abordagem por faixa etária. Os jovens entre 15 e 24 anos representavam 25,7% da população amostral e nesta faixa etária concentravam-se 49,1% dos abordados. Esses dados apontaram para o fato de que no Rio de Janeiro os jovens são mais abordados pela Polícia do que as demais faixas etárias. Na seção a seguir, quero chamar a atenção para esse grupo específico da população. A seguir, pretendo discutir através os encontros entre a Polícia Militar e a juventude, e mais especificamente, a abordagem policial de jovens.

1.2 Os encontros da juventude com a Polícia Militar

1.2.1 Porque controlar os jovens?

Embora as fases da vida estejam interligadas a um processo biológico, também são definidas por um processo social e histórico (PIMENTA,2014; PERALVA,2007). A concepção das fases da vida tal qual conhecemos hoje é fruto do lento processo de constituição da modernidade. Ou seja, para além da questão biológica, as divisões também são fruto dos costumes e comportamentos do contexto histórico que estamos inseridos. (PERALVA, 2007)

A vida do jovem moderno é permeada por normas e regras, e todas essas são passíveis de responsabilização. Em paralelo a isso, a juventude aparece romanticamente engrandecida pelas atribuições de inocência e liberdade em relação à responsabilidade da vida adulta. Trata-se de uma fase totalmente própria, permeada de controle e simultaneamente de anseios de liberdade e novas experiências. (BITTNER, 2003)

Antes de adentrar a questão da abordagem policial de jovens, gostaria de trazer dois marcos teóricos importantes para problematizar esta questão, as definições de desvio e controle, a fim de avançar na compreensão da condição ocupada pelos jovens na nossa sociedade. Para BECKER (2005) o jovem não se constitui como uma categoria exclusiva de desviantes, mas constitui uma categoria importante e central para se pensar o desvio.

A cultura moderna é marcada pela tentativa de correção do comportamento que foge à normalidade. Nos séculos anteriores, as pessoas com atitudes que fugissem ao comportamento padrão deveriam ser excluídas, isto é, o desvio como sinônimo de identidade. A modernidade aposta na possibilidade de “medicalização” dos comportamentos fora de padrão, uma vez que o estranho passa a ser pensado ou percebido como um doente que precisa ser curado.(FOUCAULT,1999)

Para realizar esta cura, existe a figura do “diretor de consciência” (FOUCAULT, 1999). O “diretor de consciência” é o indivíduo que possui a verdade, autoridade e capacidade de cuidado do “incapaz”. A tese que Foucault sustenta é valiosa para pensarmos o controle da sociedade sobre a juventude. Em primeira instância, a sociedade

espera que os pais atuem como diretores de consciência de seus filhos. Além dos pais, a sociedade também se acredita responsável por esta função. Seja através da formação escolar, do trabalho, do oferecimento de programas sociais e culturais voltados para ocupar o tempo vago dos jovens e, nos casos mais extremos, através da repressão policial e ou até mesmo através do sistema penal ou socioeducativo.

As teorias apresentadas acima discutem o papel que a sociedade acredita ter que desempenhar no tratamento daqueles considerados anormais para Foucault ou desviantes para Becker.

Próximo ao papel do “diretor de consciência” de FOUCAULT (1999), BECKER (2005) apresenta a figura dos “empreendedores morais”. Sendo estes, indivíduos dispostos a criar e impor regras baseadas no que julgam ser o certo. Segundo o autor, a motivação dessas pessoas vai além de induzir outras pessoas ao que elas julgam correto. Mas elas de fato acreditam que suas escolhas são as melhores opções para a vida de qualquer um.

Para BECKER (2005) o desvio é criado pela sociedade, ou seja, a sociedade que define o que é comportamento normal e conseqüentemente o anormal (desviante). Os grupos sociais criam desvios ao fazer regras sociais cuja infração constitui atitude desviante e, ao aplicar essas regras as pessoas particulares, as rotulam como “outsiders”.

Entender o comportamento da juventude a luz dos conceitos de rótulo e desvio é importante para pensarmos o relacionamento entre a Polícia Militar e a Juventude, uma vez que essas questões permeiam o trabalho policial, especialmente no que diz respeito à seleção dos indivíduos considerados como “elemento suspeito⁵” (RAMOS e MUSUMECI, 2005). BECKER (2005) ao estudar grupos considerados desviantes, especificamente os músicos de Jazz e os usuários de maconha, já havia discutido esta diferença, como fica claro no trecho a seguir:

O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas do que a outras. Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos das áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado a delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. (BECKER, 2005, pág. 25)

⁵ Um dos objetivos apontados por RAMOS e MUSUMECI (2005) partia das teorias americanas do *racial profiling*. Segundo as autoras “nosso foco se dirigiu para a influência, isolada ou combinada, de estereótipos raciais e sociais na construção da suspeita policial” (RAMOS e MUSUMECI, 2005, pág.16). Minha hipótese considera os jovens como possíveis suspeitos, e determinados atributos como cor, a forma de se vestir, o local de moradia, o uso de entorpecentes, entre outros, como agravantes para a suspeição.

Esses dois conceitos são bem importantes para se pensar o papel que a Polícia acredita desempenhar no tratamento com os jovens e como os jovens interpretam a maneira de ação dos policiais.

MINAYO (1999) define a relação entre os jovens e a polícia como relações permeadas pelo medo e pela desconfiança. Gostaria de apresentar a seguir outros trabalhos que discutem o relacionamento entre esses dois atores.

Como dito anteriormente, RAMOS e MUSUMECI (2005) realizaram grupos focais com 42 jovens moradores do município do Rio de Janeiro. Convém destacar que todos estes participantes relataram ter extensas experiências e opiniões em torno da temática do comportamento da polícia. Para os participantes, ser jovem é um fator-chave na experiência de ser considerado suspeito para a polícia. Em outras palavras, os jovens percebem que essa fase da vida é um elemento potencial para experimentar o “controle” policial.

ABRAMOVAY et al (1999) realizaram grupos focais com jovens de três municípios da periferia do Distrito Federal, e com policiais que atuam nestes locais, a fim de entender a percepção de um ator sobre o outro. Os autores concluíram que os discursos dos dois grupos sugerem um conflito latente entre policiais e jovens. Conflito este que pode explodir a qualquer momento e que se torna ainda mais grave quando se trata de jovens pertencentes a “galeras” ou “gângues”. Em concordância com as teorias de BECKER (2005) e de FOUCAULT (1999), os autores descobriram que os policiais representam a si mesmos como defensores dos interesses e valores da sociedade, com a possibilidade de colocar limites, para manter a tranquilidade e a ordem, e para obrigar o cidadão a cumprir leis.

BITTNER (2003) observa que parte preponderante do trabalho policial não reside somente no combate ao crime. O autor aponta que esta afirmação é verdadeira especialmente no que diz respeito ao trabalho com jovens. O policiamento de jovens não é uma tarefa criada pela polícia ou para a polícia; ele simplesmente lhe é entregue quando os jovens estão além do alcance do controle primário de supervisão, ou são considerados como estando.

A questão do policiamento voltado para jovens deve ser encarada como trabalho rotineiro dos policiais para o controle da criminalidade ou da ordem. Apesar disso, os policiais não possuem preparo específico para lidar com os jovens, e o trabalho coercitivo do policial somado aos anseios de liberdade dos jovens acabam por estabelecer uma atmosfera de desconfiança entre ambos os lados, e uma busca constante de oportunidades de um “pegar o outro” (BITTNER, 2003).

No trabalho de ABRAMOVAY et al. (1999) os policiais civis e militares se queixaram da falta de uma formação específica para lidar com os jovens, destacando que contam apenas

com um treinamento para lidar com a população em geral. O depoimento de um policial Oficial publicado no trabalho de RAMOS e MUSUMECI (2005) também traduz esta realidade:

Os jovens principalmente, por serem imaturos, eu diria que eles tentam pelo comportamento não desprestigiar, mas eles ... isso se dá muito pela noite, pela madrugada, por falta de uma educação... ele trata o policial como ele trata normalmente a mãe e o pai, com extrema falta de respeito. Então acontece justamente isso, o policial, por sua vez, também, talvez ele não tenha muito trato nessa questão, questiona aquele comportamento e ele, o jovem, não está acostumado a ser questionado, aí há aquele choque. O policial tem que usar a força, a farda, e aí sim... ele sai dali completamente revoltado. Aquele cara sai reclamando e essa é a grande questão. (RAMOS e MUSUMECI, 2005, pág.40)

BITTNER (2003) aponta que na percepção dos policiais sobre o seu trabalho, os jovens não apenas criam problemas, mas eles são o problema. E as razões para a falta de inclinação no trato com jovens estão relacionadas à ausência de interesses pessoais e/ou dos superiores neste tipo de ocorrência. Por conta disso, os policiais acabam recorrendo a medidas fortemente coercitivas, sem antes experimentar a viabilidade de alternativas, exceto nos casos em que a violência ou a prisão possam produzir protestos de pais “politicamente poderosos ou articulados”.

A partir do momento que o policial encontra-se dotado de autonomia para decidir o “elemento suspeito” e o tratamento que será dado a ele, abre-se a possibilidade de condutas com uso abusivo da força por parte dos policiais. Por exemplo, abordagens policiais com agressões físicas praticadas por policiais militares contra os jovens, popularmente conhecida como “baculejo” (SÁ e NETO, 2011).

As principais vítimas do “baculejo” são as pessoas recorrentemente concebidas como indesejáveis, tanto pela população cidadina quanto pelos policiais. E, portanto, categorizadas em situações de conflitualidade cotidiana como “vagabundos”, principalmente flanelinhas, guardadores de carros, jovens usuários de drogas, jovens moradores de favelas se deslocando de bicicleta pela cidade, usando roupas que são identificadas no “crime” e pela polícia como marcas de ladrões (SÁ e NETO, 2011).

A partir do momento que cabe ao policial avaliar a atitude suspeita, ele define quem pode ser o “vagabundo” e como abordá-lo. Portanto, a revista policial acaba atingindo muito mais determinados perfis que carregam rótulos (BECKER, 2003).

1.3 Quem são os principais suspeitos para a Polícia Militar? Uma problematização quantitativa

A acusação social tem ao menos duas facetas: numa, a acusação é um ato subjetivo, que não ganhou exterioridade, e se dirige a si mesmo, seja para se auto-acusar-se de um propósito ou ação, seja como acusação subjetiva, íntima, à conduta de outrem. Nesta faceta, a acusação cumpre uma função auto-reguladora, que reforça a identidade normativa do sujeito da experiência através da vigilância exercida sobre o seu auto-controle. Na outra faceta, a acusação é exteriorizada, ultrapassa a intimidade e ganha a esfera pública. Aqui ela pode se tornar também, e principalmente, um modo de operar o poder numa relação social, dependendo do modo como se desenvolverá. (MISSE, 1999, pág. 56)

Conforme já foi discutido nas seções anteriores, o comportamento desviante é comum a fase da juventude. Apesar disso, variam os graus de desvio e essa variação é atribuída não pelo desvio em si, mas pela interpretação que a sociedade atribui ao ato e, sobretudo ao indivíduo que comete o desvio. O ponto a ser explorado é porque alguns são considerados suspeitos e outros não? Porque um mesmo desvio pode gerar respostas distintas para grupos distintos? O que define a atitude e o elemento suspeito?

A suspeição é um mecanismo ativado por signos que quebram a expectativa da confiança e que ativam uma atenção seletiva culturalmente acumulativa. Regras de experiências são acumuladas e orientadas para definir uma situação de ameaça ou perigo ou para sinalizar traços significantes, num indivíduo, de sua possível carga de suspeição. Não são apenas estereótipos discriminante, mas efeitos regulares de relações sociais onde já se acumularam expectativas consistentes com resultados apresentados como <quase certos>. (MISSE, 1999, pág. 74)

Em outras palavras, para MISSE (1999) a suspeição criminal é resultado da junção dos seguintes elementos: cútis, ambiente, comportamento e olhar do policial. RAMOS e MUSUMECI (2005) investigaram entre os jovens e policiais quais os elementos que motivariam a formação do elemento suspeito. Elas apontaram indícios como: idade, gênero, cor, classe social, combinadas a outras variáveis como: vestuário, comportamento, situação, etc.

Visando testar esses indícios a partir da juventude, parti de uma pesquisa intitulada JUVIPOL (Juventude, Violência e Polícia) realizada em 2009, pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC- UCAM), em parceria com o Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais/UFRJ e o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj)⁶.

⁶A seleção dessa pesquisa para as análises quantitativas se mostrou a opção mais atual disponível para mensurar as experiências dos jovens com a Polícia. Cabe destacar que apesar da diferença temporal entre o período da pesquisa quantitativa (2009) e das análises qualitativas (2014), comparar os dados de 2009, com a pesquisa de RAMOS e MUSUMECI (2005) nos ajuda a inferir que as experiências vivenciadas com a Polícia Militar nos dois períodos são semelhantes. Sendo assim, apesar da limitação temporal, podemos indicar uma possível recorrência no padrão das experiências com a Polícia Militar.

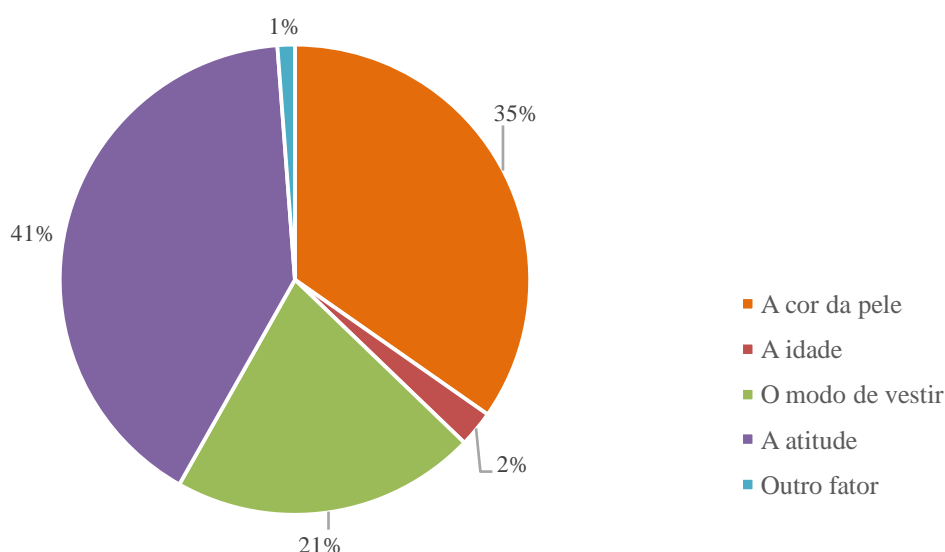
Essa pesquisa derivou de um *survey* amostral aplicado entre julho a novembro de 2009 para **1.607** jovens entre **15 e 24 anos**, moradores da cidade do Rio de Janeiro. O critério de seleção da amostral privilegiou a aleatoriedade, inicialmente através do sorteio de domicílios, sendo posteriormente substituída por entrevistas na rua. Cabe ressaltar ainda que por conta do tamanho limitado da amostra, a pesquisa optou por dividir a cidade em três macrorregiões: Centro, Zona Sul e Barra, Zona Norte e Zona Oeste.

Entre os entrevistados, 848 eram do sexo masculino e 759 do sexo feminino; 320 (19,9%) eram moradores de favela e 1.287 (80,1%) não-moradores de favela. Vale acrescentar que o perfil da amostra ficou concentrado na faixa etária de 15 a 18 anos, o que superavaporporcionalmente a distribuição populacional do Censo de 2000. Para amenizar este problema, foi realizada uma ponderação dos dados com base no Censo do ano 2010. Desta forma, em todas as análises deste estudo estão aplicadas as correções populacionais. Por conta das dimensões do município do Rio de Janeiro, combinado a questões operacionais da referente pesquisa, o universo amostral possuía dificuldades de representatividade da real distribuição de moradores da cidade. Com relação a este problema, merece atenção o fato da amostra de moradores de favela, especialmente entre os residentes da Zona Sul, Centro e Barra ser muito reduzida, o que não reflete a dinâmica, sobretudo da Zona Sul e Centro. E, o fato da Zona Norte da cidade ser composta por um universo muito grande de bairros heterogêneos entre si. Além disso, não consta na pesquisa uma variável para explicar o motivo da abordagem policial, o que contribuiria para o estabelecimento do perfil. Essas observações apontam para a necessidade de interpretar com cautela os dados apresentados.

1.5 O que é considerado suspeito para a Polícia?

Foi perguntado aos jovens entrevistados “Na sua opinião, quando um policial bate os olhos numa pessoa, qual a **PRIMEIRA COISA** que faz com que ele considere essa pessoa suspeita?” A resposta dos jovens seguiu a seguinte distribuição apontada no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Opinião dos entrevistados sobre a primeira coisa que faz com que um policial considere uma pessoa suspeita



Fonte:RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

Três fatores chamam a atenção nessa distribuição: a atitude, a cor da pele e o modo de se vestir. A questão do comportamento e modo de vestir também é problematizada por ABRAMOVAY et al (1999):

O vestuário composto pela bermuda e pela camiseta folgadas, boné, sandália e ou tênis, de marcas famosas ou imitação, caracteriza o visual dos jovens entrevistados. Esse visual, o modo de ser, de andar e vestir, segundo os entrevistados, é o que faz com que sejam discriminados, confundidos com malandros e alvo de constantes abordagens policiais. (ABRAMOVAY et al;1999;pág.44)

Para ABRAMOVAY et al. (1999), esta vestimenta gera a desconfiança dos policiais por dar margem a ocultação de armas e drogas, o que segundo eles, é confirmado por alguns depoentes. A questão da vestimenta como elemento chave para a constituição do elemento suspeito, também foi explorada no estudo de SOUZA e GOMES (2011). Os autores aplicaram um *survey* policiais de Brasília na tentativa de responder quais são os elementos

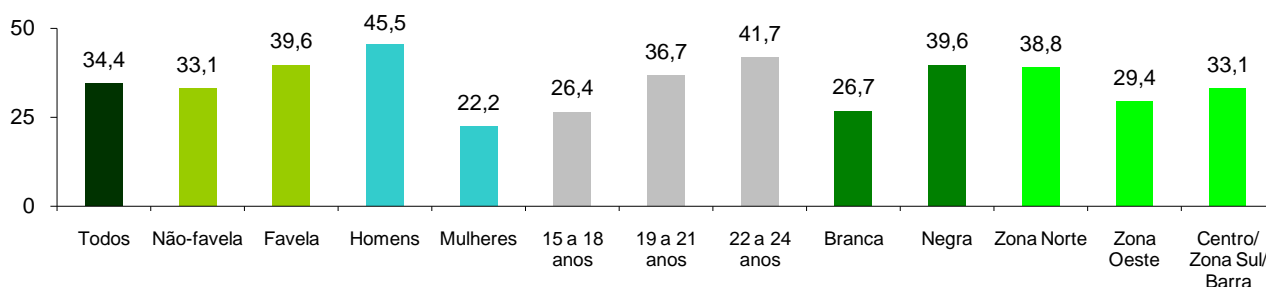
caracterizadores da juventude para os policiais. A característica mais apontada pelos policiais, segundo os resultados desta pesquisa, diz respeito a moda e a aparência. Os autores avaliaram que a vestimenta padronizada do policial em contraposição com a vestimenta despojada e com finalidade de pertencimento a determinado grupo, seria um ponto de discussão interessante para pensar a relação entre esses dois grupos. O trecho a seguir ilustra essa questão:

Pensando teoricamente sobre esse dado de caracterização da juventude pelos PMs, a partir da moda e aparência, podemos observar possíveis relações entre o binômio: o vestuário, a roupa versus a ordem, a organização ou o primeiro versus a desordem, a desorganização. Vejamos: a roupa gera uma boa ou má aparência social. Ela permite a criação de aparências padronizadas ou não. Em tempos como o nosso, em que há uma forte tendência a processos massificantes, a roupa, especialmente para os jovens, em suas constituições individual e grupal, representa um modo de expressar sua forma de ser, seu estilo, tanto se diferenciando dos outros quanto se identificando com outros. A vestimenta, em sociedades complexas, tornou-se um fator de diferenciação sociocultural, isto é, o que chamamos de moda possui uma lógica própria que comunica costumes e ideais a respeito do mundo. (SOUZA e GOMES,2011,pág.533)

Sobre a questão da seleção do elemento suspeito durante uma abordagem, DUARTE et.al (2014) realizaram grupos focais com jovens negros e policiais das capitais de Salvador, Curitiba e Brasília. O estudo apontou que a narrativa dos policiais justifica a seleção do elemento suspeito através do “tirocínio policial”.O tirocínio seria definido pela capacidade intuitiva e eficaz que os policiais acreditam ter na identificação do suspeito, proporcionada ou definida em razão da experiência (DUARTE et. al, 2014). Outra questão levantada pelo estudo é a justificativa da seleção dos suspeitos como uma forma de cumprir ordens ou o seu dever, sendo essa especialmente acionada diante de assertivas relacionadas ao preconceito.

As respostas ao *survey*JUVIPOL apontaram que com relação à vivência de experiências de abordagens, 34,4% dos jovens já foram abordados pela polícia. A divisão de abordagens por determinados perfis segue a distribuição apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Abordagem pela polícia para todos, morador ou não de favela, sexo, idade, cor e zona da cidade



Fonte:RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

Conforme aponta o gráfico 2, os perfis mais abordados pela polícia são homens, negros e moradores de favela. Com relação a zona da cidade, as diferenças são bem pequenas e serão discutidas mais à frente.

Para realizar as análises dos perfis que são mais abordados pela polícia, utilizei a partir das variáveis disponíveis na pesquisa, o modelo de regressão logística binária. As análises de regressão logística nos permite identificar quais os fatores que mais influenciam o jovem a ser abordado pela Polícia, e estimar a probabilidade de ocorrência do fato (BORGES, 2011). Este método consiste em analisar variáveis em que as respostas sejam apenas 0 e 1, sendo 0 para fracasso e 1 para sucesso. A partir destas análises é possível mensurar a **razão de chance** das associações, isto é, qual a chance de a variável dependente⁷ ser influenciada pelas variáveis independentes. Em outras palavras, a regressão pretende estudar a probabilidade de uma pessoa ter sido parada pela Polícia a partir de determinadas características. A variável dependente utilizada nas análises foi a questão **“Você já foi parado pela polícia?”: 0 “não foi parado” e 1 “foi parado”**. Como variáveis independentes (características) foram testadas: sexo, cor, idade, morador ou não de favela e zona da cidade em que vive. A tabela a seguir apresenta a combinação de características que teve mais impacto para a abordagem policial, que seria sexo masculino, cor preta e morador de favela.

Tabela 1: Regressão logística binária para abordagem policial de acordo com sexo (masculino), cor (preta) e setor (morador de favela).

Variables in the Equation						
		C	Estatística de Wald	G	P	R
Step 1 ^a	Favela	-0,468	11,811	1	0,001	0,626
	Homem	1,104	94,006	1	0	3,017
	COR Preta	0,464	12,339	1	0	1,59
	Constant	-0,999	55,672	1	0	0,368

a. Variable(s) entered on step 1: favela, homem, COR Preta.

Fonte: RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

De acordo com os dados (Razão de Chances), os homens possuem aproximadamente 3,02 vezes mais chances de serem abordados por policiais do que as mulheres. Além do sexo, a tabela aponta também a influência da cor, os jovens pretos possuem mais 1,59 mais chances

⁷ Também conhecida como variável resposta, a terminologia se refere ao objetivo de investigar o grau no qual a resposta naquela variável depende do valor de outra variável (variável independente). (AGRESTI e FINLAY;2012;73)

de serem abordados pela Polícia do que os jovens brancos. Por último, não morar na favela aumenta em 1,6 o número de chances de ser abordado com relação aos jovens que não moram nesses locais⁸.

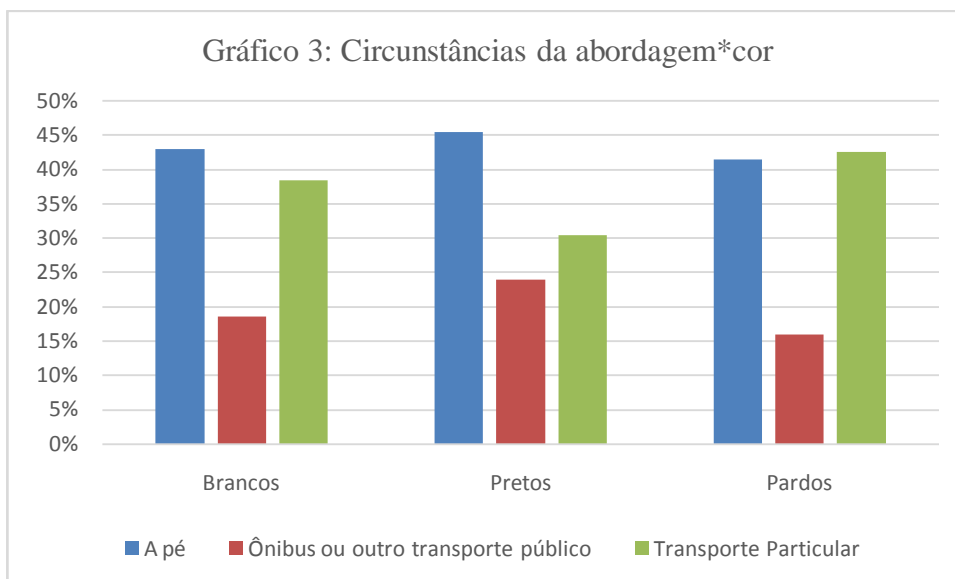
RAMOS e MUSUMECI (2005) apontaram que no ano de 2002 a Polícia Militar do Rio de Janeiro possuía porcentagem de negros em seu contingente superior a porcentagem de negros da população geral, com base no Censo de 2000. Apesar disso, destacaram que a cor do policial não interfere no tratamento utilizado em uma abordagem. Segundo propõe o título da seção que discute raça “polícia não tem cor, tem farda.” De fato, as análises aqui apresentadas apontaram que os jovens pretos possuem aproximadamente 1,59 mais de chances de serem abordados por policiais.

RAMOS e MUSUMECI (2005) indicam que o recorte de raça se faz mais marcante nas abordagens a pé e em transporte público do que nas *blitz* policiais em carros particulares. Em contrapartida, em abordagens em veículos particulares, a diferença de gênero é menor, a média de idade mais alta e as faixas de renda e escolaridade também tendem a serem mais altas. Na pesquisa JUVIPOL foram consideradas as seguintes possibilidades para a circunstância da abordagem: **andando a pé, na rua, em ônibus ou outro transporte público** ou **andando de carro ou moto particular**. Para todas estas perguntas existiam as respostas: uma vez, algumas vezes, muitas vezes ou nunca.

O gráfico a seguir considerou o somatório das respostas “uma vez”, “algumas vezes” e “muitas vezes”, isto é, se o jovem já foi abordado pelo menos uma vez pela polícia ao longo da vida. Foi analisada a porcentagem dos que afirmaram ter sido parados em cada uma das circunstâncias. Lembrando que alguns jovens relataram terem sido parados em mais de uma circunstância.

⁸Esse dado pode ser explicado pelo contexto em que foi realizada a pesquisa. Cabe destacar que entre as décadas de 1980 e 1990 foi colocado em prática pela PMERJ o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) que se tratava de uma modalidade de policiamento comunitário empregado nas favelas (ALBERNAZ, CARUZO e PATRÍCIO, 2007). Nesse contexto, eram comuns abordagens policiais no interior da favela. Já no contexto da pesquisa JUVIPOL a política não estava mais em funcionamento, o que ajuda a justificar a maior possibilidade de ser abordado pela Polícia para os moradores de não-favela. Os dados qualitativos apontaram que parte considerável dos jovens moradores de favela tiveram experiências com a Polícia após a entrada das UPPs nas favelas, isso nos ajuda a problematizar que esse dado poderia ser diferente caso o *survey* fosse aplicado no contexto atual.

Gráfico 3: Circunstâncias em que o jovem foi parado pela Polícia



Fonte:RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

O gráfico aponta na mesma direção dos resultados apresentados por RAMOS e MUSUMECI (2005). A abordagem de pretos aparece maior em situações de abordagem a pé, de ônibus ou transporte público. Enquanto a abordagem de pardos e brancos é maior em transporte particular. A tabela a seguir aponta o percentual de abordagem a pé por cor, a fim de mensurar se os negros além de serem mais abordados, vivenciam essa experiência com mais recorrência que os brancos.

Tabela 2: Percentual de abordagem de jovens andando a pé por cor:

Abordado andando a pé, na rua * Cor				
Frequência	Branços	Pretos	Pardos	Total
Uma vez	37,7%	32,6%	22,7%	30,4%
Algumas vezes	16,8%	22,7%	40,9%	20,8%
Muitas Vezes	6,6%	9,2%	0,0%	8,2%
Nunca	37,7%	34,0%	36,4%	38,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte:RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

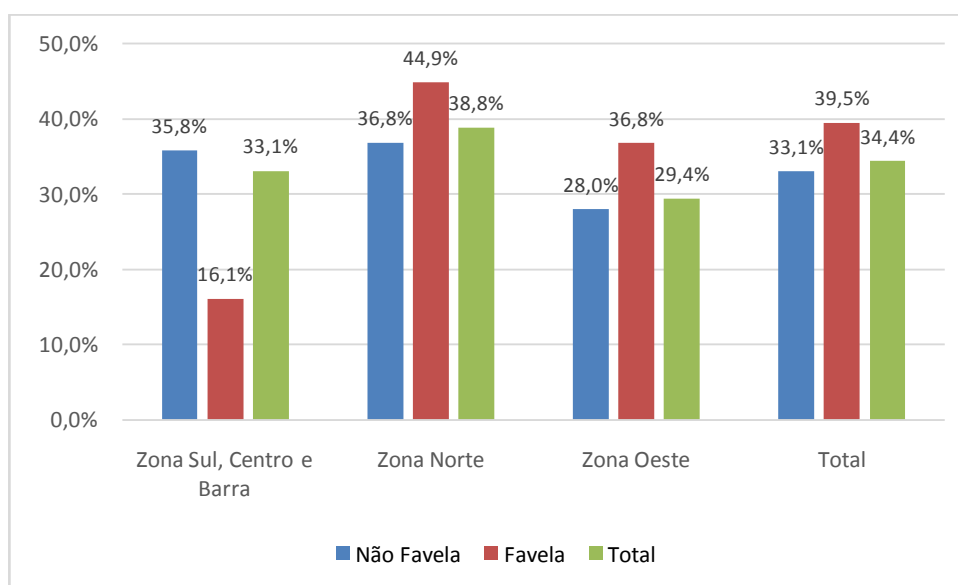
Analisando a quantidade de abordagens, verifica-se que os jovens pretos com idade entre 15 e 24 anos, além de serem proporcionalmente os que mais vivenciam a abordagem policial (somando o percentual de todos os que já foram abordados ao menos uma vez), também são aqueles que mais vivenciam a reincidência dessa experiência.

1.6 Onde mora o suspeito?

RAMOS e MUSUMECI (2005) apontaram que é fundamental considerar a natureza e a qualidade dos contatos entre a polícia e população, que varia muito de acordo com o contexto da abordagem (em carro, a pé, etc.) e das áreas da cidade onde estas abordagens ocorrem. O grupo focal com jovens conduzido pelas autoras, destacou que as abordagens sofridas por jovens da classe média na Zona Sul, teriam como principal objetivo encontrar drogas e extorquir os usuários. Enquanto que aquelas que ocorrem em bairros de periferia ou em favelas, o abordado é suspeito de ser traficante ou assaltante, podendo assim chegar a ser vítima de violências físicas ou humilhações.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de pessoas abordadas por zona da cidade e setor (favela e não favela):

Gráfico 4: Já foi abordado pela polícia de acordo com o setor* (favela e não favela) e zona da cidade



Fonte: RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

A análise desses dados aponta na direção da observação de RAMOS e MUSUMECI (2005). Para Zona Norte e Zona Oeste, consideradas regiões mais populares da cidade, a maior parte dos jovens abordados residiam em favelas, 44,9% e 36,8%, respectivamente⁹.

⁹Minha hipótese para explicar essa diferença entre Zona Norte e Zona Oeste reside no fato de a Zona Oeste possuir mais territórios dominados pela milícia, enquanto a Zona Norte possui mais territórios dominados pelo tráfico de drogas. Acredito que a atuação da milícia, por contar com a participação pública de agentes armados do Estado em posição de comando (CANO e DUARTE, 2012) reduza a ocorrência de abordagens policiais

Apenas na Zona Sul a abordagem de moradores de favela (16,1%) é inferior aos moradores de não-favela (35,8%). Segundo o Censo de 2010, 19% da população do Rio de Janeiro residia em aglomerados subnormais¹⁰. A distribuição de moradores de Favela ou não-Favela na pesquisa JUVIPOL é de 20% para moradores de favela e 80% para não moradores de favela. Vale lembrar que estes dados devem ser analisados com cautela já que o tamanho da amostra para moradores de favela não respeita a divisão geográfica das favelas na cidade e existem diversas críticas quanto a validade da definição de favela adotada pelo IBGE.

Apesar da necessidade de cautela, podemos problematizar que um dos motivos que justifica a abordagem maior de moradores de não favela da Zona Sul pode dizer respeito as abordagens para busca de drogas e/ou *blitz* de trânsito. Partindo do princípio que os jovens residentes nestes locais possuem maior poder aquisitivo e podem ter maior acesso a automóveis. Infelizmente, não consta no questionário da pesquisa uma pergunta sobre as circunstâncias da abordagem, apenas o local onde ocorreu a abordagem.

1.7 As experiências com a violência policial

Outra faceta que precisa ser explorada quando tratamos dos encontros da Polícia Militar com a juventude é o emprego da violência física ou moral em determinadas circunstâncias.

Em três situações específicas a violência dos policiais contra os jovens se manifesta de forma exacerbada: (a) no caso das “revistas” para se certificarem de algum delito, (b) nas prisões por delito; (c) durante os inquéritos policiais. (...) Nas situações de revista corporal várias possibilidades de agressão se desenham, desde a humilhação, a violência física, até a extorsão, não havendo discriminação por gênero na forma cruel como agem. (MINAYO et al. 1999, pág. 168).

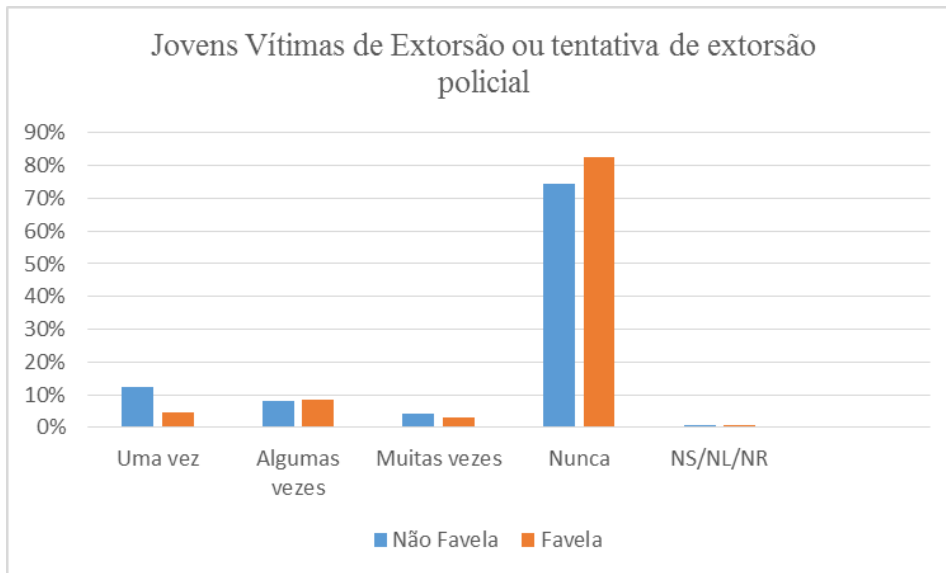
Na tentativa de mensurar essa realidade foram testadas as variáveis de extorsão, agressão física, agressão verbal e humilhação. Do total de jovens abordados, 149 jovens afirmaram terem sofrido extorsão ou tentativa de extorsão, o que representa um quantitativo de 27,1% com relação aos que já foram abordados. Da mesma forma que os homens são os mais abordados, eles também estão sujeitos a mais situações de extorsão ou ameaça de

nesses locais, uma vez que o controle do território é realizado pelos milicianos. Esse apontamento me ajudou a selecionar a Zona Norte como área para as entrevistas qualitativas. Apesar disso, ouvir os jovens moradores da Zona Oeste também possa ser uma possibilidade de pesquisa interessante para trabalhos futuros.

¹⁰ Termo utilizado pelo IBGE para definir favela.

extorsão, 111 homens declararam ter sofrido tal experiência, enquanto que para as mulheres foram relatadas 37. A distribuição da extorsão não apontou grandes diferenças por zona da cidade, mas apontou que os moradores que não moram em favela são as maiores vítimas da extorsão, conforme aponta o gráfico abaixo.

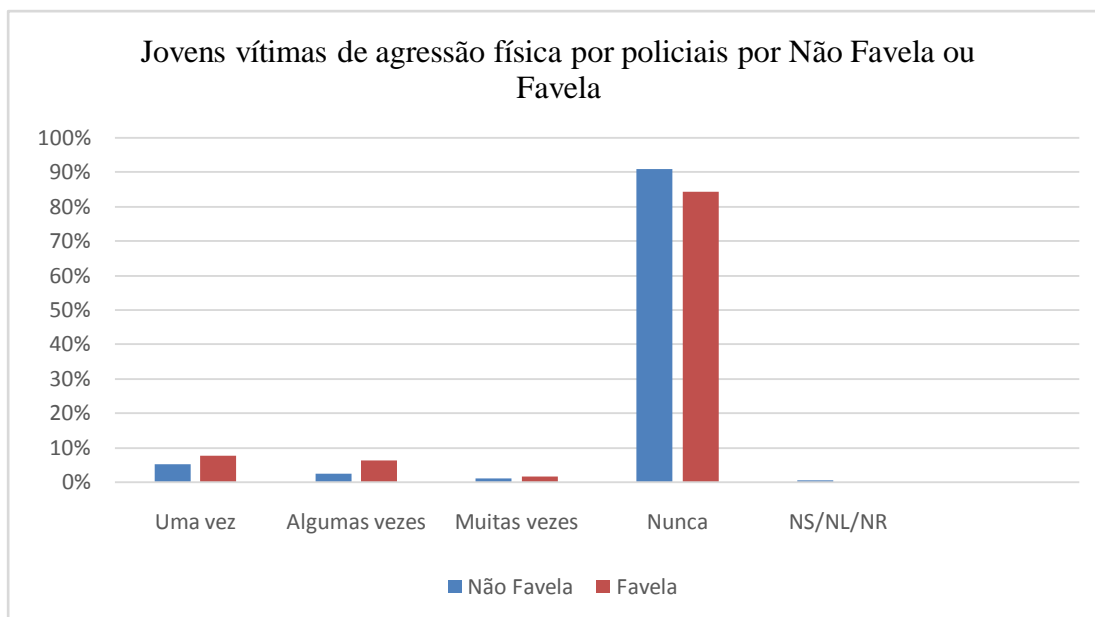
Gráfico 5: Já foi sofreu extorsão ou tentativa de extorsão policial por Favela ou Não Favela



Fonte:RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

Outro teste realizado para confirmar a hipótese da atuação da polícia diferenciada para moradores de favelas ou não, foi com relação a agressão física e ou ofensas e humilhação. Os dados produzidos pela pesquisa confirmam a hipótese de tratamento diferenciado para moradores de favela e moradores de não-favela. Com relação as agressões físicas, 8,7% dos jovens que não moram em favela relataram ter sofrido agressão policial pelo menos uma vez, enquanto que entre os moradores de favela 15,2% alegaram tem sofrido agressão pelo menos uma vez.

Gráfico 6: Jovens vítimas de agressão física por policiais por Não Favela ou Favela



Fonte: RELATÓRIO FINAL PESQUISA JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

No que diz respeito a ofensas verbais ou humilhações, mais uma vez os moradores de favela são as maiores vítimas. 21,3% dos jovens que não moram em favelas relataram terem sofrido alguma ofensa verbal ou humilhação, enquanto que para os moradores de favela este percentual é de 32,1%.

As análises realizadas nesta seção confirmam a hipótese que sugere tratamentos distintos da abordagem policial de acordo com o perfil e com a região da cidade. Também indicam, embora os dados disponíveis não sejam suficientes para afirmar (seria necessário por exemplo, saber a razão de policiais por habitantes para cada um desses locais) que morar em favela pode interferir mais na abordagem policial do que residir em uma das três regiões da cidade analisadas pelo estudo. Desta forma, as abordagens mais violentas ocorrem mais com os moradores de favela, enquanto que as extorsões ocorrem mais com os não moradores de favela. Este ponto indica que o preconceito enraizado na sociedade com relação aos moradores de favela pode se estender a prática policial. Aprofundando essas questões, um estudo realizado por MINAYO et al. (1999) apontou que:

Embora a opinião sobre a ineficácia, a ineficiência, a arbitrariedade, a crueldade, a corrupção, sobre aquela a quem denominam “polícia assassina”, seja consensual, os depoimentos dos jovens da classe média estão mais relacionados a fatos que presenciam, a “revistas” nas saídas de bailes e shows, e no máximo denunciam algum achacamento dos agentes de segurança para conseguirem dinheiro. Ao contrário, a forma como os policiais são retratados pelos jovens pobres e que vivem

em favelas ou nas periferias parte de situações vexatórias vividas, presenciadas e sofridas. (MINAYO et al,1999, pág.162)

DIÓGENES (2000) fez um estudo sobre a relação das gangues com a polícia na cidade de Fortaleza através da narrativa dos jovens. A autora apontou que a polícia aparece como participante de uma trama que o único código é a banalização e a naturalização da violência. Ademais, segundo a autora, para os jovens membros da gangue, se eles deixarem de existir, a polícia tomará o seu lugar enquanto agrupamento violento, por cometerem os mesmos delitos pelos quais punem as gangues.

DIÓGENES (2000) destacou ainda que a violência juvenil nos bairros de periferia parece intensificar-se na mesma proporção da dinamização e sofisticação da utilização de aparatos repressivos. Para ela, o conflito se eterniza por não haver diferença alguma entre os adversários. O que aparece evidenciado no seguinte depoimento:

O GATE¹¹ é muito violento, manda todo mundo se deitar no chão, aí eles pisa em cima, manda a gente ficar de frente um pro outro e dá na cara do outro. Tem um colega meu que “roeu uma serra”, porque eles obrigaram a brigar. Outros mandam a gente correr, brigar com o outro, bater na cara de quem não tem nada a ver e, se não bater, eles batem na gente. Eles despertam muita vingança em nós. Eu apanhei, mas no dia que eu pegar aquele cara que me fez apanhar vou descontar. (Depoimento do integrante da galera ‘Boys fera’) (DIÓGENES,2000, p. 210.)

Segundo MISSE (1999) na modernidade, aparecem a confissão da vítima e a lei do silêncio dos vitimizados como grandes instrumentos de sujeição criminal. Esta passagem intensifica o poder da polícia, uma vez que é ela quem passa a deter, de forma imediata, a autoridade e os recursos de ameaça ou emprego da violência. MISSE (1999) apontou a transição dos procedimentos racionais legais (baseados em flagrantes, entre outros) para a eficácia da justiça privada. Isso condiz com a fala do jovem apresentada por DIÓGENES (2000), os jovens transferem a possibilidade de resolução do conflito da esfera pública para a esfera privada.

O estudo de ABRAMOVAY et al (1999) já havia indicado que apesar dos abusos, nenhum dos jovens nunca denunciou um policial. Isto aponta para o fato de que os jovens veem na polícia a representação do Estado como um todo. E uma vez que o Estado comete o crime, cabe a eles mesmos resolver a questão “com as próprias mãos” (ABRAMOVAY et al, 1999). Por fim, os autores indicaram que a violência nos bairros de periferia parece intensificar-se na mesma proporção da dinamização e sofisticação da utilização dos aparatos repressivos.

¹¹ Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar criado em 1994 para enfrentar gangues. DIÓGENES (2000)

No caso do Brasil, a subjetividade da seleção do elemento suspeito também esbarra em um ponto histórico cultural, já estudado pelo antropólogo DAMATTA (1997), sintetizado pela pergunta “você sabe com quem está falando?”¹² Neste sentido, a abordagem de filhos de pessoas influentes na sociedade, pode gerar complicações para o policial, conforme o trecho a seguir relata:

Realmente tem essa diferença de tratamento. Essa diferença não é a gente que cria é a sociedade. O filho de rico a primeira coisa que fala é ‘Eu sou filho de fulano’. Eu não vou poder aumentar o rigor com esse caboclo. E se realmente ele for filho de fulano? Vai vir processo pra mim. (...) A classe média, a classe rica, a gente tem mais medo de querer agir além. Mesmo se a gente tá certo, a gente fica receoso de ir mais além um pouco daquele serviço normal, porque pode sobrar pra você. (Depoimento dos policiais militares. In: ABRAMOVAY et al,1999,pág.161)

Além dos receios em abordar filhos de pessoas importantes, MISSE (1999) destacou o papel atribuído a polícia na sociedade como um elo intermediário entre o sistema judicial elitista e hierarquizado e o sistema político (legal) igualitário. Este papel intermediário confere aos policiais a possibilidade de criar um mercado ilícito de mercadorias políticas específicas, que permite uma negociação clandestina entre os acusados e a polícia. Ou seja, pessoas que dispõem de maior capital financeiro, pessoal ou de qualquer outra forma de mercadoria que interesse aos policiais possivelmente terá tratamento diferenciado dos demais.

A expectativa negativa da população na ação policial e judicial, quando se encaixa com uma situação de classe em que os recursos poderiam ser mobilizados para neutralizá-la são mínimos, produz um duplo resultado histórico. Primeiramente, as classes excluídas desses recursos tendem a ser as que menos recorrem à polícia e à justiça. E ao mesmo tempo, a se tornarem o principal universo da desconfiança e da repressão policial (MISSE, 1999).

Partindo desta inquietação por diferença de tratamento, BATISTA (2003) fez um estudo que resgatou processos penais com envolvimento de jovens no período de 1907 a 1988. O objetivo da autora era compreender a “construção do estereótipo” que se desenhava nos órgãos de repressão. A autora tinha interesse especialmente no período de 1968 até 1988, por conta da repressão política oriunda da Ditadura Militar. A autora analisou nas fichas dos jovens o crime cometido, a pena concedida, entre outros, sempre atenta as questões como profissão, local de moradia, local de ocorrência do delito, etc.

As análises apresentadas nesse capítulo e de BATISTA (2003) apontam na direção de um poder desigual aplicado pela Polícia. Nesse sentido, determinados grupos seriam mais vulneráveis a sofrer não apenas abordagens policiais, bem como serem vítimas da violência policial.

¹² DAMATTA, Roberto. “Carnavais, Malandros e Heróis” (1997).

A exploração da pesquisa JUVIPOL combinado com os estudos já realizados sobre o tema são elementos importantes para apresentar a existência do fenômeno e características importantes para se pensar no trabalho policial. Apesar disso, gostaria de explorar outras questões que não estão disponíveis no questionário. A primeira delas, é com relação a motivação da abordagem policial, questão que busquei explorar nas entrevistas com os jovens, que será tratada no capítulo 3. A segunda é com relação ao uso de drogas, sabendo que o combate às drogas é uma das atividades realizadas pela Polícia, e o papel de destaque dos jovens como consumidores dessas substâncias. No próximo capítulo pretendo discutir a questão das drogas, acreditando que esse também se configura como um elemento importante para se inserir na efervescente relação entre os jovens e a Polícia Militar.

2 ONDE ENTRA A DROGA NESSA HISTÓRIA?

Faz pouco tempo que eu me interessei pela questão das drogas. Todo assunto que gera polêmica é interessante porque é sinal que muita coisa ainda tem que ser discutida, que as pessoas ainda não chegaram a um consenso de como lidar com a questão na sociedade, e isso é com relação a tudo. Mas quando se trata das substâncias que alteram nossa percepção, nossa consciência, nosso bem-estar, o debate é ainda maior e isso eu acho é porque o assunto interessa a todo mundo. Eu não conheço ninguém que não tenha sido tocado de alguma forma por essa questão.
(Cortina de Fumaça; Rodrigo Mac Niven, 2010)

A fala acima inicia o documentário “Cortina de Fumaça” que trata de questões relacionadas ao consumo, tráfico e principalmente as políticas relacionadas às drogas adotadas no Brasil e no mundo. Para além de gerar polêmica, a forma como encaramos essas substâncias interfere diretamente no funcionamento da nossa sociedade, sejam nas questões políticas, econômicas ou sociais.

Para pensar os encontros da Polícia Militar com a juventude é fundamental esbarrar nessa questão. Conforme demonstrarei nessa seção, não existe consenso sobre a origem do consumo de drogas em nossa sociedade. Apesar disso, desde algumas décadas não apenas o Brasil, mas diversos países adotaram medidas no sentido de proibição da produção, consumo e venda dessas substâncias.

Recuperando a discussão já realizada anteriormente sobre as peculiaridades da juventude, destaco também essa fase como uma fase de experimentação. É nessa fase que geralmente se inicia o consumo das drogas ilícitas, bem como concentram-se boa parte dos seus consumidores, atores e vítimas dessa guerra [às drogas] (TEMPONE,2012).

Portanto, temos a seguinte realidade: Uma gama de drogas disponíveis em nossa sociedade adquiridas por meios de compra ilegais, e que muitas vezes envolvem violência armada, especificamente no caso do Brasil. Combinado com jovens de diversos perfis interessados em experimentar e consumir essas substâncias. E as polícias, mais especificamente a Polícia Militar, como o órgão do Estado designado para se fazer cumprir a lei, ou seja, reprimir a produção, o uso e o consumo de drogas.

Considerando o contexto brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro e o proibicionismo das drogas, estou dizendo que a repressão às drogas é justificativa para incursões policiais nas favelas, para a possibilidade de se estabelecer um mandato de busca e apreensão coletivo para toda uma comunidade, e uma série de ações do Estado que muitas

vezes resulta até em mortes, como no caso do garoto que apresentei na introdução. Apresentar de forma crítica como a nossa sociedade construiu ao longo das décadas a visão vigente sobre as drogas ilícitas é fundamental para entendermos uma série de questões atuais, entre elas, as relações entre os jovens (consumidores ou não de drogas) e a Polícia Militar.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define drogas¹³ como qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre o seu sistema e produzir alterações em seu funcionamento, levando, com o tempo, à dependência física e psicológica de seus consumidores¹⁴. O uso sistemático dessas substâncias acarreta graves implicações físicas, psicológicas e sociais. De acordo com a definição da OMS as drogas podem ser classificadas entre lícitas e ilícitas, variando de acordo com a orientação social e cultural de cada país.

Para OLMO (1990) não é a droga que é definida como ilícita ou lícita, mas sua produção, venda ou uso em circunstâncias específicas, em uma determinada jurisdição. Sobre a definição associada as drogas, ela aponta que:

Sua grande popularidade gerou um excesso de informações muitas vezes distorcidas, que levaram a uma lamentável confusão, com suas respectivas consequências. Basta rever a proliferação nos últimos anos, de livros, artigos e entrevistas sobre a droga, cheios de preconceitos morais, dados falsos e sensacionalistas onde se mistura a realidade com a fantasia, o que só contribuiu para que a droga fosse assimilada à literatura fantástica, para que a droga se associasse ao desconhecido e proibido e em particular temido. Converte-se dessa maneira na “responsável” por todos os males que afligem o mundo contemporâneo porque a própria palavra está funcionando como estereótipo, mais do que como conceito; como crença mais do que como descoberta científica pesquisada. *É o bode expiatório por excelência.* (OLMO, 1990, pág.22)

ZALUAR (1994) afirmou que após a Segunda Guerra Mundial, o prazer e o lazer foram colocados à frente das preocupações humanas. Neste contexto, as drogas, o jogo e a diversão passaram a ser o mais importante na vida para alguns setores da população, especialmente os jovens. Porém, a existência das drogas remete a um período bem anterior:

Há registro de uso de drogas desde o advento da cultura grega¹⁵ (em rituais). Mas é a partir do século XIX que ocorre um aumento progressivo em seu consumo. No início da década de 1960, as drogas passaram a representar a possibilidade de acesso a um novo mundo através das transformações perceptivas provocadas por elas,

¹³ Disponível em: http://www.who.int/substance_abuse/terminology/who_lexicon/en/

¹⁴ Não existe consenso sobre a dependência dos consumidores, o neurocientista HART (2014), por exemplo, questiona essa relação de dependência.

¹⁵ Há registros da existência de plantas psico-ativas desde o advento da escrita em 4000 a.C. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14469/a-evolucao-do-consumo-de-drogas>

ocupando uma posição estratégica na contracultura¹⁶. (BIRMAN apud BALDI, 2012, pág.104)

Segundo SHECAIRA (2014) os problemas relacionados às drogas e as modificações sociais decorrentes dela são em grande medida cíclicos. Esses ciclos expõem dois fatos conhecidos e recorrentes: uma droga parece ser mais aditiva ou problemática em uma sociedade ou época determinada do que outra. E que o abuso de drogas tende a existir socialmente em grandes ciclos, com claras ascensões e descensos e não de forma gradual ou constante, algo que tem óbvias razões culturais, econômicas e sociais. Convém destacar que a proibição do consumo de drogas no Ocidente, ao invés de produzir uma diminuição no consumo, tem tido como consequência, justamente o seu crescimento, bem como, o surgimento de diversos novos tipos de drogas ilícitas.

A questão das drogas ilícitas não é tão somente um caso jurídico-policia; mas, na verdade possui múltiplas dimensões.(...) há uma relação íntima que se estabelece entre a produção social de todo e qualquer tipo de droga, lícita ou não, e o sujeito que a consome, comercializa ou não. (ZACCONE et al.2012, pág.23)

Para o médico psiquiatra e membro da Comissão de Dependência de Drogas da OAB, Dr. Talvane de Moraes¹⁷, é muito claro que a proibição das drogas tem como objetivo a exclusão daqueles que incomodam, seriam os “outsiders” de BECKER (2005). A partir do momento que há uma legislação jurídica que criminaliza o consumo e ou o tráfico de drogas, percebemos que o objetivo da proibição não está no tratamento dos usuários, senão a questão seria médica e não jurídica (MENDES;2012). Ainda sobre o assunto, o neurocientista Carl Hart destaca que:

Toda vez que uma nova “droga” é introduzida numa sociedade e um número relativamente pequeno de indivíduos marginalizados faz uso dela, histórias incríveis sobre o efeito da droga se disseminam e são aceitas como verdadeiras. Isso acontece porque são poucas as pessoas com real experiência da droga para desmentir alegações duvidosas. (HART,2014, pág. 282)

OLMO (1990) apontou que segundo o advogado penal espanhol Carlos Gonzáles Zorrilla, alguns discursos construídos em torno das drogas foram fundamentais para a criação dos quatro estereótipos tão necessários para legitimar o controle social formal. O primeiro desses seria o discurso médico, através dele pode se considerar o usuário de drogas como um doente, aplicar o *estereótipo da dependência* e situar o problema na esfera da saúde pública. O

¹⁶ A contracultura foi um grande movimento que floresceu na década de 1960. Marcou o mundo, introduziu-se na história e influenciou gerações. Disponível em:<http://jornalsociologico.blogspot.com.br/2009/05/contracultura-o-que-e-como-se-faz.html>

¹⁷ Médico e advogado. Titular da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Titular da Academia Nacional de Medicina Legal.

segundo seria o discurso dos meios de comunicação¹⁸, ao apresentar o consumidor como o indivíduo que sempre se opõe ao consenso, chama-o de drogado “- voluntária ou involuntariamente se é rico ou pobre (leia-se estudante ou desempregado) mas sempre jovem”, serve para criar o *estereótipo cultural e moral*, sendo esses dois também amparados pelo discurso jurídico. Por fim, o *estereótipo político-criminoso*, em que a droga é vista como “inimiga” e o traficante como um “narcoterrorista”, podendo ser este um indivíduo ou um país. (OLMO;1990)

Colocar o “problema das drogas” através destes discursos só contribuiu para reforçar a confusão reinante e para ignorar suas reais dimensões psicológicas e sociais, assim como políticas e econômicas. Os estereótipos servem para organizar e dar sentido ao discurso em termos dos interesses das ideologias dominantes; por isso, no caso das drogas se oculta o político e econômico dissolvendo no psiquiátrico e individual. (OLMO;1990; pág. 25)

Um reflexo importante dessa perspectiva é a legitimidade de uma série de medidas desproporcionais por parte do Estado (especialmente representado pela figura da Polícia) a fim de combater um inimigo: as drogas. Personificado, principalmente, na figura do traficante de drogas. Para entender a realidade da droga no contexto mundial, brasileiro e especificamente carioca, é necessário recorrer a um levantamento histórico da entrada e da dinâmica do consumo e do mercado de drogas. As seções seguintes tentam dar conta desta questão.

2.1 Histórico da proibição das drogas no cenário mundial

No início deste capítulo mencionei que a origem do consumo de drogas remetia à cultura grega. De fato, existem muitas evidências do uso de substâncias que alteravam o estado psíquico dos indivíduos em diversos momentos da história, por diversas culturas. Neste sentido, é difícil estabelecer qual seria de fato o primeiro registro de uso dessas substâncias. O ponto é que o consumo de drogas perpassa a história da sociedade. Dessa forma, o esforço dessa seção é compreender no contexto mundial o momento que a droga passa a ser encarada como um problema social.

As ideias liberais da Revolução Industrial e da Revolução Francesa construíram visões de mundo baseadas na lógica mecânica, isto é, funcional ao sistema produtivo. Neste quadro

¹⁸ Hart (2014) afirma que os meios de comunicação são uma importante fonte de desinformação sobre as drogas, por costumar insuflar a histeria em relação a elas.

surtem os termos dogmáticos como “viciado”, “dependência química”, entre outros. Sendo todos estes termos questões passíveis de medicalização pela ciência moderna. O que se percebe nesses dogmas, é uma tentativa de desumanizar o indivíduo, colocando todos os sujeitos no padrão aceito como normal para alguns. O uso de drogas como problema social coincide com a expansão colonial europeia e com a consolidação do capitalismo (GAMELLA, 2012). Neste cenário aparecem o consumo de álcool e de ópio, que se tornam dois grandes analgésicos dos processos de adaptação da vida pessoal e social frente as novas condições de vida que exigem o sistema capitalista (ROMANI, 2005 apud SHECAIRA, 2014).

O proibicionismo teve início com a proibição do álcool, sendo a Inglaterra o primeiro país a regular o consumo. Em 1736, o parlamento inglês aprovou a *Gin Act*, uma lei que taxou de forma tão dura o destilado que tornou praticamente impossível seu uso legal. Em 1791, seguindo o mesmo movimento, os Estados Unidos promulgaram o *Revenue Act*, que taxava o funcionamento das destilarias. (ROMANI apud SHECAIRA, 2014). A proibição do consumo de álcool nos Estados Unidos teve como elemento propiciador o sentimento de antigermanismo crescente com o fim da Primeira Guerra Mundial. Os proibicionistas associavam as cervejarias, quase todas alemãs, aos problemas gerados pelo álcool.

Também contribuíram neste cenário as Guerras do Ópio (1839 e 1865), pelas quais os ingleses que declararam guerra à China em favor do “*livre comércio*” garantiram o monopólio internacional, consolidaram o domínio no Extremo Oriente e implementaram a prática comercial de substâncias psicoativas em larga escala. A partir de então, houve a popularização do consumo desses produtos no contexto sociocultural de cada nação - desprovido de qualquer ‘lastro cultural’ que funcionasse como mecanismo de controle informal do consumo -, o que acarretou uma série de desdobramentos e impactos sociais, tais como relatos de overdoses, complicações crônicas à saúde e o desmantelamento de hábitos sociais locais tradicionalmente instituídos. (SILVA, 2011).

Os Estados Unidos foram o principal expoente na cruzada moral contra o consumo de drogas. Passaram a tentar, em nível internacional, controlar o comércio de ópio para fins não medicinais. Haveria por parte dos americanos dois motivos que se sobreporiam aos aspectos sanitários: adaptar os imigrantes do século XIX ao estereótipo moral da elite anglo-saxônica protestante, penalizando os desviantes; e conquistar espaço de manobra e poder econômico nos mercados do oriente, então dominado pelos ingleses (SILVA, 2011).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, já havia proibição legal do álcool nos Estados Unidos; na União Soviética havia restrições ao consumo; Hitler e Mussolini condenavam o alcoolismo; Gandhi, na Índia e Cárdenas, no México, eram outros que defendiam a proibição

total do álcool. A crise de 1929 nos Estados Unidos fez com que o presidente Roosevelt voltasse atrás na proibição do álcool por conta de questões econômicas. (SHECAIRA, 2014). Logo após, a descriminalização do uso do álcool, passa a ser criminalizado o uso da maconha, através da *Marijuana Act* (1937).

No caso dos Estados Unidos, conflitos econômicos foram transformados em conflitos sociais que se expressaram em conflitos sobre determinadas drogas. A primeira lei federal contra a maconha tinha como carga ideológica a sua associação com imigrantes mexicanos que ameaçavam a oferta de mão-de-obra no período da Depressão. O mesmo ocorreu com a migração chinesa na Califórnia, desnecessária após a construção das estradas de ferro, que foi associada ao ópio. No Sul dos Estados Unidos, os trabalhadores negros do algodão foram vinculados a cocaína, criminalidade e estupro, no momento de sua luta por emancipação. O medo do negro drogado coincidiu com o auge dos linchamentos e da segregação social legalizada. Estes três grupos étnicos disputavam o mercado de trabalho nos Estados Unidos, dispostos a trabalhar por menores salários que os brancos. (ROSA DEL OLMO,s/d, apud BATISTA 2003,pág.81)

A partir de então, inicia-se uma grande perseguição ao uso da maconha nos Estados Unidos e no mundo. Em 1948, a maconha é inserida na lista de drogas ilícitas da ONU. Nos anos 1960, durante os movimentos de contracultura, personificado na figura dos *hippies*, há uma explosão no consumo da maconha entre as classes médias e altas e de drogas sintéticas, como o LSD¹⁹.

Os integrantes da contracultura viam as drogas, sobretudo as psicodélicas, como instrumentos potencializadores- ou “combustíveis”- da transformação da natureza humana, possíveis aportes para o exercício da liberdade e da expansão do conhecimento interior, componentes supostamente fundamentais para a transformação radical da sociedade. (DELMANTO, 2014)

O consumo de drogas deixa de ser uma realidade apenas dos guetos e se torna um problema moral, uma “luta entre o bem e o mal”, uma vez que os filhos da classe média e alta passam a consumi-la. O mal seria o pequeno distribuidor, e o “filho de boa família” seria qualificado como o doente ou dependente, cabendo a este um tratamento médico adequado (SILVA; 2011)

O resultado desta transição é que "*O consumo de substâncias psicoativas passa a ser tratado como questão de segurança nacional, (...) uma vez que já não se podia aceitar que tantos jovens americanos fossem desprovidos de virtudes*". Assim, surgem os discursos, absorvidos no âmbito jurídico, sustentando que a generalização do contato de jovens com drogas devia ser compreendida, no quadro da guerra fria, como uma estratégia do bloco comunista, para solapar as bases morais da civilização cristã ocidental, e que o enfrentamento da questão devia valer-se de métodos e dispositivos militares. A partir de então, EUA colocaram em marcha uma prática

¹⁹O nome LSD, ou LSD-25, é uma abreviatura de dietilamina do ácido lisérgico. O princípio ativo da droga é o MDMA, ou Metilendioxometanfetamina, e apenas algumas frações de grama são necessárias para acarretar efeitos no ser humano; 0,05mg podem causar até 12 horas de alucinações. Disponível em: http://www.terra.com.br/saude/especiais/drogas/drogas_lsd.htm

efetiva de intervenções diplomático-militares, transferindo para os países marginais a responsabilidade pelo consumo interno, com a teoria de países-vítimas e países-agressores. (SILVA, 2011)

Na década de 1970 os Estados Unidos lideravam a mobilização dos demais países e exportavam seu discurso e política antidrogas. Com o apoio da mídia, propaga-se um medo mundial das drogas, estabelece-se um *pânico moral* onde se demoniza a droga e oculta sua verdadeira essência (OLMO,1990). E nesse sentido, a pressão por combate as drogas recai principalmente sobre os países produtores e exportadores, dentre esses muitos países latinos. A política de combate ao narcotráfico, principalmente nestes países, já resultou na morte de centenas de milhares de pessoas, especialmente jovens, e que muitas vezes não estavam envolvidos com o uso ou o comércio de drogas (BATISTA,2005; SHECAIRA;2014).

Para LEEDS (1998) a transição para o regime democrático nos países da América Latina foi acompanhada de uma transição econômica que aumentou drasticamente a pobreza. Por conta das dívidas herdadas dos regimes militares, os governos realizaram diversos cortes que atingiram diretamente os serviços destinados as classes mais pobres. Este quadro coincidiu com o desenvolvimento da produção e distribuição da cocaína em diversos países da América Latina. No processo de produção e distribuição da cocaína coube ao Brasil as tarefas de distribuir e exportar. Os principais produtores eram e ainda são Peru, Bolívia e Colômbia. Ao Brasil coube a função de escoar a droga para diversos destinos no mundo. (LEEDS, 1998)

2.2 Histórico da proibição das drogas no Brasil e no Rio de Janeiro

A primeira legislação relacionada a drogas no âmbito nacional data da época do Império (entre 1603 e 1830). A lei condenava os boticários de venderem venenos. Esta proibição retorna no Código Penal de 1890, sendo passível de condenação apenas nos boticários, não os usuários. (SILVA,2011). Também era prevista a sanção de prisão de 15 a 30 dias para o indivíduo que “embriagar-se por hábito ou apresentar-se em público em estado de embriaguez manifesta” (SILVA,2014).O Rio de Janeiro foi a primeira cidade no mundo a editar uma lei contra o uso de maconha – o pito de pango- em 1830, por associá-lo aos negros capoeiras que amedrontavam a sociedade escravocrata da capital imperial. (RODRIGUES,

2014)

A partir de 1915, sofrendo as pressões dos desdobramentos da Guerra contra o Ópio, o governo brasileiro reconhece o abuso crescente do uso de ópio, morfina e seus derivados, como a cocaína, a partir de então:

a política criminal brasileira começou a adquirir uma configuração definida, que Nilo Batista chamou de "*modelo sanitário*", caracterizado pelo aproveitamento dos saberes e técnicas higienistas, com as autoridades policiais, jurídicas e sanitárias exercendo funções contínuas, às vezes fungivelmente. O viciado era tratado como doente, com técnicas similares às do contágio e infecção da febre amarela e varíola e não era criminalizado, mas objeto de notificações compulsórias para internação com decisão judicial informada com parecer médico. O próprio tráfico se alimentava do desvio da droga de seu fluxo autorizado, feito por boticários, práticos, funcionários da alfândega, etc. O consumo de drogas não era massivo, mas ligado a grupos exóticos, a um universo misterioso, sem significação econômica. (SILVA, 2011)

Durante as décadas de 20 e 30 os decretos clamam a psiquiatria como instância responsável pela regulação da desordem provocada pelo uso de drogas. A partir da década de 30, a toxicomania (incluindo a “embriaguez escandalosa”) se tornou doença de notificação compulsória e com necessidade de tratamento fora do domicílio. Previu-se também a internação compulsória (SILVA,2014). Já neste momento é possível perceber que havia uma questão de classe intrínseca as políticas de controle do alcoolismo e da toxicomania:

O que estava em questão no combate ao alcoolismo não eram necessariamente a perturbação mental e o esforço por sua terapêutica, mas sim uma população estratégica e um conjunto de hábitos sobre os quais se buscavam impor a moral e o modelo de conduta vigente à época. O intolerável do alcoolismo e da toxicomania era a sua associação com as classes populares, a vadiagem, a ociosidade, a prostituição e todo o tipo de escória da sociedade. A análise de estatísticas que detectavam a maior incidência de tais enfermidades nessas classes, principalmente entre os negros, desconsiderava a reflexão sobre as condições de vida dessa população e era utilizada para inferir a existência de um padrão hereditário na transmissão dessas condições, reforçando e justificando os ideais eugênicos. (SILVA,2014, pág.17).

No Código Penal de 1940, a questão passa a ser tratada na seção de Crimes Contra a Saúde Pública, sob a rubrica “Comércio, Posse ou Uso de Entorpecente que determine Dependência Física ou Psíquica”. Foram equiparados tráfico e porte para uso próprio.

Rosa del Olmo destaca que na América Latina, até o final da primeira metade do século XX a droganão era pensada como um problema por não ter a mesma importância econômica e política, e porque o uso se limitava a grupos ou classes bem definidas (os pobres), sem alcançar a população de modo geral (OLMO,1990).

Assim como nos EUA, em meados dos anos 1960, impulsionado pelo movimento de contracultura, a maconha passou a ser objeto de interesse de artistas, intelectuais e universitários da classe média. Este fato aponta para uma mudança no perfil dos

consumidores de maconha, que antes era consumida por transeuntes de áreas mais degradadas da sociedade, como zonas de prostituição, cais de portos, detentos de penitenciárias, toda gente definida como malandros e marginais (MISSE, 2003). Ainda nos anos 1960 começam a se concentrar as vendas de drogas em pontos fixos, através das bocas de fumo. Homens armados realizavam a segurança desses locais e começavam a haver registros das primeiras disputas por estes pontos (MAMEDE, 2009). O caráter autoritário do Governo Militar trouxe mudanças significativas na legislação de drogas. No final de 1968, o Decreto-Lei 385 atribuiu penas idênticas para traficantes e usuários de drogas. Seguindo a tendência do recrudescimento penal, a lei 5726 de 1971 atribuiu a toda população física ou jurídica o dever de colaborar no combate ao uso e ou tráfico de entorpecentes. Com isso, observou-se um salto nos inquéritos de criminalização das drogas e a entrada maciça da juventude de classe média nas condenações. (BATISTA, 2003).

Ao passo de que nas primeiras décadas do século XX a intervenção jurídica e médica visava aqueles que de alguma forma, prejudicavam a manutenção da ordem e da moralidade, nesse novo momento o simples porte de drogas já era indicativo de periculosidade e suscitava resposta rigorosa. Em outras palavras, a intervenção passou a se dar sobre a conduta pessoal, e não mais sobre a desordem social causada pelo uso da droga como nas décadas de 1920 e 1930. (SILVA, 2014, pág. 20)

É neste período também que foi promulgado o Decreto-lei nº 898 de 29 de setembro de 1969 considerado o responsável pela origem do que hoje se conhece no Rio de Janeiro como facções criminosas (FARIAS, 2008). Este decreto enquadrava assaltantes comuns e ativistas políticos envolvidos na guerrilha urbana na Lei de Segurança Nacional. Por conta disso, estes dois grupos eram enviados para o Instituto Penal Cândido Mendes, localizado na Ilha Grande (RJ). Autores como MISSE (2003) e LEEDS (1998) apontaram que o contato entre esses dois grupos, influenciou a maneira que em que o crime organizado relacionado ao tráfico de drogas se estruturou em seguida.

Enquanto isso, a década de 1970 consolidou uma mobilização de toda sociedade, fazendo emergir novas concepções, estratégias e mecanismos de controle, repressão e prevenção. A força tarefa no combate as drogas passaram a envolver a escola, a família, a mídia etc. A entrada maciça dos jovens de classe média no mundo das drogas retomou a valorização do discurso médico de cura e salvação presente nas primeiras décadas. Nesse sentido, ocorreu uma aproximação entre o discurso psiquiátrico e o discurso criminológico (SILVA, 2014). Um dos frutos dessa aproximação são as alterações da lei de drogas ao final da década de 1970.

Em 1976 entra em vigor a Lei 6.368/76, que revogou o art. 281 do Código Penal, marcando a completa descodificação da matéria e instaurou no Brasil "*modelo*

inédito de controle, acompanhando as orientações político-criminais dos países centrais refletidas nos tratados e convenções internacionais" [22]. As condutas criminalizadas não diferiram, havendo apenas aumento das penas. Permaneceu o dever jurídico do art. 1º da lei anterior, mas a palavra combate foi substituída pela expressão "prevenção e repressão". Alunos já não tinham as matrículas trancadas, diretores não eram obrigados a delatar. Mantida a cláusula de inimizabilidade para adictos consoante a lei anterior. O Decreto nº 78.992 de 21 de dezembro de 1976 regulamentou a lei. (SILVA, 2011)

Com isso, aumentou-se de modo considerável a pena para traficantes de drogas e a partir desse momento abriu-se a brecha para o estereótipo do doente aplicado ao usuário. Estudos alertam para o fato de que essas diferenciações permitiram estabelecer claras divisões entre quem eram os doentes e quem eram os criminosos (BATISTA,2003;OLMO,1990; LEEDS e LEEDS,2008).

Com o aumento do consumo de droga pela população, especialmente entre as classes médias e altas, tornou-se necessário diferenciar usuário e traficante (Del Olmo, 1988). O primeiro, doente, identificado com os consumidores das camadas altas (estereótipo do dependente), e o último, delinquente (também denominado pusher), oriundo das camadas baixas (estereótipo do criminoso). A esse modelo híbrido, no qual concorrem as figuras do doente e do delinquente, a autora deu o nome de “discurso-médico-sanitário-jurídico”, condensando as duas compreensões nele presentes. (SILVA, 2014, pág.20)

Perpetuando a divisão da sociedade em classes, coube aos jovens ricos, o lugar de doentes a serem reabilitados, “curados” para serem reinseridos na sociedade. E, aos jovens pobres, o papel de criminosos, indivíduos indesejados, que deveriam ser retirados de circulação e excluídos da vida em sociedade.

O problema do consumo de drogas no Brasil divide a sociedade brasileira entre ricos e pobres. Aos jovens de classe média e alta se aplica o paradigma médico, enquanto aos jovens moradores de favelas e bairros pobres se aplica o paradigma criminal. E o modo pelo qual o Estado reage ao tráfico de drogas nas favelas constitui um exemplo atual da repressão do “comportamento aberrante” da classe inferior (LEEDS e LEEDS, 2008, pág.235).

Em meados dos anos 1980, enquanto os líderes do Comando Vermelho estavam presos surgiram a ADA (Amigos dos Amigos) e o Terceiro Comando Puro, formados por jovens traficantes que queriam maior autonomia na execução do tráfico de drogas. A prisão dos principais líderes do Comando Vermelho e Terceiro Comando impulsionou a entrada de meninos cada vez mais jovens no “movimento”. Também observou-se nesse período queo tráfico passou a tomar conta do território por invasão, ou a tirania segmentada na qual vários donos disputam o território em um constante estado de guerra.SOUZA (1998) apontou um grande aumento das taxas de homicídio na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980. Segundo ela, no período entre 1980 e 1988 as taxas de homicídio sofreram um crescimento de 44%. A maior parte dessas vítimas eram homens e jovens, com idade entre 20 e 29 anos.

Nessa época inicia-se uma a crise nas bocas de fumo devido ao fato de os

consumidores da classe média terem deixado de ir comprar drogas em favelas por conta da violência. Como reflexo, os traficantes saem da favela para fazer roubos na “pista”. Desta forma, as bocas de fumo passam a ser referência de outras atividades ilegais que dependem de armas. (RAMOS,2009)

Além destes fatores, os anos 1970 e 1980 são caracterizados pela chegada da cocaína mais barata. A rentabilidade da cocaína consolidou a transição para o tráfico a varejo com base nas favelas. O verão de 1982 ficou popularmente conhecido como o verão que “nevou” no Rio de Janeiro. Para a chefia do movimento, o tráfico passou a ser uma forma de manter altos lucros sem precisar pagar as altas taxas de propina exigidas pela polícia nos roubos a banco, os ganhos econômicos gerados pela venda de cocaína conferiram ao narcotráfico uma importância sem precedente na vida econômica e política da favela (LEEDS,1998).

Para SOARES (2005) a década de 1980 consolidou um casamento perverso entre armas e drogas. No Rio de Janeiro as drogas financiaram as armas e intensificaram a violência das práticas criminosas, expandindo seu volume e suas modalidades. A ostentação das armas foi adotada pelos traficantes como forma de evitar conflito através do medo e reforçar a autoridade. Por conta disso, iniciou-se uma corrida armamentista e uma competição entre comandos em busca das melhores e mais potentes armas (SOARES, 2005). Neste ponto, o papel da polícia foi fundamental, já que eles foram os maiores fornecedores de armamento para o narcotráfico. Para MAMEDE (2009) dois fatores que contribuíram para o aumento do tráfico de drogas e as taxas de criminalidade nesta época: a corrupção do governo e da polícia, e o crescimento da rede internacional de drogas.

A década de 1990 foi marcada por uma corrida armamentista entre os comandos, o que representou um fortalecimento do tráfico de armas de guerra e foi responsável por grande parte das taxas de homicídio daquela década (MISSE, 2010). Os inquéritos policiais e processos penais instaurados no Rio de Janeiro em 1991 apontam que 57% dos homicídios cometidos no estado estavam relacionados ao tráfico de drogas. Outro fator importante é o perfil majoritário dessas vítimas: jovens, homens, com idade entre 15 e 29 anos. (TEMPONE, 2012)

A entrada de drogas sintéticas no mercado, mais caras que a cocaína, como o *ecstasy*, acentua a crise nas bocas de fumo. Estas drogas são importadas e chegam ao consumidor sem o intermediário da favela. Portanto, o império da cocaína teria chegado ao fim por conta de prejuízos e da crescente atuação da polícia através de confrontos e extorsões. RAMOS (2009) associou à entrada do crack a necessidade de buscar uma droga acessível ao poder aquisitivo dos moradores da favela.

BATISTA (2003) apontou como hipótese de seu trabalho que a transição democrática transferiu o “inimigo interno” do terrorista, para o traficante, e uma vez estabelecida a guerra contra as drogas, legitima-se e incentiva-se uma série de ações exageradas dos aparelhos repressores do Estado. Encarar este conflito como guerra, implica em justificar situações e medidas excepcionais estranhas a normalidade institucional e a democracia. O que representa aceitar as atuações da polícia em periferias e favelas como males necessários e secundários na guerra contra o crime. O argumento da eficiência se sobrepõe ao da democracia, tornando ações exageradas como simples acidentes de percurso (LEITE, 2000).

No ano de 2003, o Ministério da Saúde passou a ser um agente competente para tratar da questão das drogas no Brasil, lançou-se “A Política do Ministério da Saúde para atenção especial aos usuários de álcool e outras drogas”. Até então, as políticas sobre drogas eram realizadas pelo Ministério da Justiça. A entrada da questão na pauta do Ministério da Saúde representa a afirmação da questão como um grave problema de saúde pública (SILVA,2014) e consequentemente propõe algumas alterações nas políticas:

No direcionamento das políticas, o que se observa é a presença de tendências liberais, como a defesa pela liberdade de escolha sobre o tratamento; o apelo à revisão legislativa que contemplasse, efetivamente a diferenciação entre usuário e traficante; a garantia da igualdade na abordagem das drogas lícitas e ilícitas; e a consideração da abstinência como uma das alternativas, e não a única. A renomeação das Política Nacional Antidrogas de 2002, que passou a se chamar Política Nacional sobre Drogas em 2005, é mais um indício da tentativa de minimizar o viés repressivo que o prefixo anti poderia supor. Fica clara, dessa maneira, a opção por estratégias de cuidado, especialmente cuidados em saúde, em detrimento das estratégias penais repressivas predominante até aquele momento. (SILVA,2014, pág.26-27).

No âmbito da Justiça, a legislação vigente sobre as drogas data de 2006 e prega a “pseudodiscriminação do usuário” (DANTAS, 2012). Porém, é considerada por muitos autores como uma versão tão autoritária quanto a lei vigente no período da Ditadura Militar:

A Lei 11.243 de 23 de agosto de 2006, em princípio livraria da pena de prisão o usuário, mas endurecia as penas para o traficante, contribuiu para essa explosão no número de presos no país. E o que é pior, ao não definir quantidades para que alguém seja considerado usuário ou traficante, essa lei favorece enviesamentos e injustiças. Diz a Lei, em seu artigo 28: “Para determinar se a droga destina-se a consumo pessoal o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais” é uma brecha para a rotulagem segundo atributos econômicos e sociorraciais, que tem levado jovens pobres, sobretudo negros, sem recursos para pagarem advogados, ao encarceramento por tráfico, enquanto outros jovens, com a mesma quantidade de drogas, mas com melhores “circunstâncias sociais e pessoais” são enquadrados como usuários e não submetidos à prisão. (LEMGRUBER e BOITEUX,2014, pág.361)

O avanço dessa lei residiu em retirar a possibilidade de penas privativas da liberdade. Com relação as penas, ao usuário podem ser aplicadas: advertência sobre o efeito do uso de

drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento à programa ou curso socioeducativo. Para o traficante, a penalidade é de reclusão de 5 até 15 anos. (SILVA,2014)

BOITEUX (2009) no esforço de avaliar a lei 11.243 realizou um levantamento das condenações por tráfico entre outubro de 2006 e maio de 2008 no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. A autora apontou diferenças regionais no que tange as drogas com maiores condenações. Em Brasília a maconha fica em primeiro lugar, seguida de cocaína e merla²⁰, enquanto que no Rio de Janeiro a cocaína é a primeira, seguida da maconha e do haxixe²¹. A autora destacou também o grande volume de condenações relacionadas ao ecstasy no Rio de Janeiro. Considerou ainda variáveis como a quantidade de droga que o réu transportava e situação processual em que a prisão foi realizada. No Rio de Janeiro em 73,6% das condenações por tráfico de maconha, a quantidade de maconha encontrada estava entre 10 gramas e 1 quilo. Com relação a situação processual, praticamente na totalidade dos casos as prisões foram realizadas em flagrante. Outro dado que chama a atenção nesse estudo é o fato de em 78,5% dos casos analisados no Rio de Janeiro não há concurso material entre o tráfico de drogas e qualquer outro crime.As conclusões de BOITEUX (2009) levantam a seguinte questão:

Nesse sentido, a seletividade do sistema penal foi confirmada na pesquisa, atuando a política de drogas atual como legitimadora do tradicional modelo criminalizador da pobreza no Brasil. Sob esse aspecto, o formato da lei penal parece contribuir para tal ocorrência, quando estabelece tipos abertos e penas desproporcionais, pois concede amplos poderes ao policial, tanto para optar entre a tipificação do uso e do tráfico, como ao não diferenciar entre as diversas categorias de comerciantes de drogas. O resultado dessa equação é que o Poder Judiciário, além de aplicar uma lei extremamente punitiva e desproporcional, tem a sua atuação limitada pela corrupção, que filtra os casos que chegam ao seu conhecimento, sendo este um ciclo vicioso que muito tem contribuído para a superlotação das prisões com pequenos traficantes pobres, e para a absoluta impunidade dos grandes. (BOITEUX;2009; pág.23)

²⁰Droga derivada da cocaína. É uma junção das folhas da coca com alguns produtos químicos como ácido sulfúrico, querosene, cal virgem entre outros que ao ser misturado se transforma numa pasta onde se concentra em torno de 40 a 70% de cocaína. É ingerida pura ou misturada num cigarro normal ou num cigarro de maconha. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/drogas/merla.htm>.

²¹O Haxixe é uma substância extraída das folhas da Cannabis sativa, uma planta herbácea da família das Canabíáceas - a mesma planta usada para produzir maconha. Porém enquanto a maconha tem 4% de THC (tetrahidrocannabinol), o Haxixe concentra até 14%. Disponível em: <http://www.infoescola.com/drogas/haxixe/>

2.3 A questão das drogas hoje

Podemos dizer que hoje a política de drogas enfrenta movimentos contraditórios no Brasil, na América Latina e no Mundo. Isto é, assistimos ao crescimento de movimentos pró legalização das drogas, especialmente da maconha e também movimentos de recrudescimento das penas para usuários e traficantes.

Por meio de um plebiscito realizado em 2014 nos Estados Unidos, mais três estados, Oregon, Alaska e a capital Washington, aderiram ao uso recreativo da maconha²². Com a adesão desses três estados, a maconha se torna legalizada em cerca de vinte estados do país. Também nos Estados Unidos, em maio, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou um documento no qual incentiva a análise de uma eventual legalização da maconha como forma de luta contra o narcotráfico²³.

Na América Latina, desde dezembro 2013, o Uruguai, durante a polêmica gestão do presidente Mujica, descriminalizou o uso das drogas para maiores de 18 anos. O novo marco legal do país permite cultivo da maconha para uso pessoal, em clubes de consumo ou comprar em farmácias, em quantidades moderadas. No Brasil, SILVA (2014) sintetiza a questão:

Nos campos jurídico e legislativo, é intenso o debate em torno da criminalização e descriminalização do uso de droga, com propostas antagônicas. Por um lado, alguns projetos de lei procuram manter o viés repressivo, por meio da manutenção da sanção penal e da defesa da internação compulsória. Por outro a mobilização a favor da descriminalização do uso de droga vem ganhando força, com o apoio de instituições e figuras públicas, constando inclusive na proposta de reforma do Código Penal que tramita no Senado Federal. (SILVA, 2014, pág. 29)

Conforme aponta o fragmento acima, o processo que vemos acontecer no Brasil caminha tanto no sentido da descriminalização das drogas, e neste ponto cabe destacar o engajamento a causa da legalização figuras de destaque no âmbito político como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o delegado Orlando Zaccone D'Elia Filho e o deputado estadual (também membro da organização da Marcha da Maconha) Renato Cinco. Ao mesmo tempo, no outro ponto do debate, cabe destacar a atuação do deputado federal Osmar Terra que com o projeto de lei 7663/2010, já aprovado na Câmara prevê a internação

²² Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/legalizacao-da-maconha-e-aprovada-no-oregon-alasca-e-capital-dos-eua.html>

²³ Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/01/02/interna_internacional,484095/maconha-liberada-em-dois-estados-dos-eua.shtml

compulsória dos usuários de drogas.

Outra questão que permeia o debate sobre o uso de drogas atualmente no Brasil é a questão da legalização do uso medicinal do canabidiol. Em 2014, algumas famílias conseguiram na Justiça uma decisão liminar permitindo a importação de medicamentos à base de canabidiol para o tratamento de crianças com doenças neurológicas graves, sob a alegação que o medicamento controlaria a quantidade de convulsões nelas²⁴. Agora na primeira quinzena de 2015, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou por unanimidade a reclassificação do canabidiol como medicamento de uso controlado e não mais como substância proibida²⁵.

A avaliação do histórico brasileiro do tratamento da questão das drogas, desde as primeiras legislações até a lei de 2006 nos aponta um sistema penal seletivo. No qual não é a droga que estabelece o “mau”, simbolizado pela figura do traficante e a “vítima”, simbolizado pela figura do consumidor. Neste sentido, percebemos a decisão de quem ocupará cada lugar perpassa questões de raça, classe e local de moradia.

O que se percebe ao fim desta seção é que a “guerra” que o Estado tem travado contra as drogas teve e ainda tem como principais vítimas os moradores de favelas e periferias. Muitas vezes estas pessoas ao menos estão ligadas ao consumo ou ao movimento de drogas.

Embora o Departamento de Polícia Federal tenha investigado o crime organizado nos últimos anos, os aparelhos de segurança pública dos estados, com suas polícias civis e militares, intervieram apenas na repressão violenta às áreas de população mais pobre das regiões metropolitanas, o que de forma alguma serviu como solução para o problema e sequer diminuiu a sensação de insegurança entre os moradores das cidades. (TEMPONE, 2012, pág. 48)

A proibição no consumo de álcool no passado e agora das drogas, nos aponta uma lição:

Ensina que o maior crescimento da criminalidade organizada internacional está associada aos ganhos existentes com o tráfico ilícito de drogas. A proibição da comercialização de qualquer produto redundará em um aumento do seu custo. Esse aumento desperta um interesse econômico na distribuição e comercialização das substâncias ilícitas e um ganho brutal com esse comércio por parte de alguns. A ousadia do tráfico, descrita pela mídia, nada mais é do que o resultado de um lucro brutal na comercialização das substâncias ilegais. Não por outra razão, ontem como hoje, os principais nomes do crime organizado estão associados ao tráfico de drogas, ou no passado, do álcool.” (SHECAIRA, 2014, pág. 338)

Por fim, outra lição extremamente importante a se extrair dessas reflexões é que:

²⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/08/justica-libera-importacao-de-canabidiol-para-16-pacientes-da-pb.html>

²⁵ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/01/anvisa-aprova-uso-do-canabidiol-como-medicamento>

Diariamente estamos em contato com a falência e a inabilidade científicista que assiste indivíduos apresentando problemas com o uso abusivo e compulsivo por drogas, crises nos contatos assistenciais fundamentais, que são agravados pelo estigma moralista que distancia a metodologia da abordagem médica pós-moderna com os cuidados singulares sensíveis e humanísticos que a Saúde Pública tem o dever constitucional de cumprir. Concomitantemente, ondas crescentes de violências, acidentes e crimes que ocorrem nestas sociedades, acompanhadas por situações de desequilíbrios econômicos, sociais e comportamentos competitivos individualistas, estão sendo relacionadas e determinadas, devido ao uso abusivo e compulsivo de drogas que ocorrem com um crescente segmento populacional. (DANTAS, 2012, pág.131)

2.4 Os jovens, as drogas e o controle

O consumo e o tráfico de drogas fazem parte da realidade de diversos grupos de jovens, portanto não se trata de um fenômeno exclusivo à uma classe social. Já foram desenvolvidos uma série de estudos sobre o consumo de drogas na juventude, desde as classes mais baixas até as mais abastadas. (VELHO, 2008; BATISTA, 2003; ALMEIDA, 2003; ABRAMOVAY et al, 1999; GRILLO, 2008).

Evidentemente o consumo destas substâncias não se restringe apenas ao público jovem, mas a participação desta faixa etária no consumo de drogas é relevante, primeiramente por ser possivelmente a fase do primeiro contato do indivíduo com a substância. Em segundo lugar pela facilidade no acesso a droga nesta faixa etária. Os jovens não levam a sério o pânico que criaram em torno da questão das drogas, enquanto os organismos oficiais pretendem afirmar que todas as drogas (especialmente as ilegais) são igualmente perigosas, os jovens preferem experimentar por si próprios. De acordo com essa realidade, o principal dano não é a droga em si, mas a forma como é feito seu consumo (GRINSPOON, 1975 apud OLMO, 1990).

BATISTA (2003) através de seu estudo sobre juventude pobre e drogas, apontou que de acordo com as estatísticas da 2ª vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, a droga é o principal fator de criminalização da juventude. Cerca de 49% (38% por tráfico e 11% por consumo) dos adolescentes que entram no sistema estariam envolvidos com drogas. A maioria desses meninos vêm de morros, favelas e bairros pobres cariocas e 38% são analfabetos. As estatísticas trazidas por BATISTA (2003) datam do final da década de 1990. Mais recentemente, o estudo de BOITEUX (2009), que já foi apresentado anteriormente, apontou que os jovens presos no sistema ainda possuem o mesmo perfil destacado outrora por

BATISTA (2003). Ou seja, o consumo ou tráfico de drogas, ainda é o maior fator de criminalização da juventude, e os jovens pobres continuam sendo os maiores protagonistas deste tipo de crime.

Conforme já mencionado nas seções anteriores, os jovens passam a ter o poder de decisão sobre uma série de questões que dizem respeito a eles mesmos. O consumo de drogas, lícitas ou ilícitas, certamente é uma dessas escolhas. Apesar disso, o jovem esbarra em uma série de controles sobre sua conduta individual e neste sentido a repressão ao consumo de drogas se configura como um problema. Este problema se encontra muito além das implicações biológicas do consumo de uma substância entorpecente.

Com relação às medidas tomadas pelo Estado até agora na tentativa de resolver o assunto, acaba caindo nas mãos ou do discurso jurídico ou do discurso médico, e em nenhuma das opções a liberdade de escolha do usuário é respeitada. (BALDI, 2012). Desta forma, o consumo é um fator muito importante para se pensar as razões do encontro entre a juventude usuária de drogas e o poder de repressão da Polícia Militar. Mas não apenas da juventude usuária, o respaldo legal de busca e apreensão de drogas é capaz de motivar abordagens também em indivíduos que não são usuários da droga. O neurocientista Carl Hart (2014) destacou atuação da Polícia como a questão que mais o preocupa com relação as drogas:

(...) em mais de vinte anos de experiência de pesquisa, aprendi lições importantes, porém, talvez nenhuma mais que essa: os efeitos das drogas são previsíveis. Aumentando-se a dose, é maior o potencial dos efeitos tóxicos. Mas as interações dos meninos e homens negros com a polícia não são previsíveis. Eu me preocupava o tempo todo com a possibilidade muito concreta de que os meus filhos entrassem na mira dos agentes da lei por “corresponderem à descrição” de um usuário de drogas ou por alguém achar que estavam sob efeito de drogas. Muitas vezes, nesses casos, o jovem negro acaba morto. (HART, 2014, pág.296)

De fato, em uma sociedade em que o porte e o consumo de drogas são proibidos por lei, a abordagem policial para a busca das mesmas é legal. Porém, o que se percebe em nossa sociedade é que o respaldo legal abriu espaço para uma série de ações discriminatórias, bem como práticas de tortura e extorsão por parte dos policiais. E nesse quadro, os jovens são as maiores vítimas (DANTAS,2012).

Toda a discussão trazida neste capítulo aponta as drogas como um elemento importante para se pensar os encontros entre a polícia e a juventude. HART (2014) apontou os problemas de se atribuir aos policiais a tarefa de educar o público sobre as drogas:

De modo geral, os policiais são treinados para capturar criminosos, prevenir e detectar crimes, em nome da manutenção da ordem pública. Não são treinados em farmacologia e tampouco em psicologia ou qualquer outra ciência comportamental. (...) os efeitos das drogas sobre o comportamento e a fisiologia humanas são

determinados por uma complexa interação entre o usuário individual de drogas e o seu meio. Sem o devido treinamento, é muito difícil tirar conclusões a respeito da maneira como determinada droga pode ter atuado sobre o comportamento de alguém (HART, 2014, pág.312)

Neste sentido é possível pensar uma série de questões. Este capítulo buscou explicar as relações existentes entre estes três atores. Evidentemente, a droga não é o único motivador dos conflitos entre a polícia e a juventude. Mas, sob o pretexto de guerra as drogas já foram perdidas muitas vidas, seja através de mão de obra para o tráfico, contingente para as prisões e até mesmo por mortes violentas. As análises do próximo capítulo partirão dessas reflexões a fim de explorar como estas e outras questões correlatas aparecem nas narrativas dos jovens entrevistados.

3 “UM BARRIL DE PÓLVORA”: COMO OS JOVENS VEEM A POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Uma vez explorada a questão da abordagem policial quantitativamente e analisado o histórico e as tensões da droga na realidade brasileira. Este capítulo se propõe a discutir qualitativamente os encontros da Polícia com a juventude, através das narrativas dos jovens. Para dar conta desse universo, optei por trabalhar com entrevistas semiestruturadas. Tendo em vista a fragilidade do tema, por se tratar de um assunto que pode envolver situações constrangedoras, sigilosas e que pressupõe um vínculo de confiança ainda maior que o convencional entre o pesquisador e o entrevistado, optei por utilizar o recurso da Bola de Neve²⁶ para a seleção dos entrevistados. Em outras palavras, seria compor a amostra por indicação de amigos ou entrevistados. Além disso, a Bola de Neve me permitiu alcançar grupos distintos, uma vez que eu não dispunha de tempo, e nem tinha como objetivo realizar uma etnografia com cada um dos perfis que eu buscava alcançar. Esse recurso também foi utilizado por BECKER (2003) no estudo dos usuários de maconha, a vantagem desse critério amostral é a possibilidade de maior confiança dos entrevistados no entrevistador, vínculo fundamental para tratar de assuntos com potencial de constrangimento.

Foram realizadas 25 entrevistas com jovens. Os critérios de seleção dos entrevistados foram: ter entre 18 e 29 anos²⁷ e morar em duas regiões específicas do município do Rio de Janeiro, Zona Norte ou Zona Sul. Dentro de cada região busquei contemplar as categorias Favela e Não-Favela, categorias essas também adotadas na pesquisa utilizada no capítulo anterior. O anexo 2 apresenta a divisão dos entrevistados por perfis. Cabe destacar que essas regiões foram selecionadas levando em consideração de que a Zona Sul é uma parte rica da cidade, que concentra bairros como Ipanema, Leblon e Botafogo, enquanto que a Zona Norte concentra bairros mais populares como Vila Isabel, Méier, Vila da Penha, etc.

²⁶Bola de Neve é um recurso que seleciona os participantes do estudo através de indicação. Através dele criam-se redes de indicação distintas que permite atingir uma variedade entre os participantes. Além disso, a Bola de Neve é indicada em estudos com temas delicados, por ajudar a estabelecer um maior vínculo de confiança entre o pesquisador e o entrevistado (QUIVY e CAMPENI OUDT, 2008).

²⁷O Estatuto da Juventude define como jovens indivíduos entre 15 e 29 anos, tendo em vista a dificuldade de fazer pesquisa com menores de 18 anos, optei por contemplar nessa pesquisa jovens entre 18 e 29 anos.

Outra preocupação desse estudo estava no consumo de maconha. Apesar de esse ser um tema-chave nesse trabalho, buscando não enviesar os relatos dos entrevistados, a pergunta se o entrevistado era usuário ou não, foi realizada durante a entrevista, ou seja, essa seleção não ocorreu *a priori*. Ao longo do estudo percebi que ao mesmo tempo em que optar por não apresentar o consumo de drogas *a priori* contribuiria para não enviesar o estudo, dificultou a participação de usuários em alguns dos grupos pré-estabelecidos (Zona Norte Favela, Zona Norte Não Favela, Zona Sul Favela e Zona Sul Não Favela), porém explorarei essa questão melhor adiante.

De modo geral, os jovens foram bem receptivos à pesquisa e tive pouquíssimas recusas à participação. A maior dificuldade foi encontrar os jovens moradores de favela, devido ao fato de eu não circular muito nesse espaço. Para preencher essa lacuna, cheguei a tentar contatos com ONGs que atuavam nesses locais, mas não obtive respostas satisfatórias. Somente consegui acesso aos jovens na FAETEC do Morro do Cantagalo, mas mesmo nesses locais os alunos entrevistados não moravam na favela, o que dificultou ainda mais o acesso a esse grupo. Por fim, a indicação de amigos, que recomendavam outros amigos, ou alguém que conhecia moradores desses locais se tornou o método mais eficaz de alcançar essas pessoas. Especialmente quando quem indicava fazia o contato prévio com o participante da pesquisa, me apresentando, e isso permitiu que eu conseguisse acessar muitos jovens de diferentes realidades pela cidade.

Outra dificuldade encontrada em algumas ocasiões foi o nervosismo do entrevistado. Nesse sentido, acredito que utilizar o gravador de voz contribuiu negativamente. Em uma das situações, o entrevistado chegou a me pedir que escondesse o gravador, para que ele se sentisse mais à vontade. Também algumas vezes os jovens me diziam que eu poderia ter dado as perguntas antes para que eles se preparassem. Em todas essas ocasiões, pausei o gravador e expliquei que apesar do roteiro e do gravador, aquilo era uma conversa e que não precisavam se preocupar com as respostas. Uma situação curiosa nesse sentido, foi que um dos entrevistados após a entrevista me enviou uma mensagem pedindo desculpas pelo nervosismo e que ele não esperava que seria entrevistado por uma pessoa tão jovem quanto ele. Apesar desse caso isolado, acredito que o fato de eu possuir faixa etária parecida com a dos meus entrevistados criou uma sensação de empatia com eles, muitas vezes até continuamos conversando sobre outros assuntos após o término da entrevista.

Evidentemente, a amostra não é representativa da juventude do Rio de Janeiro, inclusive devido à amplitude da população estudada. Mas buscou-se contemplar diversos perfis de jovens, o que permite algumas problematizações acerca das experiências dos jovens

com a Polícia Militar. Nesse sentido, cabe destacar novamente a pesquisa de BECKER (2003) em que o autor trabalha com uma amostra de 50 pessoas, sendo 25 deles músicos. Em outras palavras, ainda que trabalhar com esse tipo de amostra tenha fragilidades de representar todos os jovens, ela nos permite extrair reflexões e pontos de diferenças e semelhanças entre as narrativas²⁸.

Gostaria de acrescentar a essa discussão o conceito de BECKER (2009) de “representações sociais”. Para o autor, aprendemos as coisas de maneira mais imediata, a partir das experiências da nossa vida diária. Porém, essas experiências acabam se limitando as relações e situações que participamos. Mas além dessas, contamos também com as representações da sociedade em que outras pessoas nos falam sobre situações, épocas ou lugares que não conhecemos. Com base nessas duas modalidades de conhecimento somos capazes de criar nossas interpretações e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas.

Ainda sobre a formação das opiniões, acredito que essa dimensão das representações de BECKER (2009) é fundamental para se pensar a maneira como os jovens veem a Polícia Militar. Ou seja, para além das experiências pessoais, as experiências de amigos ou colegas, episódios de repercussão na mídia ou em redes sociais, também cumprem um papel muito importante na formação da percepção. De fato, RAMOS e MUSUMECI (2005) destacaram que pesquisas internacionais indicam que as opiniões sobre a polícia nem sempre derivam diretamente de experiências pessoais. Segundo as autoras, a percepção generalizada de que Polícia é racista, violenta e desonesta, não resulta necessariamente de experiências vividas, mas da experiência de alguns compartilhada por todos. Ao longo do campo ouvi diversos episódios em que os protagonistas não eram os entrevistados e algumas vezes o entrevistado nem conhecia os personagens em questão, como apontam as falas a seguir:

Assim, eu não tenho grandes motivos, nunca presenciei uma violência tipo um assassinato, nada disso. Mas eu acho que pelo que os outros falam, pelo que os outros presenciam, pelo que a gente vê na televisão a gente acaba... isso é um sentimento recorrente assim, diariamente você fica preocupado com isso e isso acaba te influenciando, te deixando preocupado ou te deixando ansioso de alguma forma e em algumas ocasiões. (10, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

(...) a Polícia Militar, ela é complicada, é complicado lidar com a polícia, hoje na era da internet, do *Facebook*, onde qualquer ocorrido vai ser rapidamente transmitido pra milhões de pessoas fica mais fácil você divulgar atitudes desumanas feitas pelos

²⁸Na pesquisa qualitativa uma das questões mais importantes não é a representatividade amostral, mas a profundidade nas entrevistas. Ou seja, a pesquisa qualitativa ideal visa sempre a saturação dos dados, que seria começar a perceber uma recorrência das respostas nas entrevistas, o que pode ser um bom parâmetro de se ter atingido o número ideal de entrevistas para o estudo. (BERNARD, 2006)

policiais, que é uma característica do Rio de Janeiro, como também a de São Paulo, com a ROTA, e com isso, você começa a divulgar algo que existe no Rio de Janeiro há muito tempo. A polícia do Rio ela tem uma conduta extremamente violenta, a sua abordagem, a sua forma de atuação, ela tenta desenvolver o papel de proteger, ela é uma polícia violenta, uma polícia bruta”. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário)

Partindo de todas as discussões já apresentadas, eu propunha aos participantes uma entrevista, seguindo os moldes de uma conversa, na qual o assunto seria as percepções dos jovens sobre Segurança Pública e as experiências com a Polícia. O roteiro que pré- estabeleci para as entrevistas seguiu basicamente três eixos de perguntas:

Eixo I- Percepções sobre Segurança Pública no Rio de Janeiro: Nesse eixo era solicitado aos jovens que falassem sobre as percepções acerca do seu bairro, da cidade do Rio de Janeiro e por fim, da Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMERJ.

Eixo II- Experiências com a Polícia Militar: No segundo eixo, era solicitado que os jovens contassem sobre as experiências que já haviam tido com a Polícia. Lembrando que aqui foram contempladas tanto experiências positivas, quanto experiências negativas. Também nesse momento aparecem relatos de experiências vividas por amigos ou colegas.

Eixo III- Uso de maconha e experiências com a Polícia relacionadas ao tema: Neste eixo eram contempladas questões sobre se o entrevistado era a favor do uso de maconha e se o entrevistado fazia o uso. No caso dos usuários, foram perguntadas demais questões relacionadas ao consumo e se já havia tido alguma experiência com a Polícia relacionada ao uso. Por fim, foi perguntado para todos os entrevistados como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha. Neste eixo também apareceram relatos de experiências vividas por amigos ou colegas.

Para preservar a identidade dos jovens nas narrativas optei por utilizar uma numeração de 1 até 25. Na tabela presente no anexo 2 é possível ver todas as características do entrevistado a partir do número. Os números estão localizados nos parênteses logo após os depoimentos.

3.1 Como os jovens percebem a Segurança Pública?

O primeiro eixo da entrevista contemplava as perguntas sobre a segurança no seu bairro e a percepção sobre a Segurança Pública no Rio de Janeiro como um todo. Todos os participantes apontaram questões nesse quesito. Já neste momento percebemos uma gama de

visões controversas baseadas em como propôs BECKER (2009), nas experiências pessoais ou nas representações sociais. Neste sentido, verificamos, por exemplo, discursos politizados em defesa dos moradores de favela por moradores da Zona Sul, bem como percepções de Segurança Pública baseadas em informações veiculadas nos noticiários, até avaliações da Segurança Pública a partir de experiências de roubos e furtos sofridas ou presenciadas. Os dois depoimentos a seguir apontam um contraste muito interessante. Enquanto a primeira participante analisa a questão da Segurança Pública pensando na questão da mídia, da ocupação militar e pensa essa questão como fruto de uma política de marketing, o segundo depoimento percebe a Segurança Pública como falha partindo de experiências pessoais.

E qual a sua percepção sobre segurança pública no Rio de Janeiro?

É um problemão, né. A segurança do Rio de Janeiro é uma coisa que tá sempre em pauta porque mexecom todo o fetiche midiático por políticas que não deram certo, é um problema que antecede até um problema nacional, sabe, morando em outras cidades eu nunca tive que pensar em segurança pública como eu penso hoje porque a segurança pública nunca foi efetivamente uma questão na minha vida porque aqui o tráfico é ostensivo, a ocupação militar é ostensiva, a criminalidade ela é ostensiva, você vê muito, sei lá, muito tiroteio por exemplo, tiroteio é uma coisa comum no linguajar carioca, né, acontece em todos os lugares, todo mundo já deve ter passado por algum morando no Rio ou soube de algum e isso é uma coisa que eu nunca tinha vivido antes. E eu acho que a segurança pública no Rio ela é muito pautada por políticas de marketing, porque a segurança do Rio pauta realmente a qualidade de vida das pessoas, né, é realmente uma questão. (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

E qual a sua percepção sobre segurança pública no Rio de Janeiro?

É... não sei se é só uma percepção, mas eu acho que as coisas estão piorando, eu vejo todo mundo correndo por conta dos vários assaltos aqui na Uerj a noite, inclusive teve assalto dentro da faculdade. Eu moro em Botafogo mas meu namorado mora em Copacabana e de um ano pra cá, nossa, todos amigos nossos que moram em Copacabana já foram assaltados, já aconteceu alguma coisa. Então assim, eu sinto que tá um pouco pior. Eu não sei se tô reparando mais agora, mas acho que não, acho que tá um pouco pior (9, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

Esses depoimentos mostram que o entendimento da Segurança Pública como um conjunto de medidas que abrangem diversas questões da cidade não é consenso entre os jovens, e muitas vezes o termo Segurança Pública é percebido como sinônimo da sensação de segurança, ou seja, alguns jovens definem a Segurança Pública eficaz como a possibilidade de poder desempenhar suas atividades cotidianas sem sentir medo. Como no relato acima, em que a entrevistada aponta a falta de segurança nos arredores de sua universidade quando questionada sobre a Segurança Pública.

Também percebi uma variedade de formas de pensar os problemas da cidade. Neste sentido, costumamos pensar que os jovens possuem posturas mais radicais com relação a

determinados assuntos. De fato, grande parte dos entrevistados, incluindo os não usuários de maconha, eram favoráveis a descriminalização da droga, por exemplo. Mas as narrativas dos jovens não eram unânimes quanto as posturas. Verifiquei que enquanto alguns defendem bandeiras progressistas como a desmilitarização da Polícia, outros defendem bandeiras como uma Polícia mais rígida ou a redução da maioria penal como forma de resolver a questão da Segurança Pública. O depoimento a seguir aponta nesta direção:

E sobre a Segurança Pública no Rio de Janeiro de modo geral, qual a sua percepção?

Eu também acho que é muito falha.

Como assim?

Porque quando um menor de idade assalta e não acontece nada, ele vai na delegacia né? Só fica alguns minutinhos e vai embora, depois ele retorna tudo a fazer de novo. Eu acho que essa lei é muito fraca no nosso país, principalmente aqui no Rio de Janeiro, sempre em altas temporadas acontece arrastão, muitos assaltos e nada disso tem uma coisa pra corrigir.

O que você acha que poderia corrigir?

Eu acho que teria que mudar as leis. Tipo rasgar a legislação e depois fazer outra, entendeu? Poder menor de idade ser preso, ficar na ca... não ficar só alguns meses e pagar uma fiança e sair, cumprir mesmo, anos na cadeia e depois tentar incluir ele na sociedade. (13, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Parda, Não Usuária)

Outro ponto que merece atenção nesta seção é a percepção dos moradores de favelas²⁹ sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)³⁰. Foram ouvidos jovens das seguintes favelas: Ladeira dos Tabajaras, Morro da Babilônia, Mangueira, Complexo do Alemão, Rocinha e Complexo da Maré. Todas essas favelas encontram-se ocupadas de alguma forma pelo Estado, sendo através do Exército, no caso da Maré, e das UPPs em todas demais comunidades. Entre esses jovens, praticamente todos se declaram “cria” da comunidade, isto é, vivem lá desde crianças. Por conta disso, quando questionados sobre a segurança no seu bairro ou no Rio de Janeiro, ouvi opiniões sobre a ocupação, bem como comparações entre momentos antes da ocupação, durante e como se encontra atualmente. Por diversas vezes, os

²⁹ Cabe destacar que não mediei a escolha das favelas de acordo com a intervenção das UPPs. Apesar disso, a maior parte dos entrevistados moradores de áreas de favela, especialmente entre os moradores das favelas da Zona Sul, moravam em áreas que estão pacificadas. Sendo assim, foram recorrentes relatos relacionados às UPPs. Em contrapartida, não encontrei entrevistados em áreas que ainda estavam sob o domínio exclusivo do tráfico, sendo todas elas ocupadas ou pelas UPPs ou pelo Exército, como é o caso do Complexo da Maré.

³⁰ As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é um programa de Segurança Pública implantado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs - planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional - foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

jovens me definiram a UPP com o adjetivo de “maquiagem”. Ainda que eles destaquem pontos positivos e negativos da política, todos foram enfáticos ao afirmar que ainda existe tráfico armado na comunidade e que o tráfico armado tem sido cada vez mais visível para os moradores. Os depoimentos a seguir discutem essas questões:

A UPP tá lá, mas você sabe que ainda tem os bandidos, você sabe que ainda tem a comercialização de drogas e tal, então assim, eu me sinto tranquila pela minha vivência lá, mas é um pouco camuflado assim, é tudo por baixo dos panos, tem uma coisa esquisita assim (...) a diferença maior assim é não ver com tanta clareza a venda do tráfico, é e os armamentos e bandido subindo e descendo e tal. Assim, isso com certeza melhorou bastante. Mas o lado ruim disso, é que a gente não sabe, quem é da comunidade no caso (eu me incluo), você não sabe quem é quem, né? Eu vejo muito meus tios comentando que assim, antes, apesar de ser mais explícito, a gente sabia quem era o bandido e quem era o morador. Hoje em dia isso tá muito complicado até porque como várias, várias comunidades foram invadidas, foram tomadas pela UPP, os bandidos meio que se misturaram, então tem bandidos lá na Mangueira, por exemplo, que ninguém nunca viu na vida, aí o ruim disso é que o bandido quando é da comunidade, ele respeita a comunidade, quando ele não é aí ele não tem nenhum vínculo nem que seja afetivo com aquele lugar, então tenho um certo medo disso. Mas o fato das crianças, principalmente, não ter que ver armamento pesado, como eu vi quando era adolescente, quando era mais nova; não ver a venda de tráfico tão livremente, que era na esquina de casa praticamente, né? Isso é bom, isso foi bem legal com a UPP assim, mas que acabou não acabou não, continua por lá... (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

E você vê alguma diferença nesse sentido de antes e depois da UPP?

No começo sim, antes do Amarildo no caso, antes do Amarildo, até o caso do Amarildo a Polícia tentava, eles entravam, eles patrulhavam, eles rendiam, apreendiam, reprimiam, o tráfico passou, continuou traficando como vai continuar sempre, mas eles não ostentavam as armas que eles habituavam, mas depois do caso do Amarildo eles desceram a comunidade, eles passaram a ficar só no entorno dos “acessos e voltou a mesma intensidade que tinha antes da UPP, dentro da comunidade continua circulando arma de guerra, granada, fuzil, etc. (20, Homem, Zona Sul, Favela, Pardo, Não Usuário)

Por que tem gente que não concorda com a UPP, não por ser UPP, não pela questão de estar na comunidade, mas por ser Polícia, boa parte dessas pessoas, e eu falo isso porque eu conheço as pessoas, tem parentes envolvidas com o tráfico ou são elas mesmas envolvidas como tráfico. Então eu não sei, eu acho que elas têm medo ou algumas tem medo, eu não sei, porque perderam algum parente por conta disso e aí criam um bloqueio com a Polícia, de que a Polícia não serve pra defender nunca, só serve sempre pra roubar e pra matar e pra bater e essas coisas. Então, cria-se algo dentro da cabeça dessas pessoas, que elas só veem a Polícia assim, então elas não veem o lado da Polícia de defesa, elas só veem a Polícia como outros marginais fardados, no caso. Eu já não vejo assim, pra mim, apesar de saber que a UPP é um tipo de maquiagem porque eu vivo lá e eu vejo que ainda acontecem coisas, eu acho que muita coisa melhorou (18, Mulher, Zona Sul, Favela, Parda, Não Usuária)

Conforme aponta um dos depoimentos citados, com a ocupação das UPPs dificulta-se a identificação de quem é morador e de quem é traficante. Isso gera um medo nos moradores desses locais por dois motivos: o primeiro deles é o de ser confundido com traficante e ter problemas com a Polícia por conta disso, e o segundo é não identificar quem são os traficantes. Por conta disso, alguns moradores afirmam se sentir mais inseguros nesse contexto.

Também merece a atenção aqui o caso do Complexo da Maré. Apesar de ainda não ter sido ocupado pelas Unidades de Polícia Pacificadora, a favela vive atualmente uma peculiaridade no quesito de Segurança Pública que é a ocupação por tropas do Exército. Embora essa força não seja o recorte do trabalho, creio que seja importante aqui trazer essa questão, e a percepção dos jovens sobre esse tipo de ocupação, acreditando que a ocupação do Exército também influencie a percepção dos jovens sobre a Segurança Pública e até mesmo como elemento de comparação entre a atuação da Polícia Militar.

Então o exército tem uma dificuldade muito grande de poder dialogar com a favela, não sei se é pela sua estrutura de formação, que não é distante da estrutura de formação da Polícia Militar, também acredito que é muito difícil. Mas há uma complicação muito grande, por exemplo, lá tem tanque de guerra. Tanque de guerra, as pessoas elas passam falando o horário que é mais conveniente você estar na sua casa. (...) Até antes da pacificação da Maré, eu acreditava que o racismo existia, mas eu sentia ele quando tinha incursões policiais, mas eu não sentia ele tão forte como eu sinto agora como exército dia e noite lá dentro. Então agora eu sinto claramente, colegas meus de gênero feminino ou de outra cor, passando batido e pra mim eles apontando uma arma e gritando “up, revistamento”, você quis dizer “boa noite, né”, porque “up” é como se eu fosse um animal, “revistamento” é como se eu tivesse um horário pra ser revistado, como eu acredito que eu não estou num campo de concentração nazista, eu acredito que você me deve no mínimo boa noite. (14, Homem, Zona Norte, Favela, Negro, Não Usuário)

De modo geral, praticamente todos os entrevistados já tiveram alguma experiência relacionada a questões de segurança da cidade. Evidentemente, essas situações variam desde serem vítimas de assaltos e ou furtos, até situações mais graves, como é o caso de dois participantes da pesquisa que foram vítimas de bala perdida. Esse ponto reafirma o que já foi apontado em diversas pesquisas (BORGES e CANO, 2012; NETO et al;2001) sobre o risco que os jovens estão sujeitos cotidianamente e, que por diversas questões, eles se sentem inseguros na cidade em que eles vivem. Na próxima seção, pretendo explorar as relações dos jovens com um ator que está diretamente relacionado as sensações de segurança ou insegurança na cidade, a Polícia Militar.

3.2 As experiências com a Polícia

Circular por diferentes perfis de jovens pela cidade me fez perceber que ainda que grande parte dos jovens já tenham vivenciado algum tipo de experiência com a Polícia, do quantitativo de 25 participantes da pesquisa, apenas quatro não relataram algum tipo de experiência com a Polícia. Apesar disso, todos os participantes apresentaram suas percepções

e opiniões acerca da atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro. As duas tabelas a seguir apontam as experiências com a Polícia por área da cidade entre todos os jovens e os jovens que fazem consumo de maconha:

Tabela 3: Jovens que tiveram experiências com a Polícia por área da cidade:

Experiências com a Polícia por área da cidade			
	Não	Sim	Total
Zona Sul Não Favela	0	6	6
Zona Sul Favela	1	4	5
Zona Norte Não Favela	3	5	8
Zona Norte Favela	0	6	6
Total	4	21	25

Fonte: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS JOVENS.

Tabela 4: Jovens usuários de maconha que tiveram experiências com a Polícia por área da cidade:

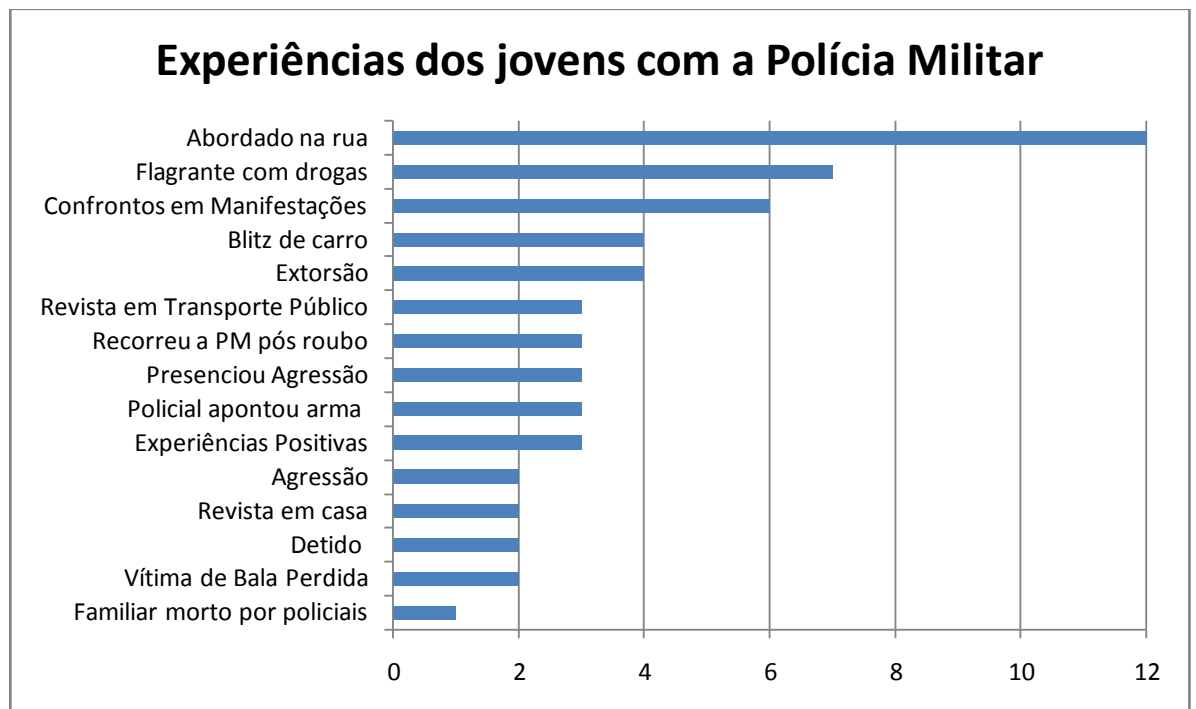
Experiências dos usuários de maconha com a Polícia por área da cidade			
	NÃO	SIM	Total
Zona Sul Não Favela	0	4	4
Zona Sul Favela	0	2	2
Zona Norte Não Favela	1	3	4
Zona Norte Favela	0	0	0
Total	1	9	10

Fonte: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS JOVENS.

Dentre as experiências com a Polícia Militar foram relatadas uma série de situações, desde abordagem, conversas na rua, conflitos em manifestações, tiroteio, chegando até a experiência de presenciar um homicídio. Neste sentido, me chamou a atenção especialmente, que no totalde 25 entrevistados, dois deles já haviam sido vítimas de bala perdida (ambos moradores da Zona Norte, um de favela e outro de Não- Favela) durante confrontos entre policiais e traficantes, sendo que um desses também presenciou a morte do irmão por

policiais. O gráfico a seguir quantifica as experiências com a Polícia relatadas pelos jovens, lembrando que 21 jovens relataram experiências com a Polícia, e muitos tiveram mais de uma experiência. O gráfico considera apenas o tipo de experiência sofrida, não a recorrência da experiência.

Gráfico 7: Experiências relatadas pelos jovens com a Polícia nas entrevistas semiestruturadas



Fonte: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS JOVENS.

A mesma experiência vivenciada com a Polícia pode ser percebida de formas distintas pelos jovens. Enquanto alguns interpretam a abordagem que sofreram como um insulto ou uma forma de humilhação, para outros, ela é encarada de forma “normal”, já que para eles “o policial está fazendo o trabalho dele”. DURKHEIM (2001) em “As regras do método sociológico” propõe uma distinção entre os fenômenos sociais normais e patológicos. Segundo ele, a normalidade do fenômeno será explicada pelo simples fato de estar ligada às condições de existência da espécie considerada, seja como um efeito mecanicamente necessário dessas condições, seja como um meio que permite aos organismos adaptarem-se a elas. Em outras palavras, os jovens que em seu cotidiano estão mais expostos a convivência com a Polícia, como os jovens moradores de favela, percebem o trabalho policial de forma mais “normal” do que os jovens moradores de bairros, especialmente da Zona Sul, uma vez que ser abordado pelo policial nesse contexto não é uma situação cotidiana neste espaço. Cabe

relembrar aqui os dados anteriormente citados pela pesquisa JUVIPOL que apontam que 38,8% dos jovens abordados moravam na Zona Norte, 29,4% na Zona Oeste e 33,1% no Centro, Zona Sul ou Barra. Esses dados também confirmam que os jovens da Zona Sul são menos abordados.

Evidentemente fatores como a forma que o policial tratou o jovem, o desenrolar e o desfecho dessa situação interferem nesse sentido. Mas, de modo geral, os jovens moradores de favela são mais receptivos a ideia da abordagem como um trabalho da Polícia. Algumas vezes quando perguntei para esse público “Você já teve alguma experiência com a Polícia?” a resposta era “não, só fui abordado...”, e em seguida me narravam a situação, sem atribuir muita importância ao fato. Acredito que a naturalização da presença da Polícia nesses locais contribua para essa avaliação. Em contrapartida, para os outros jovens a abordagem é um acontecimento mais relevante, conforme apontam as falas a seguir:

Então, é isso que eu falei, eu me sinto insegura porque quando eu fui parada assim, no Túnel Rebouças, eu não acho que eles tavam tentando parar as pessoas para sei lá verificar se tinha alguém com drogas, se tinha alguém com armas... Não! Eu acho que eles tavam tentando arrecadar dinheiro de alguma forma, porque a forma que me abordaram sabe? Não foi nem um pouco amigável, nem me fizeram essa pergunta assim ‘cê tá levando alguma coisa?’ eu não sei porque me pararam, não é preconceito também, podiam parar duas mulheres e verificar, porque pode acontecer, mas assim, a forma como falaram comigo, quando eu entreguei os documentos e tal e tava tudo ok, quando me devolveram, eu percebi que tipo, eu não sei... Não era uma preocupação assim. (15, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Branca, Não Usuária)

E você já teve alguma experiência com a Polícia?

Não. Já fui parado em blitz e tal, mas nada a reclamar, fui bem tratado.

Você pode me contar como...

Ah, fui abordado na Rocinha, na época da pacificação e tal, eles tavam fazendo aquele pente fino, aí chegaram a vir lá em casa, pediram licença, me perguntaram se podiam e tal, eu me apresentei, mas, no entanto, eles nem precisaram vasculhar nada, eu me apresentei e eles foram embora tranquilo, falaram que tavam fazendo uma pesquisa social pra ver se conseguiam identificar alguém, alguma denúncia... E fui parado na rua também, abordagem e tal, aí é aquilo, eles pediram documento, pediram pra revistar, abri mochila, mas tranquilo.

Essas duas situações aconteceram na Rocinha?

Na Rocinha

E como você avalia o tratamento que os policiais te deram nessa situação?

Fui bem tratado, nas duas...

E como você se sentiu após essa situação?

Tranquilo!(20, Homem, Zona Sul, Favela, Pardo, Não Usuário)

As percepções dos jovens também demonstram claramente que aqueles que não tiveram nenhuma experiência com a Polícia, ou alguma experiência que não consideraram

traumática, possuem uma visão diferenciada do trabalho policial. No depoimento a seguir a entrevistada sugere que a Polícia deveria ter uma atuação mais firme com a população e em seguida aponta que não teve nenhuma experiência com a Polícia.

Eu acho que o modo de agir deles [policiais] deveria ser diferente.

Como assim diferente?

Eu acho que antigamente não era tão violento quando hoje, aí fica uma coisa mais leve, ou então quando eles agem um pouco mais pesado, as pessoas acham que é meio errado. Mas sendo que para o que a gente passa hoje em dia, tem que ser uma coisa mais firme mesmo, não ser muito maleável, porque antigamente o perigo era bem menos que hoje em dia.

E você já teve alguma experiência com a Polícia?

Não. (13, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Parda, Não Usuária)

Antes de avançar na discussão, gostaria de acrescentar o conceito de estigma desenvolvido por Erving Goffman, como outra chave importante nesta discussão. Para GOFFMAN (1980)

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável- num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. *Assim, deixamos de considera-lo uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande (...)* e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1980, pág. 12; grifo meu)

Assim, como alguns estudos apontam que os policiais veem os jovens como um problema pelo simples fato de serem jovens (BITTNER, 2003; RAMOS e MUSUMECI; 2005), parte considerável dos jovens possuem uma visão estigmatizada dos policiais *priori*. O simbolismo da farda do policial já é o suficiente para criar o efeito de descrédito naquele indivíduo. Sendo assim, foram comuns relatos no sentido de jovens evitarem o contato com os policiais, atravessarem a rua quando percebiam a presença da viatura, entre outros. Os depoimentos a seguir falam sobre algumas dessas situações.

É, eu tenho receio da Polícia, eu tenho medo da Polícia, tenho medo, eu acho que o contato direto nunca, nunca não, o contato direto não é satisfatório, sabe? Eu tenho um medo, tenho um preconceito com a Polícia assim, tenho um preconceito... eu prefiro me manter longe. É uma vez eu até vi um amigo meu fardado e eu não falei com ele, assim eu fugi para não falar com ele porque ele tava fardado. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

Eu tava vindo pra cá, por exemplo, com um amigo meu e a gente passou pela Polícia e aí é aquela discussão que rola 'pô, eu não me sinto nem um pouco seguro e confortável do lado de um policial militar'. (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Mas a PMERJ é essa Polícia que me dá insegurança, é a Polícia que eu vejo e atravesso a rua, é a Polícia que, sei lá, me olha torto, é a Polícia que eu tenho essa

barba e t̄o no perfil deles pra ser marcado, ent̄ao assim,   a que me traz a segurança, mas tira um pouco assim, de certa forma. (16, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Não Usuário) (Miguel)

Sobre esse ponto, para GOFFMAN (1980) aqueles que cumprem o papel de estigmatizados, e também os estigmatizadores podem evitar o contato um com o outro como forma de ajustamento. Cada um deles pode sentir que não   completamente aceito e que sua conduta está cuidadosamente sendo observada, o que muitas vezes pode estar de fato ocorrendo. Portanto, o relacionamento entre esses dois atores, uma vez influenciado pelo estigma, se tornam carregados por uma atmosfera de desconfiança, medo, raiva, etc. De fato, alguns jovens relataram evitar qualquer tipo de contato com os policiais. Me chamou a aten o especialmente o relato em que um jovem morador de área de UPP abandona um jogo de futebol pois os policiais entraram no jogo:

(...) eu jogo futebol até hoje onde eu moro, e por ser uma favela pacificada, você tem policiais rodando o tempo todo e uma vez eles quiseram jogar bola junto com a gente, eu peguei as minhas coisas e sai, pronto, não vou jogar junto, eu não me sinto bem, sei lá...Porque imagina se alguém olha de fora aquilo ali, v  aquela situa o de eu jogando bola com os caras e aí pensa ‘será que esses moleques estão passando informa o?’³¹, compartilhando dados aí da favela, né? Porque quando você joga bola com alguém, eu não sei se você tem esse hábito de praticar esportes coletivos, n ? Você para descansar, aí você conversa um pouco, puxa um assunto ou outro, então esse era o meu medo, de ficar ali conversando, eu não ia parar para conversar com um policial. Ele pode ser o mais honesto possível, mas assim, prefiro me preservar também, se fosse numa outra vida, num outro país, quem sabe eu jogaria, mas aqui não. (...)Eu tenho muito receio mais por mim mesmo, esse lance de quem eu tão andando, de quem eu tão falando, por isso que eu nunca vou jogar bola nem com um policial, nem com um bandido.(21, Homem, Zona Norte, Favela, Pardo, Não Usuário)

3.3 Expectativa da a o x realidade

Conforme já discuti anteriormente, muitos jovens veem a Polícia como um inimigo ou o encontro com ela como algo a ser evitado. Apesar disso, em determinadas situa es, os jovens esperam alguma atua o da Polícia. Nesse sentido, há uma expectativa pelo trabalho policial, especialmente em situa es de vulnerabilidade dos jovens, ou seja, apesar da desconfiança relatada, muitos jovens ainda recorrem a Polícia para em determinadas situa es.

³¹ O medo de se relacionar com os policiais por medo de serem associados a eles pelos traficantes já foi mencionado na avalia o exploratória do impacto das UPPs no Rio de Janeiro (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012).

Ainda que muitos jovens sejam críticos da figura do policial ou sintam-se invadidos durante uma revista policial, eles ainda recorrem aos policiais, enquanto agentes da lei, especialmente em casos de episódios de violência como roubos, furtos, etc. Isso mostra como apesar da visão estigmatizada que os jovens têm da Polícia, eles ainda esperam que o policial resolva os conflitos. Os depoimentos a seguir retratam algumas dessas situações.

(...) eu já tive até uma outra experiência com a Polícia, que não foi assim de violência contra mim, extorsão ou algo do gênero. Foi uma vez que eu fui assaltado no Centro em frente ao prédio do Ministério da Educação, o Palácio Capanema e aí tá beleza, fui assaltado ali no ponto de ônibus cinco e pouco da manhã, o cara veio com arma, me assaltou e tal... Levou tudo, fiquei só com o RioCard no bolso. Aí eu cheguei andei uma parte e tinha uma viatura. Ah eu falei ‘pô, eu acabei de ser roubado... Acabei de ser roubado’ há uma quadra e meia daqui, o cara deve estar com a minha mochila, não sei o que’ e aí eu esperava que os policiais fossem atrás do cara, ou esboçassem uma reação, e eles não esboçaram reação nenhuma e falaram assim ‘o máximo que eu posso fazer é te dar uma carona até a Delegacia’, o cara se ofereceu para dar uma carona até a Delegacia do Centro... eu não queria uma carona, queria que pelo menos ele começasse, não que ele não achasse o ladrão, mas que pelo menos ele patrulhasse aquela área, porque tá tendo assalto ali e parado é que ele não podia ficar, entendeu? Então o tratamento é uma droga, é o pior possível... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Cara, eu acho que eu nunca recebi um tratamento adequado. Acho que se quebraram o vidro do meu carro e levaram minha mochila que tava dentro, e uma blitz tava há 100 metros do meu carro, eu vou lá, não é ‘vai a delegacia’ é ‘eu vou te levar a delegacia’, eu vou te dar assistência psicológica nesse segundo que você chegou com o vidro quebrado. (15, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Branca, Não Usuária)

A expectativa não atendida nessa situação aponta para o fato de que os jovens ainda terem enraizado uma expectativa de que o policial deve promover a segurança do cidadão. Nesse sentido, apesar da relação de desconfiança, os jovens ainda recorrem a Polícia quando se veem em uma situação de vulnerabilidade, e quando o policial não atende ao anseio por segurança, essa relação se mostra mais uma vez abalada e a desconfiança que já havia se torna mais acentuada. Houveram outros depoimentos no sentido de críticas ao atendimento dado pelos policiais em situações como a relatada anteriormente. Em apenas um dos casos, o atendimento dos policiais foi bem avaliado. Cabe destacar que nesse sentido muitas vezes apareceram distinções entre o tratamento dado pela Polícia Civil e Polícia Militar, apontando a primeira delas como “menos pior”. Outra situação que trata dessa questão da expectativa do atendimento dado pelos policiais está relacionada a questões de gênero, conforme aponta o depoimento a seguir:

(...) uma vez foi até engraçado, no Carnaval, eu tava andando na Presidente Vargas, e no Carnaval fecha tudo, tudo, então não consegue andar de ônibus direito e eu tava andando na Presidente Vargas tentando voltar pra casa e aí eu vi um policial, e tava cheio de gente assim, parecia que, meio que passava perto assim, eu fiquei com um

pouco de medo e aí eu vi um policial e fiquei aliviada, aí quando eu passei na frente do policial assim, ele começou a me dar cantada, foi um desespero, aí eu falei ‘que isso! Até o policial’ (15, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Branca, Não Usuária)

Essas questões de gênero merecem um cuidado especial, pois apontam que os motivos da desconfiança entre os homens e as mulheres não são necessariamente os mesmos. De fato, assim como no estudo de RAMOS e MUSUMECI (2005), e como nas análises da pesquisa JUVIPOL, as mulheres são menos abordadas que os homens. Apesar disso, para as mulheres a questão das “cantadas” dadas pelos policiais, produz um medo e uma desconfiança a mais nesses contatos, que é o medo da violência sexual (BORGES, 2011).

3.4 Manifestações 2013

Durante o ano de 2013, especialmente entre os meses de junho e julho (mais especificamente em junho), ocorreram grandes manifestações populares no país, e na cidade do Rio de Janeiro. As manifestações ficaram conhecidas devido ao grande volume de participantes e também pela repressão policial. Nesse sentido, as entrevistas mostraram como as manifestações estabeleceram um ponto de contato muito forte entre a Polícia Militar e os jovens. No caso de alguns jovens, foram durante as manifestações em que vivenciaram as primeiras experiências com a Polícia, essa é a realidade principalmente dos jovens que não moram em favelas ou em bairros populares.

Porque assim, durante as manifestações do ano passado, eu acho que houve uma mudança muito grande na forma como a Polícia agia. Antes ela agia em tese, só sobre o preto, sobre o pobre e já era um absurdo porque era indiscriminadamente e hoje, depois das manifestações, ela começou a ver que ela vai agir também sobre a classe média e sobre qualquer jovem que tenha aquele perfilzinho de socialista, maconheiro, sei lá o que, que ficou por aí nas redes sociais. (16, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Não Usuário)

Nesse sentido, acredito que as experiências dos jovens que participaram das manifestações contribuíram significativamente para formar a visão que eles possuem da Polícia, especialmente para aqueles que ainda não haviam tido experiências de abordagem.

Nesse dia foi um protesto que eu fui e nossa tinha 500 pessoas e assim 450 era Black Bloc e aí rolou aquele cordãozinho em volta para não deixar, e na época ainda tava aquela prática de revistar as pessoas no meio e nego fez isso tal. Aí na hora que tava chegando em frente a Alerj nego subiu em cima, já chegou PM pra cima vindo com cassetete e aquela arma de choque, aí nego correu para rua da Assembleia, achei que fosse normalizar, aí não normalizou, geral correndo, saí correndo também, aí começou aquele quebra-quebra de banco etc e isso ocorrendo lá, aí esqueci de passar

o cinto na calça e a calça começou a cair e nisso eu já levei uma pancada na perna de cassetete, aí eu sai correndo, saí cortando gente e tal aí, mas aí com a calça caindo acabei desacelerando e do nada levei uma porrada no pescoço de cassetete também, o cara me segurou pela mochila e me derrubou e eu fui um dos presos do dia. (6, Homem, Zona Sul, Não Favela, Branco, Usuário)

Entre os entrevistados, diversos relataram ter participado das manifestações. Entre esses, dois sofreram agressão física direta. Um deles chegou a ser detido e outros relataram experiências com spray de pimenta e ou balas de borracha. O depoimento a seguir é de uma das meninas agredidas com cassetete durante uma das manifestações:

Como que você avalia o tratamento dado pelos policiais?

Acho que isso não é tratamento, né, isso é perseguição. Isso é brincar de polícia e ladrão, é exatamente a mesma coisa que brincar de polícia e ladrão só que eles com um cassetete e não era brincadeira. (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

Sem dúvida, as manifestações representaram um forte ponto de contato entre os jovens e a Polícia Militar, seja através das experiências pessoais relatadas ou das experiências de terceiros que foram amplamente compartilhadas, especialmente nas redes sociais. Aqui cabe fazer um adendo sobre a questão da influência das câmeras de vídeo, muitos jovens relataram que a presença das câmeras nas manifestações contribuía para coibir a violência policial, embora circulem nas redes sociais diversas filmagens de agressões a manifestantes durante esse período.

(...) Na hora que eu cai já juntou um monte de câmera em cima de mim. Um amigo meu que tava junto disse que me viu caindo e tentou voltar, mas que ele ficou assustado quando viu a PM olhando para mim com cara de raiva, aí pensou 'porra, fudeu, ele vai apanhar muito' e aí acabou que eu não apanhei muito porque na hora que me derrubaram já juntou cinco mil câmeras em volta, foi um negócio que quase (inaudível) espontânea de câmera, eu dei muita sorte. (6, Homem, Zona Sul, Não Favela, Branco, Usuário)

3.5 As experiências positivas com a Polícia Militar

Uma das perguntas do questionário aplicado na pesquisa JUVIPOL questionava se os jovens já haviam tido alguma experiência positiva com a Polícia. Em seguida pedia que eles avaliassem em uma escala de 1 até 10 a Instituição. O fragmento a seguir apresenta os resultados para as duas perguntas.

Poucos jovens disseram já ter tido algum tipo de experiência positiva com a polícia, sendo a proporção entre os jovens de favela mais baixa que a dos de asfalto [*apenas 7,1% dos jovens afirmaram ter experiência positiva com a Polícia, número que caía para 6,8% quando considerado apenas os moradores de favela*]; parcela bem maior, mas ainda assim relativamente pequena, disse lembrar ter visto ou ouvido na mídia alguma história positiva a respeito de policiais. (...) Pelos resultados acima, seria de esperar que os jovens cariocas, e muito especialmente os moradores de favelas, avaliassem mais negativamente as forças policiais do que na realidade o fazem: quando se pediu que atribuíssem notas de zero a 10 para cada uma das instituições de segurança, as médias ponderadas foram quase sempre iguais ou superiores a 5, tendo-se informado aos entrevistados que esta era a nota mínima para “aprovação”. Entre as forças policiais, contudo, as avaliações variam muito – da média 4,9 para a PM à 8,8 para o Corpo de Bombeiros e 7,8 para o Exército, estas duas últimas forças tendo recebido dos jovens de favelas médias ainda mais altas: 9,3 e 8,5, respectivamente. (Relatório pesquisa JUVIPOL, 2012)

Nas entrevistas que fiz com os jovens, dos 25 participantes apenas três relataram alguma experiência positiva com a Polícia, esse número tão baixo reforça a dificuldade de contatos positivos entre esses dois atores. Entre as três experiências positivas relatadas, em duas delas os jovens haviam protagonizado a experiência e a outra se tratava de um episódio veiculado na mídia. Me chamou muita a atenção o conteúdo dessas experiências positivas. A seguir relato os dois depoimentos em que os jovens vivenciaram a experiência:

(...) teve uma vez que, uma das vezes do ônibus, que o policial pediu para revistar a minha bolsa, ele foi bastante educado, ele falou ‘Boa noite senhora, será que eu posso olhar a sua bolsa, por favor?’ e tal... Pediu por favor, deu boa noite, etc. Não que a situação seja menos constrangedora com a educação do policial, mas assim é, não sei se melhor é a palavra, mas é mais fácil, te dá menos medo quando o policial é educado do que quando o policial é mais truculento assim, aí acho, acho que essa foi a única vez até que eles foram bastante simpáticos. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

E sobre a PMERJ de modo específico?

Odeio. Tem que acabar. É isso basicamente. Não gosto, eu acho que não tem nada a ver com parada militar e tal. Sei lá, todos os meus contatos foram extremamente negativos, quase todos. Teve um contato uma vez com um policial que era gente boa.

Como foi esse contato com o policial gente boa?

Com o policial gente boa foi na manifestação, esse ano contra o Jacob Barata que eu fui. Na verdade eu tava passando por lá e sabia que tava tendo e eu tava comendo num lugar perto, aí fui passar ali em frente ao Copacabana Palace porque eu sabia que tava tendo manifestação contra o, no caso o Jacob Barata que é o rei dos ônibus. É.. aítava rolando lá um protesto contra... era o casamento da filha do Jacob Barata, aí o pessoal tava protestando, aí tinha um policial lá que conversava com a galera tal, que era um cara gente boa. Era um cara tranquilo, era aspirante a tenente e ele conversava com todo mundo, até com nego bêbado, chato que vinha encher o saco dele ele conversava. Era um cara tranquilo.

E ele tava sozinho?

Não, ele tava com outro policial que era chato, ficava mal-encarado olhando para todo mundo. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Branco, Usuário)

Nas duas experiências relatadas, percebe-se como a forma que o policial fala com o jovem já pode ser um diferencial na maneira em que os jovens veem os policiais. Desta forma, podemos problematizar como o aprimoramento dos policiais na forma de tratamento dos jovens pode ser um elemento importante no sentido de quebrar os estigmas (GOFFMAN, 1980). Já a experiência positiva com a Polícia através de histórias veiculadas na mídia retrata um policial que fez o parto de uma jovem no meio da rua, o jovem avaliou positivamente essa experiência por acreditar que nessa situação o policial se expôs ao risco de ser alvejado, a fim de ajudar uma pessoa realizando uma tarefa que não seria de competência do policial. Apesar de escassas, essas experiências apontam possibilidades para colaborar na melhoria do relacionamento dos jovens com a polícia, através de medidas simples, como a forma de tratamento.

3.6 O BOPE: A Polícia do “Caveirão”

O BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) também apareceu em alguns discursos dos jovens. Embora nem todos tenham vivenciado experiências com o BOPE, as críticas e avaliações ao BOPE estão presentes nas narrativas dos entrevistados independente do grupo no qual eles estão inseridos.

(...) o Bope ele é um filhote da Ditadura, ele foi criado em setenta e sete, se eu não me engano, nos anos setenta assim e é uma política de extermínio, sabe. Então é um barril de pólvora, você não consegue ter nenhum tipo de política de segurança quando você tem um esquadrão de extermínio dentro da sua força estatal, sabe, assim, antes do Tropa de Elite, antes de tudo isso, no início do youtube você podia achar nos videologs das pessoas que eram aspirantes a entrar no BOPE, tavam em treinamento, você podia achar videozinho deles com a palavra canto de guerra, “subir a favela e deixar corpo no chão”, sabe, isso não é uma política pública de segurança, isso é uma política de extermínio.(8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

As experiências com os policiais do BOPE foram vivenciadas todas em favelas e com os jovens moradores de favela, inclusive um dos jovens atingidos por bala perdida atribui a bala ao BOPE. É consenso entre os moradores de favela que quando o BOPE entra, ninguém é levado preso, como explica o jovem a seguir:

A gente começa a ir nas favelas do Rio, os bandidos da década de 60, 70, tinham uma pistolinha enferrujada, hoje em dia, você vai na favela e o cara tem uma R15, tem uma M16, tem uma arma de última geração, solta até laser da arma, então não tem como o policial ficar lá tentando dialogar né, não tem como levar a paz pra guerra. Então assim, eu entendo o lado do cara as vezes ir pra uma operação e matar, mas a polícia convencional, a PM, até que ela não é tão assim, o BOPE é que é mais

nessa pegada de matar, tanto que em operações da Polícia Militar e Civil onde eu moro sempre levavam pessoas presas, agora operação do BOPE lá eu nunca vi levar ninguém preso não, levava dentro do caixão, dentro de um saco preto, agora preso eu nunca vi não, porque já é essa área da Polícia que é voltada para o extermínio, a Polícia que já entra e não quer saber de dialogar, não quer saber de prender... é bom a gente dividir, né? Polícia Militar convencional é uma coisa, o BOPE é outra.(21, Homem, Zona Norte, Favela, Pardo, Não Usuário)

Apesar disso, um dos jovens abordados compara as abordagens da Polícia Militar convencional, com a abordagem sofrida pelo BOPE, destacando que os policiais de elite tem maior preparo para lidar com a população:

(...) os policiais de elite assim tal são um pouco mais tranquilos, parece que eles têm um temperamento um pouco melhor trabalhado e tal, então eles não se abalam muito.

Como assim?

Porque eles ficaram bem tranquilos assim, tipo nessa abordagem nossa, tipo eles não foram violentos nem nada do tipo, eles perguntaram até de modo bem calmo e tal, diferente da Polícia Militar padrão assim, que sempre vem gritando, apontando a arma, ou sempre vem pedindo pra botar a mão na parede, esse tipo de coisa, sabe? (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário)

3.7 Porque eu?

Essa é a pergunta que os jovens se fazem depois de vivenciarem determinadas experiências de abordagens, especialmente abordagens na rua, ou em transporte público. A sensação de injustiça por ter sido parado pela Polícia é mais comum para os jovens que não fazem uso de entorpecentes e ou que já passaram por essas experiências mais de uma vez. Tentando responder a essa pergunta, os jovens apontam coisas em sua aparência, perfil ou comportamento na tentativa de explicar a atuação policial.

E porque você acha que eles desconfiaram de você?

Não sei. Talvez porque me viram apressado, talvez porque na hora eu tava indo rápido, talvez foi por isso, acharam que eu tava fazendo alguma coisa errada, eu acho que foi por isso, porque eu tava com pressa (17, Homem, Zona Norte, Favela, Branco, Não Usuário)

Porque eu sinto que a Polícia tem um preconceito comigo, na verdade, né? Porque eu acho que todas as vezes que eu fui parada em ônibus, essas coisas assim, eu ficava imaginando cara, mas eu não tenho cara de quem faz nada e enfim, não faço nada, então porque ele veio falar comigo e as vezes não fala com outras pessoas. Então eu comecei a... e quando, e nessa época eu era bem novinha, devia ter uns 16, 17 anos, 18 no máximo e então assim, aparentemente eu não apresentava risco

nenhum, perigo nenhum sabe? Mas eles sempre me abordavam em ônibus. Até que perto da minha casa não, até porque não tinha muita Polícia também, é em ônibus eles sempre me abordavam. Na Lapa, na Lapa nem sempre, foi só uma vez mesmo que eu tava no Beco do Rato, mas, eu acho que esse tratamento com os policiais, esses episódios e episódios também que eu escuto falar de pessoas mais próximas de mim, que não tem experiências boas com policiais e etc. Tipo quando você vai se reportar a um policial sobre alguma coisa e um policial não faz nada e aí eu acho que é um conjunto de tudo sabe, e mais as notícias de corrupção e etc. E mais a prática de dar, que o policial pode aceitar qualquer dinheiro, de vinte reais a mil reais, entendeu? Eu acho que é um pouco de cada assim que traz esse preconceito com os policiais. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

Muitos jovens atribuíram a sua cor o fato de terem sido abordados. A importância da raça para se pensar o trabalho de abordagem dos jovens já foi objeto de uma série de estudos (RAMOS e MUSUMECI, 2005; REINER,2004; DUARTE et al, 2014). REINER (2004) destaca o preconceito racial como um aspecto importante do conservadorismo da Polícia, em seguida aponta alguns estudos norte-americanos que demonstrem a suspeição, a hostilidade e o preconceito contra negros praticados pelos policiais, um dos estudos destacados por ele indica que:

(...) os estudos de Caim e Lambert em forças policiais das cidades, no começo do final dos anos de 1960, mostram um padrão claro de preconceito nas fileiras das Polícias, que viam os negros como especialmente propensos à violência ou ao crime e, em geral como sendo difíceis de entender, desconfiados e difíceis de lidar. (REINER,2004, pág.150)

Os trabalhos realizados no Brasil também sugerem a questão do racismo contra os negros como um aspecto do trabalho policial (RAMOS e MUSUMECI;2014; DUARTE et al, 2014). As análises quantitativas do primeiro capítulo também apontaram maiores chances dos jovens pretos de serem abordados pela Polícia. As entrevistas com os jovens confirmam os dados quantitativos e reforçam a literatura, dentre os 8 jovens que se declararam negros, todos já haviam tido experiências com a Polícia. Cabe destacar que desses 8 apenas 3 eram usuários de maconha, o que aponta no sentido de que mais da metade dessas experiências não foram motivadas por flagrante com drogas. Apesar disso, mesmo em situações que o entrevistado não era usuário, ele tinha sofrido revista corporal ou havia sido questionado se estava com drogas.

Quando partimos para a análise dos relatos, a questão do racismo aparece ainda mais forte. Os jovens negros acreditam que a sua cor pode ter sido um elemento determinante para serem parados pela Polícia, os trechos a seguir apontam essa questão:

Eu acredito que seja porque eu moro perto do morro, eu sou negra, eu acho que junta um pouco e acaba revistando assim. (9, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

(...) meu irmão foi revistado n vezes, porque ele é mais moreno que eu, alto, cabelo baixinho, então ele já foi abordado várias vezes, inclusive por ser negro. Ah, lembrei

de uma situação, posso contar? (...) Ele tava no ônibus, meu irmão, ele devia ter uns 22 anos, por aí, hoje ele tem 30 anos e a Polícia parou o ônibus pra revistar e ele tava sentado lá atrás naquele banco maior e tinha um rapaz branco loirinho, olho claro, sentado na frente dele. Quando a Polícia entrou, o cara, esse garoto branquinho falou assim ‘ih, fudeu’ porque ele tava com droga na mochila e o meu irmão tava indo trabalhar. Pois o policial cismou com a cara do meu irmão, fez ele levantar, revistou, fez ele abrir a mochila, aí ele queria abrir a mochila do meu irmão, aí meu irmão não deixou ele abrir, falou ‘se você quer olhar, eu que vou abrir’ é e foi uma situação pro meu irmão humilhante. Enquanto que o rapaz branquinho ele não tirou uma com o cara, e o policial foi, depois de ter feito todo esse escarcéu, só revistou o meu irmão no ônibus, não revistou mais ninguém, moreno, enfim... Desceu, quando ele desceu o cara branquinho falou ‘cara, se ele me revista, eu tô com sei lá quantos quilos de maconha aqui, olha ia dar merda porque eu não ia entregar’ (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

Uma vez rolou de a gente sair a noite, pra Lapa inclusive, e estávamos eu e mais uns quatro amigos, no caso eu e mais três éramos negros e um deles era branco, assim, na ocasião, e a gente tava descendo a Niemeyer pra pegar um ônibus lá embaixo, isso já era mais ou menos meia noite, e nós fomos parados na avenida assim, descendo pro Leblon e uma viatura passou pela gente e virou numa esquina, e aí quando a gente virou a esquina eles estavam lá esperando fora do carro, dois policiais, com as armas na mão e pediram pra que a gente virasse pro carro deles e aí nisso ele revistou um a um e quando chegou no nosso amigo branco, o cara falou ‘não cara, tudo bem, sai daqui, espera naquele canto ali, que não é contigo’. Então assim, esse foi um dos exemplos que rolaram na minha vida, sacou? E o meu amigo não foi revistado, e eventualmente ele era um dos dois que tinha droga e usava. Obviamente ele não foi pego porque a maconha tava com ele, sacou? [risos]. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário)

As experiências de abordagem com a Polícia quando há busca de drogas e o jovem não é usuário tendem a ser ainda mais problemáticas para os jovens. Especialmente por conta do sentimento de constrangimento e injustiça. Nesse sentido, a acusação do crime de porte ou tráfico de drogas, quando se é inocente é uma das motivações para o sentimento de injustiça, raiva, etc. Além disso, evidenciam para os jovens o caráter seletivo da ação policial, destacando inclusive a questão do racismo presente na seleção do elemento suspeito (RAMOS e MUSUMECI, 2005). Os dois casos acima relatados são exemplos disso. A seguir os jovens avaliam essas duas situações:

E isso eu lembro porque eu já era maior né? Eu já era adolescente e meu irmão chegou em casa muito chateado com isso, ele ficou realmente chateado, se senti discriminado né? Porque o cara que tava na frente dele realmente tava devendo alguma coisa e ele tava só indo trabalhar e o cara prendeu ele cerca de meia hora fazendo perguntas, querendo saber para onde ele ia, o que ele ia fazer, porque que ele tava indo pro trabalho naquela hora que era meio dia, é, enfim, uma série de perguntas, com aquele jeitinho peculiar que eles falam que é com muita educação, então ele se sentiu bem mal. Essa situação eu gravei o lugar, gravei tudo, porque eu

lembro que ele chegou em casa muito injuriado com isso.(22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

O lance todo é que depois que eu fui me instruindo mais eu comecei a entender porque o meu amigo branco no dia não foi revistado, mas na época eu não entendi muito e depois de um tempo eu comecei a estudar um pouco mais disso, essa questão racial e social assim e eu comecei a entender porque o meu amigo branco não foi revistado e eu comecei a lembrar de situações que eu passei quando criança com meus amigos brancos e faz sentido assim, tudo se encaixa e tudo mais. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário)

Em concordância com as análises quantitativas e com o trabalho de RAMOS e MUSUMECI (2005) os jovens negros foram os mais abordados na rua e no transporte público. A suspeição dos negros também é percebida pelos brancos, chegando a ser utilizada como um dos motivos para não ser abordado pela Polícia ou de uma abordagem mais branda, conforme apontam os trechos a seguir:

Você vê alguma mudança do tratamento da Polícia com os moradores antes e depois da UPP?

Isso não, porque eu pelo menos, a minha família, a gente não tem o que reclamar sobre o tratamento. Ninguém da minha família nunca foi envolvido com nada e a gente também não para muito pela localidade, eu moro lá há vinte anos, eu moro lá a vida toda, eu tinha amigos lá, e esses amigos quando eu via que tavam indo pra caminhos diferentes do que eu queria pra mim eu me afastava. **Então eu nunca tive motivo pra ser parada ou alguma coisa do tipo, nem minha família, pra ser revistada ou coisa do tipo. Eu sou branquinha assim, mas a minha família é toda de... A maioria deles é de negros**, porque eu sei que também existe muito essas coisas de situação racial (grifo meu)(18, Mulher, Zona Sul, Favela, Parda, Não Usuária)

Não, teve uma vez que eu tava com um amigo, que tem dread e tal. Então porra, certo! Ainda mais ali, na verdade eu tava com dois amigos, esse amigo do dread e um outro parado. Ainda bem que a gente não tinha nada. Aí pararam a gente, só que dessa vez tinha gente passando, tinha um cara passando, tava meio tarde também. Aí tinha um cara passando do outro lado da rua, ele viu, e passou um cara de bicicleta também. Só que aí foi doido que passou esse cara da bicicleta e ele falou, depois que a gente saiu da dura, a gente cruzou com ele de novo aí ele “ih,perderam, aí perderam, não sei o que...” aí a gente até brincou, perdemos nada, não sei o que, não sei que lá. Aí logo depois que ele passou pela gente, passou o mesmo carro de Polícia e parou o cara também. Aí com ele eles foram bem mais agressivos do que com a gente. Sei lá, acho que porque o cara era preto. Não sei se era só por isso, até porque o policial também era preto. Enfim. E aí já foram bem mais agressivos, apontando a arma pra ele disseram ‘desce, desce’ ‘sai da bicicleta, sai da bicicleta’ não sei o que, como se o cara tivesse num carro. Aí a gente nem olhou mais para trás. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

As narrativas dos jovens apontam que eles percebem a raça como o principal elemento que gerou a suspeição do policial. Além disso, cabe destacar que os negros foram os mais abordados e quando questionados sobre a recorrência da abordagem, obtive a resposta “diversas vezes” frequentemente. Também verifiquei diferenças no tratamento dos usuários de maconha na ocasião do flagrante por cor.

3.8 A questão da maconha

Conforme já foi discutido em um capítulo anterior deste trabalho, quis inserir a questão das drogas para discutir o relacionamento dos jovens com a Polícia Militar por supor que o consumo dessas substâncias, devido a seu caráter ilegal, poderia representar um importante elemento para se pensar os contatos da Polícia Militar com este grupo.

A fim de não enviesar as narrativas dos jovens sobre as experiências com a Polícia, optei por não perguntar *a priori* se o jovem era consumidor dessas substâncias, mais especificamente da maconha, escolha justificada pelas questões apresentadas no início deste trabalho. Do universo de 25 entrevistados, 10 relataram fazerem ou terem feito uso de maconha em algum momento da vida, sendo 9 homens e 1 mulher. A distribuição de usuários por área da cidade foi a seguinte: 4 usuários eram moradores da Zona Sul Não Favela, 4 eram moradores da Zona Norte Não Favela e 2 moradores da Zona Sul Favela. Sendo assim, os usuários foram sub-representados entre os moradores de favela, especialmente na Zona Norte. Esse dado merece atenção, pois pode nos apontar para duas direções, a primeira seria uma limitação metodológica, em que as redes que estabeleci nas favelas, criadas a partir de indicações de amigos e conhecidos, não abrangeram muitos usuários nesses locais, enquanto que nos outros dois extratos minhas redes tinham mais contato com jovens usuários. E a segunda direção, trazida pelos jovens moradores das favelas, mostra uma associação muito forte entre o consumo de drogas e o tráfico de drogas, e conseqüentemente a criminalidade, o que seria interpretado por eles como um motivo forte para não utilizarem essas substâncias. O depoimento a seguir aponta essa questão:

E você saberia história de amigos ou familiares que tenham tido experiências com a Polícia portando e ou utilizando maconha?

Não, não, pior que não. Os únicos amigos que eu conheço que usam maconha, nem são os caras que moram na favela, é uma parada até engraçada né? Os próprios caras da favela não usam essa parada, vai entender, né? Aí o cara sai lá de Ipanema pra vir comprar, vai entender...

E porque você acha isso?

Não sei cara, não sei, acho que é porque a gente cresceu ali, então a gente não vê graça nessa parada. Porque a gente que é morador de favela, a gente vê quem são os verdadeiros espertos e não é o cara que tá fumando maconha lá que nem um maluco, né? Pra gente esse é o verdadeiro otário.

E quem é o verdadeiro esperto?

O verdadeiro esperto é o cara que ganha uma merreca, um salário mínimo, mas ele pode chegar num shopping, pode andar a qualquer hora do dia, pode comprar uma

motinha bem ruinzinha e andar pra onde ele quiser e ninguém vai parar ele, porque infelizmente quando a gente era adolescente, não tinha pacificação, nem nada, algumas pessoas tinham a visão de que o esperto era o cara que tinha a moto do ano, mas o cara só podia andar na favela ali com aquela moto, porque era roubada, né? ele era envolvido com alguma coisa. Esse cara nunca foi esperto pra mim, pros meus amigos. (22, Homem, Zona Norte, Favela, Pardo, Não Usuário)

Nos depoimentos, os jovens moradores de locais mais populares, tanto a favela, quanto em alguns bairros possuem uma visão mais estigmatizada das drogas, muitas vezes associada com a criminalidade. Nesse sentido, a fala acima é muito interessante pois aponta o valor da liberdade de agir conforme a lei, como uma atitude “mais esperta” do que consumir drogas e “ser otário”, ter problemas com a lei e conseqüentemente restrições de ir e vir. Para o entrevistado ao adotar essa conduta “ninguém vai parar ele”. Embora outros relatos apontem situações em que o jovem mesmo sem consumir a droga pode ser parado sob a acusação de fazê-lo, o jovem atribui sua liberdade de ir e vir ao fato de não fazer uso.

Em contrapartida, os jovens, e neste sentido isso vale para todos os grupos, apontam que as vivências em locais como o ambiente de trabalho e ou a Universidade, e o contato com usuários nesses locais, colaboraram no sentido de desmistificar a figura do usuário. De modo geral, os jovens que vivenciaram essas experiências, ainda que não cheguem a usar a maconha, adotam uma visão menos radical com relação ao consumo e aos usuários de maconha.

E você faz ou já fez uso [de maconha]?

Não. Nunca, mas tenho amigos. Eu trabalho com música né? Então eu tenho amigos muito próximos que fazem, me ofereciam no início, mas eu nunca... Eu tive uma criação muito... minha mãe sempre foi muito ‘tá vendo...’ porque como a gente tinha muito acesso, a gente via com muita facilidade e meu pai fazia uso inclusive, é minha mãe sempre mostrava ‘ó, tá vendo, se você ficar fazendo isso, você vai ficar assim’ sabe? Era a maneira que ela tinha de educar a gente numa atmosfera de perigo. Eu não sei se por isso, mas eu nunca tive nem curiosidade de buscar, mas não tenho, no caso da maconha, eu não tenho nada contra, eu tenho amigos que usam, no meu trabalho vira e mexe tem alguém fazendo, eu não tenho problema com isso não. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

Você é a favor do uso de maconha?

Então, eu tenho uma opinião meio contrária, eu não utilizo, eu já fui muito mais contra, mas hoje em dia eu percebo que não tem muita necessidade de deixar ela contra. Porque assim, é meio que hipocrisia né, porque uma quantidade, uma grande quantidade de pessoas utilizam e assim, isso só tá trazendo benefícios ao tráfico e não tá ajudando em nada, então é mais fácil regular logo isso e poder ter mais benefício para a sociedade do que em si, para aumentar ainda mais a violência.

Quando você fala que já foi mais contra você poderia falar mais sobre isso?

Tipo, eu era totalmente contrária, não aceitava de jeito nenhum, hoje em dia eu aceito, não gosto de ter pessoas do meu lado utilizando, mas eu aceito, vou ter que deixar. Antigamente não, eu era mais, eu não gostava, reclamava e não aceitava de

jeito nenhum. Hoje em dia eu abri mais a minha cabeça, depois que eu entrei na faculdade, eu vi como que é realmente esse mundo e aí eu percebi que não tem como, as vezes, não é brigar contra, mas se a pessoa está se sentindo bem dessa forma então não tem o que falar. (12, Mulher, Zona Norte, Não Favela, Branca, Não Usuária)

Ainda que as respostas sobre a questão de “Como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha?” tenham sido bem diversificadas, no sentido de respostas desde a não intervenção, legalização, descriminalização, entre outros. As duas posturas mais conservadoras com relação a maconha vieram de jovens que ainda não haviam ingressado na Universidade. De fato, a Universidade também se mostrou como um local-chave para a inicialização ao consumo da maconha. Além de ser um local onde os jovens se sentem seguros para consumir a substância e conseguir “contatos” como forma de acesso a droga. VELHO (2008) já havia destacado o caráter grupal do consumo de maconha, inclusive como um contraponto com relação a drogas como cocaína, e o consumo como uma forma de influenciar as normas de sociabilidade e interação entre e intra-grupos.

Para começar a fumar maconha, uma pessoa deve participar de algum grupo por intermédio do qual essas fontes de fornecimento se tornem acessíveis para ela, em geral um grupo organizado em torno de valores e atividades apostos aos da sociedade convencional mais ampla. (BECKER, 2008, pág. 71)

BECKER (2008) propõe a divisão dos usuários de maconha segundo três grupos: o iniciante, como aquele que fuma a maconha pela primeira vez, o ocasional que faz uso em ocasiões esporádicas geralmente depende da droga de terceiros e o usuário regular, para o qual o uso da maconha se torna uma rotina, muitas vezes diária. Evidentemente, o usuário regular está mais sujeito a experiências de compra e consumo das drogas, e portanto está mais sujeito a vivenciar situações de controle nesse sentido. As entrevistas apontaram que os usuários regulares possuíam mais experiências com a Polícia, enquanto o usuário ocasional, em alguns casos, nunca vivenciou esse tipo de experiência. Essa afirmação não é uma regra, por conta de fatores situacionais. As vezes o usuário iniciante ou esporádico pode ser abordado, e ao mesmo tempo o usuário regular pode nunca ter vivenciado tal experiência. As seções a seguir tratam de algumas situações as quais geralmente o usuário de maconha está sujeito, como o encontro com a Polícia.

3.9 O “contato” como forma de acesso a droga³²

Os depoimentos dos jovens usuários de drogas apontam que a maior parte deles tem acesso a droga através do “contato”. O “contato” seria um traficante da classe média que repassa as drogas através do sistema de entrega em domicílio, principalmente. Entre os jovens usuários compradores de maconha (cabe essa distinção, pois alguns relataram fumar apenas em ocasiões esporádicas quando algum amigo ou conhecido tem a droga) praticamente todos optam por essa modalidade de compra, especialmente aqueles que já tiveram experiências negativas com a Polícia ao subir o morro para comprar. Cabe destacar que mesmo para esses, no caso de não conseguirem a droga com “o contato”, existe a possibilidade de subir o morro em busca da droga. Embora os jovens afirmem que após entrada das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas, comprar drogas nesses locais se tornou mais difícil. GRILLO (2008) estuda essa forma de tráfico de drogas e aponta que:

Tendo em vista que a juventude de classe média representa o principal mercado consumidor para drogas ilegalmente comercializadas, a adesão desses jovens a tais práticas é um desdobramento coerente com essas circunstâncias. Certamente, é preferível ao usuário comprar drogas com seus próprios amigos, acionando redes de relação, do que expor-se, procurando pontos de vendas reconhecíveis, e portanto, perigosos, em vista dos riscos que essa visibilidade proporciona. O traficante de classe média, portanto, opera em grande vantagem com relação ao que se estabelece nas favelas da cidade. (GRILLO, 2008, pág.13-14)

Comprar a droga com o traficante de classe média oferece uma série de vantagens para o usuário, além de evitar possíveis problemas com a Polícia. GRILLO (2008) aponta que nessa modalidade de tráfico não há a presença de armas, nem o emprego de violência para resolver conflitos como dívidas, por exemplo. Por conta dessa desvinculação com a violência, a autora define essa forma de tráfico como sociabilidade normalizada, em contraponto com a sociabilidade violenta³³ (MACHADO DA SILVA, 1999) que caracteriza o movimento de venda de drogas nas favelas. Os relatos a seguir apontam nessa direção:

E em quais locais e circunstancias você costuma fumar?

³²Reforçando o que já apontei no início desse estudo, a amostra dos usuários de maconha contemplou mais moradores de Não Favela, tanto na Zona Sul, quanto na Zona Norte. Entre os dois usuários moradores de favela, um relatou utilizar a maconha quando algum conhecido possui e o outro afirmou ter acesso através do moto-táxi que entrega em domicílio. Portanto, o “contato” pode parecer uma realidade da classe média, mas a entrevista aponta que a entrega da droga a domicílio também é uma realidade da favela.

³³Interação baseada em um individualismo que promove a relação objetual com o outro e a interação fundada nos princípios de subjugação pela força (MACHADO DA SILVA, 1999)

Em casa, na casa de amigos, algumas vezes, raramente, na rua. Mas se é na rua, geralmente é em algum evento, algum lugar onde ou o policiamento não exista ou em algum lugar onde ele faz vista grossa.

E nessas ocasiões que você fuma qual é a forma de acesso?

Eu tenho um *dealer*.

O quê que é um *dealer*?

Dealer é um traficantezinho, traficante da classe média, você liga e combina e pega assim, raramente, geralmente quem compra é o meu namorado ou amigos, mas geralmente dessa maneira. (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

Qual é a forma que você acessa a droga?

Traficante. Pode ser em morro, mas em morro hoje em dia na Zona Sul é mais difícil, quando eu morava em Niterói era mais fácil, quando eu vim pra Zona Sul já tinha UPP em quase tudo, só na Rocinha que eu ia e hoje em dia não dá mais pra ir, porque tem UPP. Aí hoje em dia eu pego muito com traficante que assim, conhece algum contato né, não sei, algum traficante de asfalto mesmo, aí varia, tem vários. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

E como você tem acesso a droga?

Ah, eu compro... hoje em dia eu não vou mais em favela, como eu ia antes, por causa dessa experiência principalmente, mas depois disso eu ainda fui algumas vezes, mas atualmente eu compro com pessoas que vendem, sempre, aleatoriamente, são pessoas que pegam na favela e repassam. (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

E qual é a sua forma de acesso a droga?

Bom, hoje em dia sabe que tem moto-táxi né? Então é assim, eu ligo, trás e acabou.

Aqui mesmo?

Sim, também. (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário)

O que a atuação do “contato”, combinado com as percepções dos jovens moradores de favelas pacificadas nos apontam é que as políticas de Segurança Pública adotadas pelo Estado, bem como as tentativas de acabar com o poder dos traficantes nas favelas não funcionam no sentido de reprimir o mercado e o uso das drogas nesses locais. As relações se reconfiguram e mesmo os jovens que tenham sofrido experiências traumáticas com a Polícia não deixam de consumir a substância, apenas buscam formas que eles considerem mais seguras de obtenção da droga e consumo.

As entrevistas apontam que os jovens estão evitando frequentar as bocas de fumo, na tentativa de evitar abordagens com a Polícia. Durante as conversas, os jovens disseram que comprar a droga através do “contato” pode ser mais caro do que comprar diretamente na

favela. Mas quando pagar mais caro representa uma possibilidade de compra mais segura, sem risco de extorsões, agressões, de ser encaminhado para a delegacia, entre outros; o “contato” acaba se tornando uma opção com melhor custo-benefício.

3.10 Na hora do flagrante: Quem é o suspeito de usar e quem é o suspeito de traficar?

Ser um usuário de maconha, não implica necessariamente em ter experiências com a Polícia relacionado ao uso dela. Do grupo de 10 usuários, 7 já passaram por essa experiência. Tal afirmação pode ser justificada por diversas razões, seja por cuidado excessivo por parte do usuário com os locais em que utiliza ou a forma que guarda, a frequência do uso, a forma de compra, entre outros. Mas isso também pode ser explicado pela chamada “vista grossa” que muitos policiais fazem em determinados locais da cidade. Basta andar um pouco por locais como o Posto 9 na Praia de Ipanema, a Praça São Salvador no Flamengo, alguns pontos da Lapa que certamente você encontrará grupos fazendo uso da substância, e muitas vezes existem viaturas policiais nos arredores.

(...) às vezes depende muito da boa vontade do policial, sabe, às vezes o cara vai te ver fumando e vai te deixar passar, às vezes não, tudo é muito relativo. (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

Eu já tive num luau, eu tenho amigos que fumam maconha. Já estive em luau, geralmente essas pessoas vão pra praia né? E eu não sei, a Polícia não liga. Pelo menos o que eu via é eu estar no luau, ter Polícia bem do ladinho e ninguém fala nada, como se nada tivesse acontecido. É, inclusive eu não sei exatamente o que aconteceu, mas eu lembro de um amigo meu levantando para conversar com o policial, não sei o que rolou, mas não sei se foi conversar, não sei. (9, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

Sendo assim, diversas vezes alguns jovens até atribuem a abordagem em determinados contextos a “dar mole”, isto é, a abordagem como fruto de algum descuido do usuário. Da mesma forma, existem locais, conhecidos popularmente na cidade por ser reduto de usuários de droga, em que os policiais costumam fazer flagrantes. Nesse sentido, é recorrente, por exemplo, experiências de flagrante de drogas na Pedra do Arpoador ou na Escadaria Selaron.

(...) eu tinha uns dezessete anos, foi num réveillon lá no Arpoador, nesse dia eu tava realmente com um pouco de maconha e a gente tava eu e mais um amigo e a gente ia fumar lá na pedra do Arpoador e quando a gente tava pra fumar chegou um Policial Militar e quando ele viu que eu tava com a maconha, ele também não teve uma abordagem, digamos, humana, apanhei, eu e o meu amigo e fomos expulsos, não pudemos voltar lá pro Arpoador nesse momento, no caso durante a festa de Réveillon. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário)

Outro local em que ocorrem muitas abordagens em busca de drogas são nos acessos às favelas que possuem bocas de fumo,

(...)eu morava em Niterói ainda, na Boa Viagem, que é um bairro que, meu prédio ficava do lado de uma favela que tinha uma boca, que eu nunca ia lá, até porque a maconha era horrível, lá era uma favela de crack mais assim. Mas enfim, tinha muita gente que saía lá pegar coisa. Aí saía ali e sempre que eu cruzava com um policial andando ali pra ir para casa achavam que eu tava saindo daquela favela com certeza... Então sempre que eu cruzasse de noite com uma viatura eu era parado, sempre. 100%, todas as vezes que eu cruzei eu fui parado e foi sei lá, entre 5 e 10 vezes. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

Mas como já apontei essa modalidade de compra de drogas encontra-se cada vez mais em decadência entre os jovens usuários, devido à ação do “contato”. Sobre essas diferentes posturas dos policiais, BECKER (2008) aponta que:

Os impositores [*nesse caso, os policiais*], portanto, respondendo às pressões de sua própria situação de trabalho, aplicam as regras e criam outsiders de uma maneira seletiva. Se uma pessoa que comete um ato desviante será de fato rotulada desviante depende de muitas coisas alheias a seu comportamento efetivo: depende de o agente da lei sentir que se deve dar alguma demonstração de que está fazendo o seu trabalho a fim de justificar sua posição; de o infrator mostrar devida deferência ao impositor; de o “intermediário” entrar em ação ou não; e de o tipo de ato cometido estar incluído na lista de prioridades do impositor. (BECKER, 2008, pág.166)

Chama a atenção nas narrativas dos jovens que salvo em situações de flagrante, nem sempre os policiais desconfiam dos usuários de maconha. Outrossim, encontrei relatos sobre abordagens em que o jovem em questão não usava drogas e era acusado pelos policiais de consumir e até mesmo de traficar. A resposta que os jovens que experimentaram essa situação davam a pergunta “porque eu” claramente passavam por questões de cor e de classe. Em outras palavras, quero dizer que o usuário de drogas branco, morador de bairros mais nobres não passa por situações de suspeição (MISSE, 1999). Exceto quando circula em locais considerados suspeitos ou é flagrado consumindo a droga. VELHO (2008) já havia relatado essa situação quando fez uma etnografia de um grupo de usuários de maconha de classe alta

É interessante notar que houve uma ocasião em que o carro que viajavam três pessoas do grupo foi parado em uma batida policial. Levavam no carro diversos tipos de tóxicos, mas antes de começar a revista, com a apresentação dos documentos de identidade, o carro foi liberado porque uma das pessoas foi identificada como filho de família poderosa e influente. Não chegou a haver revista. (VELHO; 2008; pág. 74)

Um bom parâmetro para se pensar essas diferenças é o tratamento dado pelos policiais durante as abordagens. Todos os jovens que foram revistados pela Polícia, seja na rua, em transporte público ou flagrante de drogas relatam que nessas ocasiões os policiais sempre fazem as “perguntas clássicas” ou o “procedimento”. Chama a atenção nesse sentido a

padronização das perguntas, e ao mesmo tempo como determinadas perguntas ocorrem apenas para alguns grupos de jovens. Os depoimentos a seguir apontam essa questão

(...) foi uma abordagem normal, simplesmente me parou, me verificou se eu tava armado ou não, pediu meu documento... foi essa série de perguntas que você me fez: onde eu trabalho, onde eu morava, o local onde eu tava morando, exatamente isso, foi uma abordagem normal. (23, Homem, Zona Norte, Favela, Branco, Não Usuário)

(...) e aí os caras começaram a perguntar ‘onde você mora?’ e a gente ‘ah, a gente mora aqui’ ‘pô, o que vocês estão fazendo aqui?’ esse tipo de coisa, se a gente tá com droga, algo do tipo, se a gente vende e tal e tipo fizemos tudo, o protocolo de sempre...

Qual é o protocolo de sempre?

Tem flagrante aí? ‘Não’ ‘Você tá fazendo o que?’ ‘Nada’ ‘Você tá indo aonde?’ ‘Buscar a minha irmã’ ‘Tá, levanta a camisa aí, vira’, sei lá, ‘Mora onde?’ ‘Moro ali’ ‘E você?’ ‘Moro ali’ ‘Moro ali’ ‘Tá fazendo o que aqui?’ ‘Ah, a gente tava aqui jogando vídeo game e isso aqui, isso ali’ e sei lá ‘Levanta a camisa, vira de novo’ ‘Não tem nada não?’ ‘Nada’ ‘Tira o boné, deixo ver seu boné aí, tá, tá bom, foi’, esse tipo de coisa assim. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário)

Enquanto que para os jovens moradores de favela os policiais perguntam se eles estão armados, se portam e ou vendem drogas, onde moram e se estão trabalhando. Nas abordagens dos jovens da classe média, especialmente se esta foi motivada por flagrante com drogas, os entrevistados relatam que os policiais costumam perguntar qual a profissão dos pais dos envolvidos, conforme aponta o trecho a seguir:

E foi engraçado porque eles perguntaram a profissão dos nossos pais, aí a minha mãe era professora, aí os caras nem esboçaram reação assim... Profissão dos pais, sempre perguntam isso. quase sempre né, não é sempre. E aí eu falei pô, professora minha mãe, aí o cara não falou nada, aí os outros meus amigos um o pai era coronel da PM, médico coronel, um negócio assim, dentista coronel, acho que era isso e o outro a mãe é deputada federal. E aí eles ficaram, um dos policiais ficou cagado na hora, claramente chegou pra trás, ficou ali...(2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

Cabe destacar que nesse caso em que os policiais perguntam a profissão dos pais, logo em seguida existe a proposição da resolução informal da questão, comumente conhecida como “suborno”. O “suborno” é uma atividade considerada quase que rotineira entre os jovens brancos, de classe média e, especialmente, usuários de maconha. Entre os participantes, seis jovens relataram já terem sofrido a extorsão de policiais, entre essas, duas extorsões ocorreram em *blitz* de trânsito, por conta de irregularidades com o carro e todas as demais ocorreram em situação de flagrante de drogas.

Segundo os jovens, o “suborno” nunca é proposto claramente pelos policiais, criando pré- condições para que os jovens sugiram a resolução informal, a fala a seguir aponta como essa situação acontece:

Achei engraçado que eles nunca falam que querem suborno, eles falam fazem você falar, **eles insinuam que tem um outro jeito e tal, mas nunca falam o que é que é, só que depende de você sempre tomar uma iniciativa** e aí eles continuaram falando e conseguiram tirar um dinheiro aí eles falaram ‘liga pro seu pai então, quero ver’, ‘pô, beleza’ aí o outro policial ficou assim, ‘Porra! Ele tá ligando mesmo, olha lá, tá ligando’, aí foi, pegou o celular, desligou o celular, não deixou ele ligar e aí ele falou ‘não calma, tem que ter outro jeito’ não sei que lá, aí meu amigo foi e deu sessenta reais, só ele tinha dinheiro, deu sessenta reais e foi isso. Aí foi engraçado, porque ele voltou lá e falou ‘porra, mas libera aí pelo amor de Deus, porque eu moro longe, 15 reais para a gasolina’ aí dos 60, o cara devolveu 15 pra gasolina, só que na verdade o carro tinha gasolina, era para gente ‘laricar’ no Ponto Jovem. Aí a gente foi, laricou, comeu um italiano, três italianos e um refresco. (grifo meu) (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

Os relatos sobre “suborno” apontam questões interessantes. Por diversas vezes, como na experiência relatada acima, a questão do suborno foi tratada com comicidade. Especialmente em situações em que os jovens não têm muito dinheiro e os policiais aceitam pequenos valores. Um dos entrevistados conta que um colega havia pago R\$ 5,00 para um policial durante uma situação de suborno, em seguida questiona “Cara, porque um PM pega 5 reais de alguém? Sério [*rindo*] não dá nem pra fazer um lanche ali, sabe”.

Eu tava descendo do Vidigal ou da Rocinha, o que fica virado pra cá, com o R. e o C. e eu tavabebasso, a gente tava saindo de uma festa e foi pegar pó lá em cima, pra descer e voltar pra festa. E eu tava com uma camisa da Ponte Preta, aí a PM parou a van, olhou pra nós, apontou pra mim e falou “você! Sai!”. Aí o C. já levantou e saiu junto e o R. também, saíram nós três. E a gente bebasso, aí o policial “tá com alguma coisa aí?” E eu não sei o que tinha acontecido porque a gente tinha conseguido dar uma “dichavada” assim. Eu sei que o cara não achou os pinos³⁴ assim, mas ele acabou achando a maconha, de alguma forma, aí e assim, ele entrevistando eu e eu super marrento falando “ah, eu não tenho nada. Porra, eu tava descendo a minha van e vocês me pararam, agora vocês vão pagar a minha outra van?” aí o cara pegou, virou pra mim e falou assim, “olha só velho, é o seguinte: a gente achou a maconha do seu amigo, vocês já estão na merda, a gente só está procurando mais coisas, pode abaixar o apito aí!” aí tá bom né, aí e aí “o que a gente vai fazer com eles, não sei o que”, ficou olhando pros caras assim, aí eu falei “ah, a gente pode conversar”, “ah, agora sim!” Aí entramos no carro, ele disse “entra no carro aí”, bonzinho, entramos. Aí o cara ainda fez uma piada, tava apertado pra caralho, eu sou grande, o Cabeça é grande também, aí o cara olhava pra trás e falava assim, “ih, parece um monte de sardinha” e dava risada “e aí? Quanto que vai sair?”. Acabou que a gente juntou o que tinha lá, deu 90 conto e os caras levaram a gente de volta para Ipanema [*risos*].

Pra festa?

Pra festa. Não deixaram na festa, mas a gente pediu “pô, deixa, um pouquinho pra lá, assim..(1, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

³⁴Gíria utilizada para se referir a Cocaína.

GOFFMAN (1980) nos ajuda a pensar como o estigmatizado vê o normal (aquele que o estigmatiza) como inferior. O humor presente ao relatar essas situações, carrega consigo também uma tentativa de ridicularização dos policiais.

Mas, além disso, os desviantes sociais sentem amiúde que não são simplesmente iguais a, mas melhores do que os normais, e que a vida que levam é a melhor do que a vivida pelas outras pessoas que, de outra forma, eles seriam. (GOFFMAN, 1980, pág.156)

Ainda sobre o suborno, as narrativas apontam que especialmente nas situações em que a motivação do suborno ocorre por flagrante de drogas, o jovem se vê em um dilema moral muito grande. Acredito que esse dilema possa ser atribuído ao sentimento de estarem colaborando com a corrupção policial e conseqüentemente com o sistema que eles próprios criticam. As duas narrativas a seguir apontam um pouco desse dilema:

Assim, eu sinceramente, eu me arrependo disso, ideologicamente falando, eu patrocinei a corrupção nesse momento, não posso ser leviano, e é uma das coisas que a gente mais fala, mais martela dos problemas do Brasil... Mas eu fico, na hora, acho que a gente precisa ter uma análise psicológica da pessoa, eu fui acuado, fui ameaçado, entendeu? O cara tava armado, o cara tava falando que levar a gente pro carro, que ia dar um rolê com a gente, que ia com a gente não sei aonde. Eu tinha o dinheiro, sabe e aí eu não quis pagar para ver sabe. (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

(...) aí nessa época eu já tinha decidido que não dava mais dinheiro, que eu preferia ir para a delegacia, mas nesse dia a gente tava viajando e tal, ia ser um desconforto grande e os caras ainda falaram que iam levar para Silva Jardim, não tinha delegacia lá, aí eu fiquei meio assim. (2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

Além das práticas de extorsão, outras duas violações sofridas pelos jovens durante as abordagens são as agressões físicas e verbais. Embora apenas dois jovens relataram ter sido agredidos durante a abordagem, outros apontaram ter passado por revistas vexatórias, que incluíam socos, tapas e toques especialmente nas partes íntimas, convém destacar que todos os jovens que foram agredidos durante abordagens são do sexo masculino³⁵. Os relatos a seguir apontam algumas dessas situações:

(...) então eu tava no Méier com mais dois amigos e na época eu era fumante de cigarro e estávamos nós três no terminal que havia e era bem tarde, nisso parou uma viatura, saíram do carro e começaram a pedir “cadê a maconha?”, aí eu falei que não tinha maconha, aí levei um tapa no rosto e eles “cadê a maconha? Cadê a maconha? Cadê a maconha?”, até que eles começaram a vasculhar minha mochila, espalharam as minhas coisas pelo chão, me revistaram por completo a mim e a um outro amigo, porque um deles perguntaram se tava comigo e disse que não estava, era um amigo meu de Minas Gerais e eu não queria que ele passasse por aquela humilhação, então ele conseguiu escapar enquanto eu e o meu outro amigo ficamos. Então isso durou uns trinta minutos no máximo, meu amigo também levou uns tapas e todas aquelas coisas de “abaixa o short”, quando eles viram que a gente não tinha nada, liberaram a gente, mas com o aviso de que nos pegasse fazendo merda por aí o papo ia ser outro. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário)

³⁵ No caso das manifestações de 2013 também houve uma agressão a mulher, atingida com um cassetete na cabeça.

E você já teve esse tipo de experiência aqui no Vidigal?

Já já...e eu fiquei bolado, eu fiquei bolado porque eu fui um (inaudível), eu fui um cara legal, tá entendendo? Aí eles fizeram a revista assim, tiraram meu short, rasgaram ele todo e aí eu fui pra casa com o short todo rasgado, puto pra caralho.

E porque que eles fizeram isso?

Eu também quero entender, eu também queria entender, porque eles falaram ‘o que você veio fazer aqui’ e eu falei ‘eu vim relaxar a mente, torrar um’, aí fizeram a revista assim, aí tiraram o meu short, ‘ah, tira o short aí’, essa que foi a ... como eu te falei, tá entendendo? Tipo abusaram do poder ali, foi horrível, foram escrotos, sem necessidade, porque caralho, eu não fui escroto.(25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário)

Assim como nos dados quantitativos, as experiências de agressão, especialmente a física, ocorreram entre os jovens pardos e pretos, enquanto as experiências de extorsão ocorreram mais com os jovens brancos. Com relação aos locais que ocorreram as agressões, aparecem a favela, um terminal de ônibus na Zona Norte e o Arpoador. Chama a atenção ocorrer a agressão no Arpoador uma vez que o local é popularmente conhecido entre os jovens da classe média por ser um local de “dura” com extorsão. Embora a quantidade de agressões relatadas seja escassa, ela pode nos ajudar a problematizar como os jovens negros, moradores de periferia ou de favelas estão mais sujeitos a serem agredidos do que os jovens brancos, que por sua vez estão mais sujeitos a sofrerem extorsão policial.

RAMOS e MUSUMECI (2005) também indicam o policial ter apontado uma arma para a vítima como uma forma de violência. Ao longo das entrevistas, quatro jovens relataram ter tido a arma apontada para eles, todos eles homens.

Ainda com relação ao flagrante por uso de drogas, uma terceira experiência, que seria a orientação legal para o ocorrido, reside em conduzir o usuário até a delegacia. As narrativas dos jovens apontaram que apenas um entrevistado foi levado à delegacia por esse motivo. Convém destacar que o jovem referido já foi levado à delegacia duas vezes ao ser flagrado com drogas. Também chama a atenção que o único caso nesse sentido se refira a um menino negro, morador de favela. Na fala a seguir o jovem aponta como foram essas experiências:

(...)Bom, na primeira vez eu era um menino muito imaturo, eu achava que eu ia ser preso, eu achava que meus pais iam me visitar dentro da cadeia, blábláblá, por causa de maconha e isso e aquilo, então eu fui muito menininho e também muito inocente das coisas, na segunda vez eu tipo ‘não to nem aí porque a Polícia tá aqui’ tá entendendo?

Aí cheguei lá, (inaudível) foi nessa parte aí que eu falei que eu via, que eles são psicólogos mesmo, tá entendendo? Tinha muito jovem, era muito jovem, 14, 17 anos e eles têm que mostrar, têm que ensinar a ser homem mesmo

E essa Polícia que você acha que faz papel de psicólogo é a Polícia Militar ou a Polícia Civil?

Eu acho que as duas. E daí foi isso, eles nem levaram nada a sério, porque eles viram que eu não tava fazendo nenhum mal assim, aí a gente até trocou uma ideia, conversou bastante e aí foi isso aí, realmente eles merecem assim uma honra ao mérito, tá entendendo? Pelo trabalho deles, é como eu te falei, nem todos são induzidos para um caminho, tá entendendo? Você faz uma escolha assim lá dentro, claro que tem policial mau, mas é da vida também.

E dessas duas vezes que você foi levado a delegacia o que aconteceu depois?

Ah, eu tive que ir até o juiz no dia lá, é um aprendizado tá entendendo? Foi até bom, nesse agora eu ainda vou, lá pra fevereiro assim, tranquilo, nada demais.

Você lembra quando aconteceu essas coisas?

Bom, isso foi recente, foi em setembro.

E aí quando você foi lá no juiz o que aconteceu?

Bom, eu cheguei lá, aí tem a Defensoria Pública, que já fica lá, mas como era só porte de cigarro de maconha, não era nada demais, tá entendendo? Então eles só me levaram, quer dizer, eles só, o que ele falou? Pô, fiquei mais conversando com a Defensoria Pública, quando eu cheguei no juiz ele só falou “Você vai querer fazer reabilitação?” uma coisa assim, aí eu falei que não precisava, aí eles só me liberaram assim, tá entendendo, pediram pra eu tomar cuidado e tal. (25, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Usuário)

Esse mesmo jovem que afirma ter ido para a delegacia duas vezes, também relatou ter sofrido agressão dos policiais em outra situação também por conta do flagrante com maconha. Isso indica uma diferença na abordagem policial de acordo com a cor, a classe social e o local, ainda que a motivação seja a mesma, o consumo da droga. Conforme aponta o depoimento, ser levado pela delegacia, apesar das implicações jurídicas que o ato pode trazer é considerado como mais tranquilo pelo jovem do que ser agredido. Neste caso, o jovem chega a afirmar em outro momento da entrevista que a abordagem e a conversa com os policiais foi positiva para que ele passasse a “agir como homem”. Ir ou não para a delegacia também é um dilema que os jovens se colocam quando passam por situações de flagrante, conforme aponta a fala a seguir:

É o que eu te falei, eu acho que a atitude correta seria eu ia para a Delegacia, só que como a gente não tem uma exatidão, não tem um número, uma quantidade exata, eu poderia muito bem ser enquadrado como traficante e eu não queria passar os próximos quinze anos, sei lá, da minha vida na cadeia porque eu fumo maconha, entendeu? E aí, eu me senti mal porque eu deveria... se eu soubesse que eu ia ser levado para a Delegacia, certeza absoluta que eu não ia sofrer nenhuma violência pelo caminho e que eu ia responder como usuário, pela atual legislação que não é lá essas coisas, mas não vai me encarcerar, não vai... compensaria, se eu tivesse certeza que a Polícia fosse confiável nesse ponto, ia ser uma coisa ruim, eu não ia gostar mas... (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

O que o depoimento acima indica é que a falta da confiança na Polícia Militar, representada nesse caso pelo medo do que pode vir a ocorrer durante o caminho até a delegacia. Por ser uma situação em que não terá pessoas ao redor e que o jovem se encontrará

vulnerável a qualquer ação da Polícia, leva o jovem a optar pelo suborno como a forma mais rápida e segura de resolver seu entrave com os policiais.

Apesar de todas as experiências relatadas e o desconforto que os jovens relataram em relação a elas, nenhum deles denunciou os policiais. Conforme indiquei em outro capítulo, isso se explica pela falta de confiança de que as denúncias surtirão algum efeito (MISSE, 1999). Isso faz com que os jovens tentem resolver essa questão na esfera privada, por exemplo, evitando futuros contatos com os policiais. Ao longo das entrevistas ouvi apenas o relato de uma denúncia. Um dos jovens apontou que o amigo havia procurado a UPP do Complexo do Alemão após ter sofrido fortes agressões por um policial da própria UPP. A desconfiança que os jovens possuem na Polícia Militar e também na Polícia Civil, ainda que menor, pode ajudar a explicar essa realidade.

3.11 “Enxugando gelo”: o efeito dos flagrantes no consumo de maconha

Após levantar essas questões foi possível perceber qual o efeito da experiência que os jovens tiveram com a Polícia nas avaliações que eles fazem dos policiais. Mas acredito que outra questão muito importante também seria qual o efeito que as abordagens tiveram sobre os usuários de maconha. Os relatos dos jovens apontaram que independente da experiência que eles tinham tido com a Polícia, nenhum deles deixou de consumir a maconha após o episódio. Tal informação confirma os estudos (TEMPONE, 2012; RODRIGUES, 2014) que apontam como a Política de Drogas adotada no município do Rio de Janeiro e no país inteiro, está “enxugando gelo” no combate ao consumo e ao tráfico de drogas. Uma das explicações possíveis para isso pode ser apontada por BECKER (2008):

O iniciante [*no consumo de maconha*] compartilhou em algum momento a visão convencional. No curso de sua participação num segmento não-convencional da sociedade, contudo, é suscetível de adquirir uma visão mais “emancipada” dos padrões morais implícito na caracterização habitual do usuário de drogas, pelo menos a ponto de não rejeitar sumariamente atividades porque são condenadas por convenção. (BECKER, 2008, pág.83)

Em outras palavras, o jovem usuário de maconha, na medida em que conhece a droga e seus reais efeitos no corpo do indivíduo, passa a desconsiderar os estigmas que costumam carregar a figura do usuário de maconha e conseqüentemente a não concordar com a repressão imposta pela sociedade, caracterizada especialmente pela repressão policial.

E como você se sentiu após esta experiência?

Porra, foi horrível né? Cheguei na casa do meu amigo, tomei 2 litros de água, branco assim. Fumei uma maconha que ele tava com ele lá [risos], que o PM não me devolveu. Foi horroroso, foi horroroso, foi uma situação bizarra porque eles mataram os moleques.(1, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Conforme aponta a fala anterior, muitas vezes, os jovens chegam a fazer o uso da maconha logo após a abordagem. Outra questão que ratifica a visão de que o trabalho “enxuga gelo”, ocorre quando os policiais devolvem a maconha logo depois da extorsão. Os depoimentos a seguir apontam essa situação:

(...) E a gente não tinha essa grana, tinha parte dessa grana e aí tipo o maluco foi e pegou a grana, e aí meu amigo foi e pediu a maconha de volta. Ele devolveu a maconha, entendeu? E ainda meio que zuou falou pra gente não rodar no caminho de volta pra casa...(5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Aí eu fui no camping, andando pra caralho, peguei 20 reais de cada um, menos até, peguei 10, sei lá, aí deu 120 reais. Aí eu levei pra ele. Ah, na hora que eu tava saindo do carro ele ainda falou assim ‘ó, se trouxer mais um pouquinho a gente ainda devolve o negocinho’. Aí quando a gente voltou, a gente deu bem menos do que a gente tinha falado, a gente ficaria sem a maconha de volta, aí o cara ainda falou ‘porra, só isso não sei o que’ ‘pô, foi o que eu consegui’, aí num tinha mais jeito, aí o cara abriu a mão, pegou o dinheiro, aí meu amigo colocou a mão pra dentro ‘aqui, devolve o negócio então, devolve aí!’ ai ele ‘porra, vocês deram menos, vou jogar ali no mato então, vou jogar ali no mato’. Aí eu falei ‘po, a gente já adiantou pra vocês, adianta pra gente agora’ aí ele ‘po, vou jogar ali no mato, vou jogar ali no mato’. Aí meu amigo botou a mão dentro e falou ‘po, não joga no mato não, dá aqui, dá aqui!’ e chovendo ai o cara ‘pô, tá maluco, colocando a mão aqui dentro’ aí o cara foi colocou a maconha na mão dele, aí a gente pegou, saiu, o cara saiu com o carro todo desligado no escuro.(2, Homem, Zona Sul, Não Favela, Pardo, Usuário)

Evidentemente que para sabermos qual a percepção dos policiais sobre o trabalho com os usuários de drogas, deveríamos entrevistar os policiais³⁶. Mas o fato de muitos jovens relatarem que os policiais devolvem a droga ao final da abordagem aponta que muitos policiais podem partilhar da visão de estar “enxugando gelo”. Isso necessariamente não significa que todos policiais partilhem dessa visão. As agressões físicas e verbais, e os conselhos que muitas vezes alguns policiais dão aos jovens, se assemelha ao papel dos empreendedores morais de BECKER (2008). Porém, conforme eu apontei anteriormente, para dar conta dessas questões seria necessário ouvir os policiais acerca das percepções do trabalho realizado com os jovens e mais especificamente com os jovens usuários de maconha.

Ao mesmo tempo, quando o policial pratica a extorsão, vemos que ele está abdicando do seu papel de empreendedor moral (BECKER, 2003) ou de diretor de consciência (FOUCAULT, 1999) em detrimento do seu benefício próprio. Nessa situação, a possibilidade de ganhos financeiros se sobrepõe ao papel de orientador de condutas. Seria necessário ouvir

³⁶ Tenho pretensões de realizar essa pesquisa futuramente.

os policiais para confirmar essa afirmação, mas podemos problematizar que ao lidar com os usuários da classe média os policiais não acreditam no seu poder de orientador de condutas, enquanto que para os jovens moradores de favela os policiais desempenham essa função.

3.12 Como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha?

A última pergunta do roteiro de entrevista trazia a questão acima citada. Nesse sentido foram ouvidas uma gama de respostas que variavam desde “o estado não deve lidar”, apontando que a decisão ao uso ou não da substância deve ser de competência total do indivíduo, até sugestões de que eles fossem internados. Nesse ponto, percebi que as vivências dos jovens influenciavam mais na resposta a essa pergunta do que o próprio consumo ou não. Evidentemente, os usuários de maconha possuem uma visão mais pró-legalização, não só da maconha, como de outras drogas. Apesar disso, convém destacar que dentre os 25 entrevistados, apenas dois jovens apontaram medidas no sentido de manutenção da política atual ou de recrudescimento. Os dois jovens em questão ainda não haviam ingressado na Universidade, o que parece ser um ponto fundamental para colaborar na percepção que os jovens têm sobre o uso de maconha e de outras drogas. Os depoimentos a seguir apontam essas questões:

(...) eu acho que usuário de maconha deveria ser tratado do mesmo jeito que o usuário de Big Mac, do que o usuário da Coca-Cola, é uma substância que se você for olhar tem várias questões aí, tem saúde, químicas e tal... Tem coisas que são vantajosas da maconha, tem coisas que são ruins, então eu acho que o Estado deveria não só descriminalizar nessa questão e sim, mas o próprio usuário, entendeu? Ele ver que é só mais uma pessoa, um indivíduo que utiliza um tipo de droga, um tipo de coisa que altera a consciência dele, não deveria haver uma divisão, não deveria haver uma divisão e o preconceito que existe, especialmente, é isso. (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Na minha opinião? Internar todos, simplesmente [risos], porque a pessoa que tá passando por esse problema, eu acho que assim, se ela não tiver ajuda, ela vai querer consumir mais e mais e isso vai fortalecer ao tráfico, sem, sem, se a sociedade não parar com isso pode acontecer de, até perdi as palavras, pode acontecer de eles simplesmente matarem alguém por causa da droga, entendeu? O usuário em si, eu penso assim, se ele não ter a droga pra consumir, ele vai procurar uma outra maneira, se não tiver dinheiro, ele vai procurar roubar e esse roubo pode levar a morte da pessoa, eu penso isso. (23, Homem, Zona Norte, Favela, Branco, Não Usuário)

As respostas a essa pergunta trouxeram questões muito interessantes, pois apesar de a maioria dos jovens se declarem a favor do uso de maconha³⁷, os jovens tiveram muita dificuldade ao responder a pergunta “Como o estado deveria lidar com os usuários de maconha”. Nesse sentido, destaco que alguns jovens são favoráveis apenas a legalização da maconha, e a continuação da proibição das demais drogas. Enquanto outros jovens generalizaram o efeito de todas as drogas nos indivíduos. Existem ainda os que afirmaram nunca terem pensado sobre essas questões, os depoimentos abaixo refletem algumas dessas opiniões.

Como você acha que o estado deveria lidar com os usuários de maconha?

Aí tem dois lugar, assim, tem dois patamares, porque tem o pessoal que usa, como posso dizer..usa sem ficar muito doente, dependente químico mesmo. Tem muita gente que usa, gente rica, gente pobre...que usa assim, como se usasse cigarro, como se alguém usasse chocolate, usa com moderação. Mas tem muitas pessoas que começam a usar e depois viram dependentes mesmo, aí depois ficam num estágio tão grave que ele não é mais usuário, ele começa a ser dependente químico, ele começa a ser uma questão de saúde pública. Aí eu acho que talvez eles não conseguem separar a saúde pública, com as pessoas que precisam, são dependentes químicas e tal, o usuário de drogas no nível mais extremo e as pessoas que usam num nível moderado. É como se você bebesse socialmente e você bebesse pra ficar sempre bêbada. Eu acho que eles deveriam separar essas duas coisas e saber que existem diferentes tipos de pessoas para essa situação e tentar agradar ao máximo, assim, ambas as partes. Se for saúde pública, meios e métodos para atender as pessoas, maneiras mais..e em termos de abuso mesmo..métodos, meios para que essas pessoas pudessem usar, usufruir, mas que nem a Lei Seca. A Lei Seca as pessoas bebem, mas aí tem uma lei que foi criada para o que, para ela não ultrapassar o limite, não que isso vai existir com a droga, mas tem que ter acho que um meio termo. Até porque eu acho que acaba também, o fato da droga não ser proibida eu acho que acaba contribuindo muito mais pro tráfico, pra outras coisas, do que se ela fosse liberada, consumida, vendida.(4,Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

E como você acha que o Estado deveria lidar com os usuários de maconha?

Como lidar com o usuário de álcool, como lidar com o usuário de cigarro, liberar, porque eu não vejo algo negativo assim, como tem o crack, que realmente é doença pública, situação de saúde mesmo, mas a maconha eu já vejo como algo mais tranquilo, menos nocivo à saúde, então, nesse ponto, eu acho a maconha menos nociva, é isso aí, menos nociva, não tem um ônus social. (20, Homem, Zona Sul, Favela, Pardo, Não Usuário)

Alguns depoimentos traziam também questões de como a legalização das drogas poderia interferir na Segurança Pública e no tratamento dado pelos policiais a esse grupo:

Eu acho que o usuário ele não deve ser visto como um criminoso, como um bandido, porque assim, eu sempre tive amigos de classe mais elevada e de classe mais baixa.

³⁷No roteiro de entrevista (ver no anexo D) a primeira pergunta do bloco com questões relacionadas a maconha era “Você é a favor do uso de maconha?” somente um jovem declarou ser contra, nesse momento, aponto para uma fragilidade do roteiro, supondo que a forma em que essa pergunta foi realizada possa ter enviesado a resposta dos participantes.

E os meus amigos de classe mais elevada, eles sempre fizeram o uso de maconha sem nenhum tipo de problema, eles nunca sofreram essa agressão que eu sofri. Então o que eu digo é o seguinte: quem tem dinheiro, é rico, ele vai continuar fumando, fazendo o que quiser da vida tranquilamente, dificilmente vai ter esse tipo de experiência que eu tive com a Polícia. A classe social inferior ou morando numa área inferior, que não seja nobre da cidade, ela vai sofrer mais com isso, 67% dos homicídios de jovens são de jovens negros. Então eu acho que a Polícia ou o Estado devem enxergar aquela pessoa como uma pessoa e não como um financiador do tráfico, ou como um bandido, um vagabundo, um criminoso ou qualquer coisa do tipo. Ele é uma pessoa comum como qualquer outra pessoa e assim como tem o seu Zé que gosta da cerveja, tem o seu Fulano que gosta da maconha. Entendeu? Olhar de forma igual, sem qualificar como melhor ou pior por isso ou por aquilo. (11, Homem, Zona Norte, Não Favela, Negro, Usuário)

E como você acha que o Estado deveria lidar com os usuários de maconha?

Sei lá cara, é foda, eu não tenho uma opinião sobre isso, na real eu deveria ter uma opinião sobre isso, mas eu não tenho uma opinião sobre isso, até porque eu acho que a maconha, sei lá, nenhum amigo meu transitou da maconha para outra droga, sabe? E o que a gente mais ouvia é que a maconha é a porta pra você usar outras drogas assim, e com a gente não é assim, então eu tenho amigos músicos, cineastas, atores, formado em Política, formado em Engenharia da Computação e uma par de coisas que assim, eles não mudaram, eles não mudaram nada, então eu acho que a maconha não devia ser tão marginalizada, pelo menos do meu ponto de vista, eu acho que essa questão de você se abrir pra outras drogas, esse tipo de coisa, é muito questão de criação, sabe? (...) Cara, é assim, não sei, tipo talvez mostrar pros policiais em si que sei lá cara, não tem necessidade de você abordar alguém de modo tão grosseiro por 5 gramas, sabe? Ou por um baseado que o cara vai fumar, sei lá cara, agora você falou isso, eu nunca parei pra pensar nisso, nessa questão da maconha, eu realmente não ligo pra isso, é algo que pra mim foda-se, tá ligado? Mesmo que os meus amigos mais próximos consumam, realmente eu nunca parei pra pensar nesse caso. (24, Homem, Zona Sul, Favela, Negro, Não Usuário)

As opiniões acerca de como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha pode sinalizar que os jovens acreditam que a Política de Drogas tal como existe hoje não está funcionando. Em diversos depoimentos ouvi que o Brasil caminha lentamente rumo a descriminalização das drogas. De fato, conforme apontei no segundo capítulo, projetos de lei já circulam nesse sentido. Apesar disso, o número de entrevistas realizadas não permite avaliar se essa seria uma percepção da juventude ou se tal resultado estaria relacionado com as características da amostra de entrevistados.

3.13 Qual é o problema da PMERJ?

As entrevistas com os jovens confirmaram aquilo que já havia sido apontado nas análises quantitativas e em diversos estudos já destacados ao longo desse trabalho (RAMOS e MUSUMECI, 2005; BITTNER, 2003; ABRAMOVAY et al, 1999, etc.) que o relacionamento da Polícia Militar com os jovens é polêmico. Qual seria o problema da PMERJ para esses

jovens?

O primeiro problema apontado pelos jovens remonta a raízes históricas, seria a atuação militar, segundo os moldes da Ditadura Militar, utilizada pelos policiais. Tal prerrogativa apontada pelos jovens já foi objeto de discussão de sociólogos como SOARES (2005). Segundo esse argumento, a Polícia por sua estrutura e valores militarizados estaria atuando de maneira incoerente com o regime democrático vigente nesse país, e com as atividades que competem aos policiais militares desempenhar. Os depoimentos a seguir discutem como os jovens enxergam essa questão:

E sobre a PMERJ?

Ahm... é uma... acaba que a própria história da instituição, os coronéis.. A Polícia ser criada para legalizar a milícia de coronel. Desde a Ditadura, práticas de..a verdade é a PM não conhece a Constituição, basicamente, continua como um órgão burocrático do Estado que não tem a menor relação primeiro com leis, e na prática acaba sendo instrumento de especulação imobiliária muitas vezes. Na Lapa, a Lapa presente ali para expulsar os degenerados da Lapa, para ver se valoriza aquele terreno, instrumento de governador para dar porrada em grevista, etc. Então a imagem é bem ruim. (5, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Acho que a Polícia Militar é uma das questões mais sensíveis dessa história toda, porque além de lidar direto com a população, trabalhando no ostensivo, os caras tem um treinamento totalmente diferente do que deveria ser o contato com a população civil, que teoricamente vive em um estado democrático, sem conflito deflagrado. Então é como se fosse um exército na verdade, a PM é derivada do Exército Brasileiro constitucionalmente. (6, Homem, Zona Sul, Não Favela, Branco, Usuário)

O segundo problema relacionado a Corporação seria que a Polícia não recebe treinamento adequado e ou suficiente para lidar com a população. Sobre isso, os jovens apontam que:

E sobre a Polícia? Qual a sua percepção sobre a PMERJ?

Eu vejo uma Polícia despreparada, sem investimentos, não tem serviço de inteligência, ah, eles acabam vivendo situações que eles têm que resolver com força, excesso de força, mas muito por falta de estrutura, de treinamento, eu... são pessoas capacitadas, é, não tem técnica de abordagem. Eu acredito que eles vão pra rua sem preparo algum, pega, põe a farda e bota na rua e a partir do momento que ele recebe lá a carteirinha ele é policial. (20, Homem, Zona Sul, Favela, Pardo, Usuário)

(...)E essa política ela nunca foi pensada como problema do Estado, ela sempre foi pensada de alguns policiais ou policiais mal treinados, eles não são mal treinados, eles são treinados pra morrer, pra matar, sabe, quando você tem esse tipo de percepção de treinamento, é óbvio que você vai ter um esquadrão de morte, sabe, e a PM em si, o policial, o soldadinho que tem na rua, ele já entra pra um serviço público altamente precarizado, porque o salário inicial é baixíssimo, sabe, ele vem de um treinamento extremamente violento e ele é colocado, a vida dele é colocada em risco porque você tem uma cidade territorialmente dividida sim, se o cara é de um lugar que é ocupado por determinado comando, ele não pode nem estender a farda no varal, sabe, porque senão ele corre o risco de morrer, então se você cria uma Polícia sem se preocupar que a cidade tem problemas muito maiores do que o lanche que aquela Polícia vai comer durante o treinamento, sabe e que não tem a menor preocupação em ter esses policiais em treinamento ou que entram, ou que fazem carreira dentro da Polícia como cidadãos que tem direitos e que tem tudo

mais, isso aí é impossível você criar uma Polícia efetiva (...) (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

O terceiro problema apontado pelos jovens com relação a Polícia é o seu caráter corruptível. Nesse sentido, ouvi por diversas vezes a afirmação de que ser policial e ser bandido significavam a mesma coisa. A corrupção policial aparece muito forte nas narrativas dos jovens, inclusive entre os que não tiveram experiências de extorsão com policiais. Esse ponto indica como a característica corruptível da Polícia Militar do Rio de Janeiro está tão enraizada que afeta até mesmo os jovens que não partilharam dessa experiência. Segundo um dos entrevistados “falar em Polícia Militar do Rio de Janeiro e tráfico de drogas pra mim é a mesma coisa, assim, é a mesma instituição”. Alguns trechos a seguir mostram como essa questão aparece.

É, sobre a PMERJ? Assim, eu acho que, eu tenho até falado muito isso essa semana. A PMERJ é só corrupção, se não existisse polícia corrupta eu acho que o número de infrações seria bem menores. Eu acho que talvez a segurança funcionasse se a Polícia não fosse tão corrupta e assim, eu não consigo ter uma boa visão sobre a PMERJ, não consigo acreditar que a PMERJ funcione. Não consigo, eu acho que, não sei, tem que mudar muita coisa assim. Não acredito que ela funcione. (7, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Negra, Não Usuária)

Então, salvando raras exceções, que infelizmente eu não conheço nenhuma, eu acho que são todos “farinha do mesmo saco” assim, como todo o sistema na verdade. Acredito até que alguns entram com um ideal de missão realmente a cumprir. Mas o sistema é muito sujo e é difícil acreditar que eles não se corrompam assim. Engraçado que se você me perguntar, por exemplo na Mangueira se eu me sinto mais tranquila com bandido da casa ou com um policial eu não vou saber te responder porque pra mim hoje, eu posso estar generalizando, mas é quase que farinha do mesmo saco assim, num confio (inaudível) por várias situações, situações que conhecidos meus já passaram, situações do tipo o IPVA estar atrasado e ter que sabe, então foram coisas que eu passei com o meu irmão, muito perto, então eu vi a abordagem deles. Apesar de ser a figura fardada que a gente deveria confiar, eu não confio muito não, eu acho que o sistema é bem ridículo assim, tosco mesmo. (...) Eu não tenho no meu ciclo de amigos, por exemplo, nenhum policial, mas não porque eu não teria assim, eu não tive ainda a oportunidade, mas eu acho difícil eu ter, porque eu sempre vou ter um pé atrás com ele, sabe? Enfim, não confio. (22, Mulher, Zona Norte, Favela, Negra, Não Usuária)

O quarto problema da PMERJ apontado pelos jovens é o caráter racista da Corporação, que faz com que os policiais desconfiem mais de indivíduos pretos e pardos, do que dos brancos. Evidentemente esse discurso é mais reforçado pelos negros, embora mesmo os brancos mais politizados considerem que a Polícia tem tratamento diferenciado de acordo com a cor.

Uma vez apontado os problemas, alguns jovens chegam a sugerir as soluções para a PMERJ. Algumas soluções mais radicais acreditam que “tem que acabar”. Enquanto outros jovens acreditam que seria necessário reestruturar toda a Polícia Militar, conforme aponta o fragmento:

Há uma necessidade de reestruturação delas [Polícia Civil e Polícia Militar], há a necessidade de pensar a legitimidade ou não da Polícia, ela ser militarizada e como a gente consegue desmilitarizar gradativamente, há uma necessidade muito grande de se pensar a reestruturação dela como um todo, pra que ela garanta direitos e não garanta o massacre das massas negras, pobres, faveladas, nesse caso da violência em especial do gênero masculino.(14, Homem, Zona Norte, Favela, Negro, Não Usuário)

O que se extrai dessa discussão e foi apontado por um dos jovens é que o relacionamento entre os jovens e a Polícia Militar do Rio de Janeiro é um “barril de pólvora”. Diversos sentimentos atuam nesse relacionamento, o medo, a indiferença, a raiva, o ódio, etc. Certamente, para criar um panorama maior nesse sentido é fundamental ouvir os policiais, mas todas as narrativas já apresentadas aqui indicam a importância de se compreender melhor as dinâmicas que orientam esses sentimentos tão depreciativos que os jovens depositam na Polícia Militar.

3.14 E as polícias dos outros estados?

Ao final dessa discussão possivelmente surge a questão de que se essas turbulências entre a juventude e a Polícia Militar é uma peculiaridade da PMERJ ou se estamos falando de um problema que afeta todas as polícias militares brasileiras. Entre os entrevistados, dois deles eram oriundos de outros estados brasileiros, Minas Gerais e São Paulo. Os dois depoimentos a seguir relatam experiências sofridas com a PMMG e a PMESP:

A minha primeira experiência com a Polícia foi com a PM de Minas Gerais, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que eu tava num show, eu era menor de idade e tava num show e eu tava acompanhada de uma galera que tava com lança perfume, que é uma droga não legalizada no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro não, no Brasil e aí a Polícia chegou e já desceu o cassete em todo mundo, desceu o cassete em mim, eu corri, deixaram eu correr, provavelmente porque eu era mulher e bateram muito nos meninos, mas não bateram, não registraram queixa, não fizeram nada, só bateram. (...) Só que a Polícia mineira, ela tem essa tradição de assim, primeiro bate, não só a Polícia mineira, né, acho que toda Polícia, primeiro bate e depois pergunta, sabe, se leva um menino branco, bem vestido pra uma delegacia, você não sabe de quem ele é filho, sabe? E realmente eram pessoas que dariam muito problema pros policiais se tivessem sido apreendidas. (8, Mulher, Zona Sul, Não Favela, Branca, Usuária)

Bom, essa foi em Campinas, foi assim, eu ia sair de casa, eu tava de carro, ia passar na favela, pegar um baseado, seguir para a rodoviária, aliás, seguir para a casa de um amigo meu. Fumar um, ir até a rodoviária e voltar, fumar um, deixar ele na casa dele e voltar para minha casa. Aí eu fui na boca, entrei com o carro lá, pedi uma maconha e o cara falou “pô, o cara tá descendo, encosta o carro aí”, aí encostei o carro e eu tenho o costume de andar com as duas janelas do carro abertas. Aí o cara chegou, foi

conversando comigo, “blá, blá, blá”. Aí de repente veio o cara, passou assim e me deu, eu peguei, nisso um sujeito abriu a porta, puxou o trinco do meu carro e entrou assim, falei “Caralho, cê tá louco!” quando eu vi tinham vários caras. Entraram 4 negros no carro. Eu falei “velho, vocês tão loucos! O que tá acontecendo mano? Isso aqui não é um...” “Playboy, leva a gente lá, leva a gente lá, a gente vai num bar” não sei o que. Quando eu vi assim já tava todos os traficantes do lado de fora olhando pra mim, todo mundo dentro do carro olhando pra mim e me pressionando “vai, leva lá Playboy” aí eu falei “tá bom, tá bom. Calma, calma. Vocês tão com alguma coisa” “não, a gente não tá com arma nenhuma e só você tá com droga, a gente só tá com esse baseado aqui que a gente vai fumar”. (sic) “Beleza!” Aí eu fui tocando, favela a dentro, favela a dentro e teve uma hora que cai numa buraqueira que eu nem conhecia. “vai, vai, vai...”. Eu tava preocupado e o cara do meu lado, tava o tempo todo falando assim: “cara, fica calmo, a gente não vai te fazer nada, você vai deixar a gente lá e a gente vai deixar você onde você deixou a gente e você volta pra casa.” Isso eu respondi “tá bom, tá bom, tá bom...” “Beleza, cheguei no bar, saiu um cara do carro, aí os outros “não, agora você deixa a gente lá de volta”. “Beleza”. Voltei, favela adentro, quando eu tava chegando neste lugar, é um lugar assim de um lado são várias casas e do outro é um riachinho, um riozinho assim e tem mato e tava tudo escuro, tem poucos postes assim na rua então não dava para ver direito. Aí eu tava andando lá pra frente assim, nisso eu tava bem louco essa hora, que os caras acenderam o banze. Aí eu olhei assim, tinha um carro com uns adesivos, aí os moleques “pô, parece carro da Polícia”, os moleques brincando assim, “ah, o carro da polícia, o carro da polícia...”, aí foi chegando perto e “opa, tem um carro da polícia” aí os moleques “Caralho! Pára o carro, para o carro!” eu falei “nem fudendo! Eu vou parar o carro aqui e chegando lá eu tomo tiro” Aí os moleques não estavam com arma nessa hora, aí eu tava com um bando de moleques de 15 anos no carro. Eu falei “velho, cala a boca. Todo mundo quieto, e a gente vai passar e vai ficar tudo bem” Essa hora já era um “tinho”. Aí a gente foi chegando perto e quando viram eram várias viaturas. Tinham umas 4 viaturas e um carro todo baleado. Aí o policial olhou assim, o policial do não me lembro o nome, tipo o Choque daqui do Rio. Aí o cara já mirou assim e disse “Que porra é essa? Desce todo mundo do carro!” e já foram tirando, já foram tirando... era a Força Tática. Aí foram tirando os moleques na porrada já do carro. Nego foi chegando já para tirar eu do carro e viram que eu tava de camisa, assim, tipo eu tava para viajar, camisa polo, tá ligado? De bigode, aí o cara olhou assim e eu acho que o cara que veio me pegar na minha janela era um PM normal, ele olhou assim, o mais velho, e falou “velho, quem é você?” Eu falei “mano, eu posso explicar tudo que está acontecendo. Eu não estou com esses caras”. Aí ele pegou a minha carteira, assim olhou carteira da Hípica, que é um clube “da hora”, carteirinha da Unimed, cartão de banco... Ele fechou assim e falou “velho, o que tá acontecendo aqui? Eu falei “velho, eu posso explicar, não tem nada a ver”. Aí já me tiraram do carro, e os moleques tomando porrada do outro lado, me colocaram no outro lado. Aí, vinha, o policial cuzão e o policial bonzinho, o cuzão e o bonzinho, “ah, o que tá acontecendo”, eu expliquei várias vezes, aí eu, primeiro me revistou, ele falou assim “ó é o seguinte velho, aqueles caras são todos traficantes e ninguém sabe quem é você”, eu falei “velho, eu moro na Nova Campinas” Nova Campinas é um puta de um bairro foda, eu não moro lá, mas eu tava lá perto... “Eu moro na Nova Campinas e eu não tenho nada a ver com isso que tá acontecendo, eu posso explicar”, aí ele falou “é bom você explicar tudo direitinho porque isso aqui tá na merda até agora”, eu falei “tá tranquilo, eu explico” Aí eu fui contando a história pra ele, falei “cara ó...” o cara me revistou e não pegou a maconha que estava no meu bolso. Falou assim “conta aí o que aconteceu”, eu falei “Eu tava lá, passando na rua de cima e esses sujeitos me abordaram e entraram no meu carro, quando eu comecei a falar isso ele meteu a mão no meu bolso e tirou minha maconha. “exatamente, eu parei para pegar um baseado e eles entraram no meu carro, os caras da boca”, “meu irmão, tudo bem”. Aí o cara olhou pra mim e falou “não, tá tudo bem, tudo bem”, guardou minha maconha no bolso dele e saiu. Aí veio o policial cuzão assim e falou “você tá fudido! Você tava com os caras...” aí eu expliquei “não, não é bem assim”, aí veio uma policial boazinha “não, o que aconteceu? Explica para mim” aí eu falei pra ela, aí veio um outro policial, um filho da puta, um gordinho, devia ter uma patente maior assim. O cara chegou e falou assim “Pô, e aí você vai me explicar o

que está acontecendo?” aí eu contei, e ele disse “então o que aconteceu foi o seguinte: você estava sendo sequestrado, aí a gente abordou você e salvamos você né? E prendemos os indivíduos”. Aí, eu, burro, sei lá, falei “é, não foi bem isso o que aconteceu, tecnicamente não é isso né?” aí o cara falou “ah é, então não é isso? Então o que aconteceu foi o seguinte, você tava envolvido no tiroteio aqui e você foi baleado na perna”. Tirou uma arma e botou na minha coxa assim, tá ligado? Eu tava sentado. Aí eu fiquei olhando assim pro cara e falei “velho, não tem a mínima necessidade o que você tá fazendo, você vai me dar um tiro? Aí o cara “ué, foi isso que aconteceu”, aí falei “não, tudo bem, você quer que eu fale que eu fui sequestrado e que vocês me abordaram e que vocês me salvaram e foi isso que aconteceu vamos ver de que lado você tá.” Guardou a arma e chamou o capitão “capitão, vem cá”, falou alguma coisa com ele, aí o capitão me chamou assim “Levanta!” (inaudível) e guarda no bolso. O que aconteceu foi o seguinte você estava sendo sequestrado, nós te abordamos e pegamos os elementos. Confere?” eu disse “sim, senhor!” “Então entra na merda do carro e vai embora”. Aí eu fui fazer a volta, porque eu precisava fazer a volta com o carro, que eu tava parado assim de cara com uma Blazer, nisso assim eu vi, eles pegaram um dos moleques que tavam tomando porrada, que mano, isso foi um bagulho louco, sempre paro para pensar, nunca mais eu vi a cara deste moleque, mas Graças a Deus, era o moleque que tava sentado no banco da frente, pegaram, deram um chacoalhão nele, jogaram o moleque no mato e falaram assim pra ele “some! Desaparece! Senão você vai se foder também.” E nisso eu tava fazendo a volta com o carro, eu tinha que fazer a volta com o carro então eu tive que ver a cena toda, pegaram os outros três, outros dois, dois porque um tinha ficado no bar, e enfiaram no camburão. Assim, eu nunca mais entrei nesta favela, mas eu sabia quem eram esses trafica, mas os moleques não estão mais lá não. (1, Homem, Zona Norte, Não Favela, Branco, Usuário)

Além desses depoimentos, estudos como o de ABRAMOVAY et al (1999), SOUZA e GOMES (2011), SÁ e NETO (2011) e DUARTE et al (2014) apontam tensões nos encontros entre as polícias de outros estados brasileiros e os jovens. Nesse sentido, seria uma possibilidade de extensão dessa pesquisa a outros estados a fim de perceber se existem particularidades nessas experiências em cada estado analisado. Apesar disso, partindo desses estudos podemos afirmar que os problemas citados na seção anterior, como o caráter militarizado, a questão do racismo e o excesso de uso da força sejam realidade em outras Polícias Militares do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de todas as discussões e análises que realizei nesse trabalho, torna-se possível extrair algumas reflexões muito importantes. A primeira delas, já é indicada no título deste trabalho, a relação entre os jovens e a Polícia Militar é complicada. As razões que levam a essa conclusão são diversas. Trata-se de uma combinação entre as experiências pessoais e as experiências de outros, que de alguma forma chegam ao nosso conhecimento, interferem em nossas percepções e nos ajudam a construir nossas representações sociais (BECKER, 2009). Quando pensamos na atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, combinado com o suporte da mídia como agente formador de opinião. Torna-se fácil encontrar avaliações extremamente negativas da Polícia, como acusações de corrupção, de abuso de autoridade, entre outros.

Tanto os dados quantitativos, quanto os dados qualitativos apresentados ao longo desse trabalho, apontaram que parte considerável dos jovens já sofreram algum tipo de experiência com a Polícia. Apesar disso, chama a atenção o fato do perfil do jovem abordado não ser aleatório. Confirmando a hipótese apresentada na introdução desse trabalho, determinados perfis tornam alguns jovens mais vulneráveis a terem experiências com a Polícia Militar do que outros. O perfil dos jovens mais vulneráveis a sofrerem esse tipo de experiência, coincide com o perfil dos jovens que são as maiores vítimas de homicídios durante a adolescência (BORGES e CANO, 2012) e com o perfil dos jovens que mais compõem o sistema socioeducativo e penitenciário (BATISTA, 2003; BOITEUX, 2009). E esses três fatos não se tratam de meras coincidências. A conclusão a que esse estudo chega, reforça uma série de estudos já realizados nesse país que apontam para a criminalização de uma parcela da população muito específica: jovens, negros e pobres (moradores de favela, no caso desse estudo).

O processo de criminalização racial não é uma realidade recente em nosso país. Trata-se de um processo que perdura há séculos e que tem como origem a própria formação cultural do nosso país, que utilizou mão de obra escrava negra até o final do século XIX. Essa formação histórica não é o foco desse trabalho, mas convém destacar que, desde aquela época, os negros já ocupavam um local marginalizado na sociedade e que tal dilema ainda é marcante no século XXI. O preconceito racial ainda é uma realidade em nosso país, e pode ser percebido em uma série de questões, desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho,

associação da cor com características pejorativas, etc. Uma dessas questões é a associação da cor com a periculosidade e ou a criminalidade. Nesse sentido, a Polícia Militar é um espelho que reflete a sociedade a qual está inserida (RAMOS e MUSUMECI, 2005; SENTO SÉ e SILVA, 2013) e diversas pesquisas apontam um viés racista presente no trabalho policial (RAMOS e MUSUMECI, 2005; DUARTE et. al, 2014). Tal ponto, chama bastante atenção uma vez que a Corporação é composta por uma parcela significativa de pretos e pardos. RAMOS e MUSUMECI (2005) destacam que “policial não tem cor, tem farda”, ou seja, que a cor do policial não influencia no tratamento dado aos jovens negros.

Iniciar o trabalho explorando os dados quantitativos me permitiu ter a dimensão de quantos jovens já haviam vivenciado experiências com a Polícia, através de situações como: abordagem a pé, em transporte público; bem como vivenciado experiências de agressão, extorsão, humilhação, entre outros. Esse trabalho exploratório muito contribuiu para estruturar o roteiro das entrevistas que foram realizadas a seguir. Através das entrevistas, pude explorar melhor questões como a motivação da abordagem, os procedimentos que os policiais adotaram e principalmente, como os jovens avaliavam as experiências que haviam sofrido, as que conheciam e como avaliavam a Polícia Militar como um todo. Observei que as experiências com os jovens se concentravam basicamente em: confrontos em manifestações, abordagens policiais na rua, em veículo particular ou transporte público, flagrante com drogas, chegando até a duas ocorrências de vítimas de balas perdidas durante confrontos policiais. Nesse sentido, percebi como os jovens já haviam vivenciado uma série de experiências com a Polícia, algumas delas traumáticas, outras nem tanto, e quase nenhuma delas era positiva.

O proibicionismo das drogas também foi um ponto muito importante para se pensar o contato entre os jovens e os policiais. Uma vez que muitos dos casos relatados durante as entrevistas semiestruturadas apontam a droga como pano de fundo das abordagens policiais. Quando aponto que a droga foi pano de fundo das experiências, não quero dizer que todas se tratavam de flagrantes. Na medida que se estabelece uma “guerra as drogas” com respaldo legal e a Polícia Militar como um dos órgãos do Estado responsável pela repressão ao porte, ao uso e ao tráfico de drogas. Atribui-se a esse ator a possibilidade de reprimir essa atitude através de incursões policiais em favelas, abordagens policiais e todas as demais situações que em que o policial considere um elemento ou uma atitude suspeita.

Quando pensamos especialmente no flagrante, o consumo de drogas estabelece uma possibilidade de experiências com a Polícia por um grupo que não costuma vivenciá-las, a classe média. Os jovens usuários regulares de maconha possuem ainda mais chances de

vivenciar experiências com a Polícia Militar. Cabe destacar também que, mesmo para esse grupo, as abordagens são diferenciadas, ou seja, o usuário de maconha branco, morador da Zona Sul provavelmente não sofrerá as mesmas sanções do que os usuários negros, moradores de favela. Para o primeiro, são comuns situações de “vista grossa” em que os policiais simplesmente não interveem no consumo, bem como situações de extorsões, nas quais os policiais se beneficiam financeiramente da prática ilegal. Em contrapartida, para os jovens usuários, especialmente negros, são comuns situações de agressões verbais, físicas ou outras formas de humilhação. As entrevistas apontaram também que a conduta dos policiais varia mais com relação a cor e a se é morador de favela ou não, do que se o jovem mora na Zona Norte ou na Zona Sul. Foram relatadas experiências de extorsão, agressão, entre outras, nas duas regiões da cidade.

O proibicionismo das drogas afeta até mesmo os jovens que não são usuários da droga, ou seja, o mesmo estereótipo marginalizado que eu apontei acima é frequentemente acusado de portar, utilizar e traficar drogas, ainda que não tenha ocorrido situação de flagrante. As experiências de abordagem que ocorrem nessas situações são sempre interpretadas pelos jovens com um sentimento de raiva e injustiça muito grande, por serem acusados de crimes que não cometeram.

Cabe também lembrar nesse momento a dificuldade de seleção de usuários de maconha moradores de favela. Os entrevistados não usuários desses locais apontam uma forte associação entre o consumo dessas substâncias e a criminalidade, sobretudo através da participação no tráfico de drogas. Nesse sentido, percebe-se um trabalho forte dos pais na tentativa de reprimir qualquer relação dos filhos com a droga e muitos jovens inclusive reproduzem esse discurso. Ao mesmo tempo, vale ressaltar o papel de locais de interação social como a Universidade, por serem locais de inicialização ao uso e fácil acesso às drogas. Além disso, os jovens atribuem ao convívio nesses locais a desmistificação sobre a visão que possuíam das drogas, isso acontece tanto com os que passam a consumir, quanto com os que não usam, mas passam a interagir com usuários.

O relacionamento dos jovens com a Polícia Militar é permeado pela desconfiança, pelo medo, pela raiva e, principalmente, pela tentativa constante de evitar o encontro. De modo geral, a relação entre esses dois grupos, os policiais e os jovens, especialmente quando falamos dos grupos marginalizados, como os usuários de drogas, os negros e os moradores de favela é permeada pela noção de estigma (GOFFMAN,1980). Cabe destacar aqui, que essa relação de estigma é ambígua, ou seja, os policiais estigmatizam os jovens, e os jovens estigmatizam os policiais. Apesar dessa dificuldade, as poucas experiências positivas

relatadas pelos jovens nos revelam que mudanças simples no comportamento dos policiais, como uma abordagem realizada dentro dos procedimentos legais, ou o modo do policial se dirigir ao jovem, podem resultar em experiências melhores com os jovens e contribuir para melhorar as percepções desse contato como um todo.

Outro ponto importante que poderia contribuir significativamente nesse cenário é a revisão da legislação atual vigente sobre drogas. As entrevistas mostraram como a droga perpassa muitas das experiências entre os jovens e a Polícia. Além disso, a recorrência de situações de abordagem com extorsão e em que no desfecho os policiais devolvem a droga para os jovens, aponta que os próprios policiais não acreditam na efetividade do trabalho de combate às drogas que eles desempenham. Nesse sentido, cabe lembrar que ao devolver a droga, o policial está abdicando do seu papel de empreendedor moral (BECKER, 2009), ou seja, do seu papel de formador e orientador de condutas. Aqui novamente existem disparidades entre os grupos, pois ao mesmo tempo que os policiais extorquem e devolvem a droga ao usuário de um grupo, eles agridem verbalmente e/ou fisicamente o grupo que não é capaz de extorquir, percebe-se portanto que a esse segundo grupo o policial desempenha o seu papel enquanto empreendedor moral (BECKER, 2009).

Ao fim desse trabalho, toda a discussão apresentada até aqui, seja através de revisão bibliográfica, dos dados quantitativos ou qualitativos, aponta no sentido de uma atuação seletiva da polícia. Em outras palavras, passar ou não por determinadas experiências com a Polícia e o desenrolar dessas experiências está relacionado a como os policiais avaliam determinadas questões do perfil do jovem. Nesse sentido, essa pesquisa reforça pesquisas que apontam para a existência de um viés racial e social na atuação policial.

Evidentemente, cabe destacar aqui que esse trabalho partiu das análises das percepções dos jovens. Seria de extrema valia e assumo aqui como desafio futuro propor semelhante metodologia aos policiais, a fim de ouvir as percepções deles sobre esse assunto, até como contraponto as narrativas apresentadas pelos jovens.

Por fim, acredito que as discussões trazidas nesse trabalho contribuem no sentido de dar visibilidade para as tensões existentes entre esses dois grupos, bem como podem contribuir para pensarmos soluções para amenizar um relacionamento tão complicado e permeado por uma atmosfera de constante desconfiança.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Júlio; ANDRADE, Carla e RUA, Maria das Graças. “Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília”. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.
- AGRESTI, Alan e FINLAY, Bárbara. “Métodos estatísticos para as Ciências Sociais” / tradução: Lori Viali – 4ª edição. Editora Penso. Porto Alegre, 2012.
- ALBERNAZ, E.R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Riode Janeiro: o caso do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21,n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda. “Subjetividade e auto-gestão no consumo de substâncias: as cenas jovens do ecstasy no Rio de Janeiro. In: “A questão social do novo milênio”. Portugal, 2004.
- BALDI, Cynthia. “Fundamentos da Imperatividade do Consumo de Drogas”. In: MUNTEAL, et al. “Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil”. Curitiba: Ed. CRV, 2012.
- BATISTA, Vera Malaguti. “Difíceis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2003.
- BECKER, Howard. “Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- _____, Howard. “Falando da Sociedade: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o real”. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2010.
- BERNARD, H. Russel. Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches, Walnut Creek, AltaMira Press, 4ª edição, 2006.
- BITTNER, Egon, 1921- “Aspectos do trabalho policial” / tradução: Ana LuisaAmêndola Pinheiro – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- 2003.
- BOITEUX, Luciana (orgs.) Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. In: Revista Jurídica, Brasília, 1999.
- BORGES, Dorian. O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sobre a perspectiva das Crenças de Perigo. Curitiba, Editora Appris, 2011.
- _____, Dorian e CANO, Ignacio. Índice de Homicídios na Adolescência 2009-2010. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2012.

BOWLING, Ben e PHILLIPS, Coretta. "Policing ethnic minority communities. In: Newburn, Tim, (ed.) Handbook of policing. Willan Publishing, Devon, UK, pp. 528-555 , 2007.

CANO, Ignacio. Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ISER, 1997.

_____, Ignacio e RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: Dados, políticas públicas e perspectivas. In M. V. G. Cruz & E. C. Batitucci (Eds.), Homicídios no Brasil (p. 51-78). Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____, Ignacio, BORGES, Doriam e RIBEIRO, Eduardo. Os donos do morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

_____, Ignacio e DUARTE, Thais. No Sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll, 2012.

Cortina de Fumaça. Direção de Rodrigo Mac Niven. J.R. Mac Niven Produções; TVa2 Produções, 2010. DVD.

DAMATTA, Roberto. Camavais, malandros e heróis para uma sociologia do dilema brasileiro /. Roberto DaMatta. - 6a ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

DANTAS, André Luís Toríbio. "A transnacionalização da criminalização da pobreza no Brasil de 2002 a 2010". In: MUNTEAL, et al. "Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil". Curitiba: Ed. CRV, 2012.

DELMANTO, Júlio. "Mas louco é quem me diz". Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Ano 10. Nº 110, Novembro, 2014.

DIÓGENES, Glória. Gangues e polícia: campos de enfrentamento e estratégias de diferenciação. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl Erik; HERSCHMANN, Micael (Org.). Linguagens da violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 197-220.

DUARTE et.al. "Quem é o suspeito do crime do tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador." In: Segurança Pública e direitos humanos: temas transversais/organização: Cristiane do Socorro Loureiro Lima, et al. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. Ano 8, 2014.

Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//8anuariofbsp.pdf>

FARIAS, Juliana. "Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas." In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir”. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1984.

_____, Michel. “História da Sexualidade I” Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

GAMELLA, Juan F. “Drogas y Control social: una excursión etnohistórica”. In: Drogas, Sociedad y Ley: avandes em drogodependencia. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003.

GOFFMAN, Erving. “Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

GRILLO, Carolina Christoph. Fazendo o Doze na Pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

HART, Carl. “Um preço muito alto: A jornada de um neurocientista que desafia a nossa visão sobre as drogas”. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br>.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro Zahar Editores, 2008.

_____, Elisabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira - ameaças à democratização em nível local. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LEITE, Márcia. “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro.” BCS vol.15, 2000.

LEMGRUBER, Julita e BOITEUX, Luciana. “O fracasso da guerra às drogas”. In LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio, Criminalidade violenta e ordem Pública: nota metodológica, Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.13, pp.115-124, novembro, 1999.

MAMEDE, Alessandra. “Uma concepção equivocada? Relações entre Brizola, Favela e Tráfico de drogas no Rio de Janeiro.” Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº15, Rio, 2009.

MISSE, Michel. “O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos da violência.” In: BAPTISTA, CRUZ E MATIAS, Regina. Drogas e modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro, Editora Uerj, 2003.

_____. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: Estudos Avançados 21 (61), 2007.

_____. “MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999. (Tese de doutorado)

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de, SOUZA, Edinilsa Ramos de; NJAINE, Kathie; DESLANDES, Suely Ferreira; SILVA, Cosme Marcelo Furtado P. da; FRAGA, Paulo Cesar Pontes; GOMES, Romeu; ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Júlio Jacobo; MONTEIRO, Maria da Conceição N. et al. “Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro.” Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 1999.

MENDES, Gabriel. “Entrevista com Dr. Talvane de Moraes”. In: MUNTEAL, et al. “Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil”. Curitiba: Ed. CRV, 2012.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira et al. “Uso da força e ostensividade na ação policial”. In: Conjuntura Política. Boletim de Análise nº 6. Departamento de Ciência Política - UFMG; pp:22-26, abril de 1999.

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA: RESULTADOS DA PESQUISA AMOSTRAL, 2012. Disponível em:
http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wpcontent/uploads/2011/06/Juvipol_relata%C3%B3rio_final_completo.pdf.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga e SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. “Nem soldados, nem inocentes: Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

OLMO, Rosa del. “A face oculta da droga”. Rio de Janeiro, Revan, 1990.

PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural” In: Juventude e Contemporaneidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e Violência. In LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PINC, Tânia (2006). “O Uso da Força Não-Letal pela Polícia nos Encontros com o Público”. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. (2011). “Treinamento policial: Um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua”. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

RAMOS, Sílvia. Violência Policial no Rio de Janeiro da abordagem ao uso da força letal.. Direitos Humanos no Brasil 2005. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2005.

_____, Sílvia. “Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas.” Boletim de segurança e cidadania- Cesec. Boletim 13 Ano B. Rio de Janeiro, 2009.

_____, Sílvia e MUSUMECI, Leonarda. “Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

REINER, Robert. “A Política da Polícia”. São Paulo, EdUSP, 2004.

RODRIGUES, Thiago. “Quem é o inimigo? Política internacional da “guerra às drogas” não diminuiu o consumo e reforça a perseguição a grupos sociais específicos”. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Ano 10. Nº 110, Novembro, 2014.

SÁ, Leonardo e NETO, João Pedro. “Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade”. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=325>, 2011.

SILVA, Anderson e SENTO SÉ, João. A polícia e o espelho da sociedade. In: Interseções v.15 p.329- 355. Rio de Janeiro, Dezembro 2013.

SILVA, Antônio Fernando. “Histórico das drogas na legislação brasileira e nas convenções internacionais”, 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19551/historico-das-drogas-na-legislacao-brasileira-e-nas-convencoes-internacionais>.

SILVA, Cláudia. “A aliança entre Justiça e psiquiatria no controle do uso da droga: medicalização e criminalização na berlinda” In: BATISTA, Vera (orgs.). “A violência na berlinda”. Editora Faperj, 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Drogas e Criminologia. In LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SOARES, Luis Eduardo; ATHAYDE, Celso; BILL, MV. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Carlos Angelo e GOMES, Candido Alberto. “A juventude na ótica dos policiais: a negação do direito na aparência”. In: Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 527-543, set./dez. 2011.

SOUZA, Edinilsa Ramos. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. In: BARRETO, ML., et al., orgs. Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Editora Gradiva. Portugal, 2008.

TEMPONE, Victor. “Tráfico de drogas e violência urbana: uma reflexão”. In: MUNTEAL, et al. “Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil”. Curitiba: Ed. CRV, 2012.

VELHO, Gilberto. “Nobres & Anjos: Um estudo de tóxicos e hierarquia”. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

ZACCONE, Orlando, SERRA, Carlos e COSTA, André. “Encarceramento em massa e as drogas na contemporaneidade: a relação entre drogas e sistema prisional.” In: MUNTEAL, et al. “Prisioneiros das Drogas: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil”. Curitiba: Ed. CRV, 2012.

ZALUAR, Alba. “Condomínio do Diabo”. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

ANEXO A - Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Tema: Experiências dos jovens com a Polícia Militar

Bloco I- Perfil do Entrevistado

1.1 Sexo

1.2 Idade

1.3 Raça

1.3 Escolaridade

1.3.1 Curso

1.3.2 Instituição de Ensino

1.4 Profissão

1.4.1 Está trabalhando no momento?

1.5 Bairro de residência

Bloco II- Percepções acerca da Segurança Pública

2.1 Qual sua percepção sobre Segurança Pública no Rio de Janeiro?

2.2 Qual sua percepção sobre a PMERJ?

Bloco III- Experiências com a polícia

3.1 Você já teve alguma experiência com a polícia? Descreva a situação

(obs.: caso sejam mais de duas experiências, relatar as duas mais recentes)

3.2 Quantas vezes?

3.3 Qual foi o procedimento adotado pela polícia?

- 3.4 Quantos policiais estavam presentes no momento?
- 3.5 Local em que ocorreu o fato
- 3.6 Você estava acompanhado?
- 3.7 Havia pessoas ao redor?
- 3.8 Como você avalia o tratamento dado pelos policiais?
- 3.9 O policial sugeriu algum tipo de resolução informal? Como você se sentiu com isso?
- 3.10 Como você se sentiu após esta situação?

Bloco III- Uso de maconha

- 3.1 Você é a favor do uso de maconha?
- 3.2 Você faz uso de maconha? Com qual frequência? Desde quantos anos?
- 3.2 Em quais locais e circunstâncias você costuma utiliza-la?
- 3.3 Qual sua forma de acesso a droga?

Bloco IV- Experiências com a polícia relacionadas à maconha

- 4.1 Você já foi abordado pela polícia portando e/ou utilizando maconha? Descreva a situação
 - 4.1.2 Quantas vezes?
 - 4.1.3 Qual foi o procedimento adotado pela polícia?
 - 4.1.4 Quantos policiais estavam presentes no momento?
 - 4.1.5 Local em que ocorreu o fato
 - 4.1.6 Você estava acompanhado?
 - 4.1.7 Havia pessoas ao redor?
 - 4.1.8 Como você avalia o tratamento dado pelos policiais?
 - 4.1.9 O policial sugeriu algum tipo de resolução informal? Como você se sentiu com isso?

4.1.10 Como você se sentiu após esta situação?

4.2 Você conhece alguém que tenha passado por esta situação. Descreva a situação

4.2.1 Qual foi o procedimento adotado pela polícia?

4.2.2 Quantos policiais estavam presentes no momento?

4.2.3 Local em que ocorreu o fato

4.2.4 Ele estava acompanhado?

4.2.5 Havia pessoas ao redor?

4.2.6 Como ele avalia o tratamento dado pelos policiais?

4.2.7 O policial sugeriu algum tipo de resolução informal? Como ele se sentiu com isso?

4.2.8 Como ele se sentiu após esta situação?

(obs: Perguntar apenas caso não apareça nos relatos Você foi ou conhece alguém que foi levado a delegacia por este motivo? Você foi ou conhece alguém que sofreu algum tipo de agressão por este motivo?)

Bloco V- Avaliação

5.1 Como o Estado deveria lidar com os usuários de maconha

ANEXO B- Planilha com o perfil dos participantes das entrevistas semiestruturadas

CONTROLE DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA										
ID	Bairro	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estudando?	Raça (auto-declaração)	Usuário?	Favela?	EXPERIÊNCIA COM A POLÍCIA
1	Rio Comprido	M	26	Superior Incompleto	Desempregado	SIM	Branco	SIM	NÃO	SIM
2	Leme	M	22	Superior Incompleto	Cinegrafista	SIM	Pardo	SIM	NÃO	SIM
3	Copacabana	M	22	Superior Incompleto	Estagiário em Audiovisual	SIM	Branco	SIM	NÃO	SIM
4	Maré	F	21	Médio Completo	Trabalha em ONG	NÃO	Negro	NÃO	SIM	SIM
5	Marechal Hermes	M	24	Superior Incompleto	Estagiário	SIM	Branco	SIM	NÃO	SIM
6	Ipanema	M	20	Superior Incompleto	Desempregado	SIM	Branco	SIM	NÃO	SIM
7	Santa Teresa	F	26	Superior Completo	Analista	NÃO	Negro	NÃO	NÃO	SIM
8	Glória	F	26	Superior Completo	Produtora Autônoma	NÃO	Branco	SIM	NÃO	SIM
9	Botafogo	F	25	Superior Incompleto	Estudante	SIM	Pardo	NÃO	NÃO	SIM
10	Vila Isabel	M	24	Superior Incompleto	Estagiário	SIM	Branco	SIM	NÃO	NÃO
11	Oswaldo Cruz	M	25	Médio Completo	Desempregado	SIM	Negro	SIM	NÃO	SIM
12	Bonsucesso	F	23	Superior Incompleto	Estagiário	SIM	Branco	NÃO	NÃO	SIM
13	Vila da Penha	F	21	Médio Completo	Estudante	SIM	Pardo	NÃO	NÃO	NÃO
14	Maré	M	23	Superior Incompleto	Inspetor Escolar	SIM	Negro	NÃO	SIM	SIM
15	Tijuca	F	26	Superior Completo	Estatística	SIM	Branco	NÃO	NÃO	SIM
16	Tijuca	M	19	Médio Completo	Estudante	SIM	Branco	NÃO	NÃO	NÃO
17	Complexo do Alemão	M	21	Médio Completo	Militar da Aeronáutica	SIM	Branco	NÃO	SIM	SIM
18	Ladeira dos Tabajaras	F	20	Superior Incompleto	Estagiária	SIM	Pardo	NÃO	SIM	NÃO
19	Babilônia	M	24	Médio Completo	Manobrista	NÃO	Negro	SIM	SIM	SIM
20	Rocinha	M	24	Superior Incompleto	Garçom	SIM	Pardo	NÃO	SIM	SIM
21	Complexo do Alemão	M	22	Superior Incompleto	Monitor de Educação Especial	SIM	Pardo	NÃO	SIM	SIM
22	Mangueira	F	29	Superior Completo	Produtora Cultural	SIM	Negro	NÃO	SIM	SIM
23	Complexo do Alemão	M	20	Ensino Médio Completo	Atendente de Telemarketing	SIM	Amarelo	NÃO	SIM	SIM
24	Vidigal	M	25	Ensino Médio Completo	Professor/Rapper	NÃO	Negro	NÃO	SIM	SIM
25	Vidigal	M	23	Ensino Médio Completo	Produtor	NÃO	Negro	SIM	SIM	SIM

